



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

RELATÓRIO DA RECEITA

PL N° 28/2011
(Mensagem n° 355/2011-CN)

“Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012”

SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO)
Relator da Receita

SENADOR VITAL DO REGO (PMDB-PB)
Presidente da CMO



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

ÍNDICE

1 RELATÓRIO	3
 1.1 Histórico	3
 1.2 Resumo e Resultado da Avaliação da Receita para 2012.....	4
 1.3 Cenário Econômico e Finanças Públicas	5
 1.4 Reestimativas de Receitas do Congresso Nacional Comparadas com as Receitas Realizadas – 2000 a 2011	10
 1.5 Receitas Primárias Estimadas na Proposta para 2012.....	11
1.5.1 <i>Receitas Administradas pela RFB, exceto RGPS.</i>	14
1.5.2 <i>Receita do RGPS</i>	16
1.5.3 <i>Receitas Não-Administradas pela RFB</i>	17
1.5.4 <i>Receitas Próprias das Entidades da Administração Indireta - Avaliação</i>	19
 1.6 Receitas Financeiras Estimadas na Proposta para 2012	20
 1.7 Receitas do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais Estimadas na Proposta para 2012.....	21
 1.8 Avaliação e Reestimativa das Receitas Primárias para 2012	23
1.8.1 <i>Novas Perspectivas do Cenário Econômico para 2012</i>	24
1.8.2 <i>Reestimativa da Receita Primária para 2012</i>	27
 1.9 Estimativa de Receitas Administradas pela RFB – Amparo Legal....	34
 1.10 Ajustes Técnicos para Adequação das Fontes de Recursos e para Correção de Identificador de Receita Primária.....	34
 1.11 Emendas de Renúncias de Receitas Apresentadas	35
 1.12 Anexos.....	36
2 VOTO	37



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

PARECER da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), sobre o **Relatório da Receita** de que trata o § 1º do art. 30 da Resolução nº 1, de 2006 - CN, relativo ao Projeto de Lei nº 28, de 2011 – CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012”.

RELATOR: Senador ACIR GURGACZ

1. RELATÓRIO

1.1 Histórico

1. Em atenção ao disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a Excelentíssima Senhora Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, em 31 de agosto do corrente ano, o Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN (Mensagens nº 355, de 2011-CN, e nº 344, de 2011, na origem), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012 (PLOA2012).
2. Por indicação das lideranças partidárias e designação do Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), **Senador Vital do Rego**, foram-nos atribuídas as tarefas de avaliar e relatar a receita orçamentária para o exercício de 2012.
3. Conforme é de conhecimento, a avaliação das estimativas de receitas é realizada ao amparo do que estabelece o art. 166, § 3º, III, “a”, da Constituição Federal e em obediência ao disposto no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

4. A Resolução nº 1, de 2006-CN, que trata da tramitação das matérias na CMO, por sua vez, em seu art. 30, § 1º, determina que na apreciação do projeto de lei orçamentária a avaliação da receita seja feita em separado das demais funções desse Colegiado, sendo o Relatório da Receita objeto de apreciação e votação antes da apresentação do Relatório Preliminar do Relator-Geral do Orçamento. Eventuais reestimativas de receitas são elaboradas nessa etapa, admitindo-se sua revisão no caso de alteração posterior do cenário macroeconômico ou da legislação tributária.
5. Nosso Relatório foi elaborado com o auxílio do **Comitê de Avaliação da Receita**, de que trata o art. 23 daquela Resolução. Além deste Relator, integram esse Comitê os **Senadores Lídice da Mata e Francisco Dornelles** e os **Deputados Geraldo Simões, Zé Geraldo, Genecias Noronha, Domingos Sávio, Márcio Reinaldo Moreira, Gonzaga Patriota e Jorge Pinheiro**, aos quais agradeço.
6. Esse documento, que observa o estabelecido no art. 34 da mesma Resolução, procurou, a partir do exame da conjuntura econômica, da evolução recente da arrecadação e de hipóteses de comportamento das principais variáveis macroeconômicas, avaliar a metodologia e as estimativas de receitas contidas no PLOA2012.
7. As emendas à Receita de renúncia de arrecadação somaram quatro unidades e também são objeto de consideração neste Relatório.

1.2 Resumo e Resultado da Avaliação da Receita para 2012

8. A conclusão deste Relatório é que as Receitas Primárias constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2012 estão estimadas abaixo de seu potencial de arrecadação esperado para esse exercício.
9. Em função disso, reestimamos as Receitas Primárias para 2012, brutas e líquidas, de R\$ 1.097,3 bilhões e R\$ 911,7 bilhões para R\$ 1.127,3 bilhões e R\$ 937,3 bilhões, mostrando acréscimos de R\$ 29,9 bilhões e R\$ 25,6 bilhões, respectivamente, com relação aos valores contidos na Proposta para 2012.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

10. A Tabela I, a seguir, mostra de forma resumida os itens da Receita Primária para os quais foram reestimados os valores de arrecadação previstos na Proposta para 2012 e os respectivos acréscimos de receitas (ver Tabela VII, mais adiante).

TABELA I

REESTIMATIVA DAS RECEITAS PRIMÁRIAS PARA 2012 - RESUMO DAS VARIAÇÕES DAS RECEITAS
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

	variações em R\$ milhões		
	Brutas	Transf. E/M	Líquidas
A. Receita Administrada pela RFB (líquida de incentivos e exceto RGPS)	16.779,5	3.333,4	13.446,1
Ajuste da base de arrecadação de 2011, incorporando a receita realizada até agosto/11, depurada de receitas atípicas, e aplicação de novas hipóteses de variação para o PIB e preços para 2012, mais condizentes com o atual momento econômico (a).			
B. Receita do RGPS	7.772,5		7.772,5
Ajuste da estimativa para 2012 incorporando à previsão outros elementos que não apenas a aplicação do percentual incremental de variação da massa salarial sobre a arrecadação-base do ano anterior.			
B. Receita Não Administrada	5.429,8	999,8	4.430,0
Concessões - expectativa de licitação na área do Pós Sal - 11ª Rodada	500,0		500,0
Salário - Educação	1.234,8	999,8	235,0
Receita Própria (F50,82 e 81)	1.772,3		1.772,3
Demais Receitas	1.922,7		1.922,7
C. Receitas Primárias Adicionais (A+B)	29.981,8	4.333,2	25.648,6

Fonte: Consultorias de Orçamentos do SF e CD

(a) inclui nas transferências R\$ 199,7 milhões para os Fundos Regionais

1.3 Cenário Econômico e Finanças Públicas

11. O cenário econômico básico do Projeto de Lei Orçamentária para 2012 embute em suas estimativas as hipóteses de crescimento real de 5% para o PIB, com a inflação em queda e convergindo para meta oficial de 4,5% (IPCA acumulado no ano está estimado em 4,8%). Para 2011, a reprogramação elaborada pelo Poder Executivo prevê uma variação do PIB de 4,5% e IPCA acumulado de 4,5%.

12. O PIB nominal estimado para 2012 é estimado em R\$ 4,5 trilhões e, para 2011, em R\$ 4,1 trilhões, denotando um aumento nominal de 9,75%.

13. A economia brasileira em 2010 mostrou forte e rápida recuperação com relação à crise financeira externa que eclodiu ao final de 2008, registrando um crescimento real de 7,5% do PIB com relação a 2009, recorde anual para os últimos decênios.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

14. Porém, esse expressivo desempenho associado à elevação dos preços internacionais das commodities levou a um aumento das pressões inflacionárias que acabaram empurrando a inflação para níveis superiores ao centro da meta oficial de 4,5% a.a.. Nos últimos doze meses terminados em agosto a inflação medida pelo IPCA atingiu 7,21%.
15. Tendo em vista essa recidiva inflacionária, a política econômica perseguida pelo novo Governo foi a de buscar, gradativamente, trazer a taxa de inflação de volta para o centro da meta ao longo dos anos de 2011 e 2012, evitando o emprego de alternativas ultra-ortodoxas que prometem resultados rápidos, mas que comprometem de modo negativo e em demasiado o ritmo de crescimento do PIB e do emprego.
16. Nessa linha de atuação o Governo, a par de adotar robusto contingenciamento de despesas orçamentárias no início do ano, envolvendo recursos da ordem de R\$ 50,7 bilhões, formou o compromisso de cumprir a meta “cheia” de resultado primário para 2011 e 2012, vale dizer, abrindo mão de poder fazer valer a permissão legal de desconsiderar da meta os investimentos feitos ao abrigo do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC¹.
17. Neste particular, destaque-se que o Governo vem cumprindo o prometido: no acumulado do ano até agosto o resultado primário consolidado de todo o setor público atingiu R\$ 96,5 bilhões, equivalentes a 3,65% do PIB, significando que a meta anual já foi realizada em 81,8%. Para 2012, a meta fixada é de R\$ 139,8 bilhões, equivalente a 3,10% do PIB².
18. Ao mesmo tempo, o Governo decidiu continuar com a adoção das chamadas medidas macroprudenciais (controle da expansão do crédito, elevação das taxas de depósitos compulsórios, etc.) também com o objetivo de mitigar a necessidade de elevação pronunciada da taxa básica de juros

¹ A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, Lei nº 12.309, de 10.08.10, estabeleceu uma meta “cheia” de resultado primário consolidado para o setor público de R\$ 125,5 bilhões. A Lei nº 12.377, de 30.12.10, alterou a LDO para 2010 e 2011, estabelecendo meta zero para as empresas estatais; com isso, aquela meta foi reduzida para R\$ 117,9 bilhões. A meta dos orçamentos fiscal e da seguridade social permaneceu em R\$ 81,8 bilhões.

² A Lei nº 12.465, de 12.08.11, LDO2012, fixou o resultado primário em 3,10% do PIB, equivalente a R\$ 139,8 bilhões.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

SELIC cujos efeitos danosos sobre a evolução da dívida pública e o desempenho econômico do setor privado são por demais conhecidos.

19. A taxa de juros básica SELIC que em 2010 havia iniciado em 8,75% e encerrado o ano em 10,75% começou o ano de 2011 sendo elevada para 11,25% e, em agosto, atingiu 12,50%.
20. Os efeitos de políticas restritivas não são imediatos. Em especial, as medidas de política monetária mostram uma defasagem de até seis meses para mostrar resultados sobre a inflação, embora possam apresentar maior rapidez quanto ao desaquecimento da produção.
21. De todo modo, o resultado líquido das medidas restritivas já tem se feito sentir na atividade econômica. O IBGE divulgou no começo de setembro a evolução do PIB no 2º bimestre de 2011 mostrando uma evolução de 0,8% sobre o trimestre anterior e sugerindo um crescimento anual de apenas 3,2%, bastante inferior à expectativa de 4,5% esperada pelo Governo, tornando mais nítida a aguardada desaceleração da atividade econômica. Esse dado foi particularmente importante, uma vez que embora nos dois últimos trimestres de 2010 com relação aos trimestres imediatamente anteriores a variação do PIB tenha mostrado desaceleração, no primeiro trimestre de 2011 o ritmo de crescimento voltou a acelerar registrando variação de 1,2% com relação ao trimestre anterior³.
22. O regime de metas de inflação aliado à realização de metas de resultado primário e ao mecanismo de câmbio flutuante permanece como o tripé principal da política econômica do Governo.
23. No entanto, uma das consequências do sucesso dessa política tem sido a atração de imensas quantidades de capital para investimento direto e, em

³ Ainda de acordo com o IBGE, no acumulado do ano sobre igual período do ano anterior, a taxa de crescimento do PIB já vinha caindo, registrando 4,2% no primeiro trimestre e 3,6% no primeiro semestre de 2011, depois de atingir 7,5% em 2010.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

função disso, o real vinha se valorizando frente ao dólar e ficando prejudicial à competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional⁴.

24. A competitividade das empresas exportadoras também tem sido afetada pela redução da demanda externa por parte dos países desenvolvidos e pela carga tributária que eleva o custo de produção no mercado doméstico, o que prejudica o emprego e a produção.
25. Nesse contexto, para estimular a inovação e a competitividade das empresas brasileiras, o Governo decidiu criar o Plano Brasil Maior, por meio das Medidas Provisórias nº 540 e nº 541, de 2 de agosto de 2011, criando mecanismos e estímulos creditícios e fiscais visando contrabalançar os efeitos perniciosos da valorização cambial.
26. Em fins do mês de julho último houve novo agravamento da crise internacional, tanto causada pela bastante menor expectativa de crescimento, ou mesmo recessão, dos Estados Unidos como pela continuidade de previsão de mediocre crescimento dos países da zona do euro e pela crise da dívida soberana de países mediterrâneos e a Irlanda, tendo em vista os elevados déficits públicos e relação dívida/PIB e a possibilidade desses países não poder cumprir a contento os seus compromissos financeiros.
27. Após a entrega da Proposta Orçamentária para 2012 ao Congresso Nacional, em 31.08.2011, o Copom do Bacen, no início de setembro, surpreendeu aos agentes econômicos reduzindo em 0,50 ponto de percentagem a taxa de juros SELIC enquanto analistas aguardavam, ao menos por uma reunião, a estabilização dessa taxa em 12,50%.
28. Esse movimento, embora tenha surpreendido muitos analistas, encontra justificativa na expectativa do BACEN de desaceleração excessiva na economia brasileira e no esperado agravamento da crise internacional que deverá impactar negativamente o desempenho de nossa economia.

⁴ Há também atração de capitais para a realização de operações de *carry trade* visando aproveitar o diferencial de taxas de juros entre as vigentes no Brasil e no exterior. O Governo, porém, tem lutado contra isso tanto através de medidas regulatórias como por meio de tributação pelo IOF.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

29. Relativamente à inflação, embora a redução repentina da taxa de juros possa parecer contraditória com relação ao que se espera no combate à inflação, as autoridades monetárias contam com que, por força da desaceleração da economia mundial, haverá menor pressão sobre os preços das commodities e que isso ajudará a conter a evolução dos preços internos.
30. Espera-se, assim, que em meio ao agravamento da crise internacional está se abrindo uma janela de oportunidade para se promover a redução sustentada da taxa de juros tirando o Brasil do *podium* de maior taxa do mundo e reduzindo os gastos orçamentários com esse tipo de despesa e não menos importante a relação Dívida Líquida/PIB.
31. A propósito, a autoridade fazendária, e mesmo a Presidência da República, já haviam manifestado intenção de criar condições fiscais para produzir a redução continuada na taxa de juros ao longo dos próximos anos. Corrobora isso, além da atual política fiscal, o fato de que a própria LDO2012 prevê um resultado primário consolidado para o setor público de 3,1% do PIB até 2014. Professam, ainda, que essa meta, a exemplo de 2012, será cumprida na sua dimensão “cheia”, sem descontar os desembolsos por conta do PAC. De resto, naquele mesmo ato legal, a meta fiscal síntese para 2014 será reduzir a relação Dívida Líquida/PIB para abaixo de 28,5% do PIB, contra 39,2% do PIB registrado em agosto de 2011.
32. Por fim, lembramos que de acordo com o anexo II, inciso XXV, da LDO2012, o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão deverá enviar ao Presidente da CMO, no dia 21 do mês de novembro deste exercício, documento contendo a eventual atualização dos parâmetros econômicos para 2011 e suas projeções empregadas para a elaboração da peça orçamentária para 2012, sem que isso comprometa o Relator da Receita, ou o Comitê, com a realização de possíveis reestimativas de receitas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

1.4 Reestimativas de Receitas do Congresso Nacional Comparadas com as Receitas Realizadas – 2000 a 2011

33. As estimativas de receitas constantes das Propostas de Orçamento encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo têm se mostrado constantemente inferiores aos valores efetivamente realizados, com exceção do ano de 2009 cuja arrecadação foi afetada pela crise que eclodiu ao final de 2008 e que levou à recessão econômica no exercício seguinte. No ano de 2009 o valor arrecadado ficou R\$ 68,7 bilhões abaixo da estimativa da Proposta, como mostra a Tabela II, a seguir.

TABELA II
Receitas Primárias dos Projetos de Leis Orçamentárias (PLOAs),
Receitas Primárias das Leis Orçamentárias (LOAs) E
Receitas Primárias Realizadas.

Exercícios	PLOAs [a]	LOAs [b]	Realizada [c]	R\$ milhões	
				Diferença [d= c - a]	Diferença [e= c - b]
2000	229.008	237.005	236.659	7.651	-346
2001	268.893	280.234	272.586	3.693	-7.648
2002	305.950	318.385	323.971	18.021	5.586
2003	328.931	353.719	360.376	31.445	6.657
2004	402.164	413.465	425.033	22.869	11.568
2005	457.404	482.454	490.737	33.333	8.283
2006	526.219	545.902	545.415	19.196	-487
2007	603.411	618.272	620.357	16.946	2.085
2008	682.723	687.577	715.780	33.057	28.203
2009	808.884	805.286	740.628	-68.256	-64.658
2010	853.606	873.895	908.595	54.989	34.700

Fonte: Elaboração Consultorias

34. Por outro lado, a Tabela mostra também que o Congresso Nacional tem, relativamente, obtido mais êxitos em suas reavaliações da receita.
35. Em 2000 e 2006, as estimativas do Congresso praticamente empataram com a receita realizada. Em 2001 foi o único ano da série em que o Parlamento superestimou a receita, muito provavelmente devido à queda abrupta da atividade econômica devido à crise de energia.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

36. Para os demais anos, a receita efetivamente arrecadada sempre ficou acima daquelas estimadas pelo Congresso Nacional. Em 2008, exercício de excepcional desempenho da economia e da arrecadação, a receita realizada foi maior do que a prevista na Lei em R\$ 28,3 bilhões, sendo que apenas nas receitas administradas RFB, o excesso foi R\$ 22,5 bilhões. Em 2009, com a concessão de incentivos fiscais estimados em R\$ 20,0 bilhões, visando contrabalançar a queda na atividade econômica, e a própria diminuição não prevista do PIB contribuíram para a frustração de receita de R\$ 64,7 bilhões, na ótica da estimativa do Congresso, e de R\$ 68,3 bilhões, na visão da Proposta. Em 2010, tanto o Poder Executivo como o Congresso Nacional ficaram com suas estimativas de receitas abaixo da efetivamente realizada, embora a discrepância naquele tenha sido bem mais pronunciada.
37. Para 2011, essa história tende a se repetir. A 4^a avaliação de receita e despesa (janeiro a agosto de 2011), elaborada pelo Poder Executivo, reestima que a arrecadação desse exercício será de R\$ 997,4 bilhões, R\$ 6,9 bilhões acima do valor contido na LOA2011. Relativamente ao Projeto de Lei para 2011, essa diferença entre a arrecadação esperada para ser realizada e a prevista será maior, pois a Proposta continha uma estimativa de receita de R\$ 967,6 bilhões, inferior em R\$ 29,8 bilhões ao que o Governo agora espera arrecadar.

1.5 Receitas Primárias Estimadas na Proposta para 2012

38. Do ponto de vista legal, as estimativas de receitas contidas no Projeto de Lei Orçamentária para 2012 atendem ao que dispõem a Constituição Federal e a legislação pertinente, em particular a Lei de Responsabilidade Fiscal e a LDO em vigor.⁵ Elas refletem as legislações vigentes (tributária e outras) e guardam compatibilidade, na classificação e na metodologia de estimação, com a legislação de finanças públicas.

⁵ A Resolução nº 01/2006-CN pede que no Relatório da Receita se verifique o “atendimento às normas constitucionais e legais pertinentes à Receita, especialmente quanto à compatibilidade do projeto com a lei do Plano Plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a Lei Complementar nº 101, de 2000”.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

39. As projeções de receitas do PLOA2012 foram construídas tomando como base períodos diferentes de arrecadação realizada em 2011. No caso das Receitas Administradas pela RFB (exceto RGPS) foi tomada por base a arrecadação realizada até julho de 2011 e a estimada para o segundo semestre deste exercício apoiadas em hipóteses de comportamento dos parâmetros econômicos relevantes tanto para o restante do ano de 2011 como para 2012. Para a estimativa da receita do RGPS a arrecadação base de 2011 foi estimada também apoiada na receita realizada até julho desse ano.
40. No caso das Receitas Não-Administradas tomou-se por base a arrecadação realizada até junho de 2011 e a estimada para o restante do ano apoiada em informações específicas de cada item de receita ou nas hipóteses aventadas, sendo a única exceção a receita do salário-educação para a qual se utilizou a receita realizada do mesmo período das Receitas Administradas pela RFB.
41. Nas estimativas, o Poder Executivo empregou as projeções dos indicadores econômico-fiscais que constaram da grade de parâmetros de 21 de julho de 2011 da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.
42. Na Proposta, a estimativa da Receita Primária Bruta para 2012 atinge R\$ 1.097,3 bilhões, representando avanço nominal de R\$ 99,9 bilhões, sobre o valor estimado para 2011 pela 4ª Avaliação. As Transferências Constitucionais a Estados e Municípios somam R\$ 185,7 bilhões, com aumento de R\$ 19,9 bilhões, e a Receita Primária Líquida alcança R\$ 911,7 bilhões, mostrando acréscimo de R\$ 80,0 bilhões, na mesma base de comparação.
43. A Tabela III, a seguir, mostra a estimativa da Receita contida no PLOA 2012, a receita realizada em 2010, a estimativa da receita do PLOA2011 e as reavaliações da expectativa do Poder Executivo sobre a receita a ser realizada em 2011. A coluna “f” da Tabela apresenta os acréscimos de



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

receita em 2012 relativamente à expectativa de arrecadação em 2011, decorrente da 4ª Avaliação Bimestral de agosto.

TABELA III
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Receitas Primárias Brutas e Líquidas Estimadas para 2012

Discriminação	2010 - Realizada [a]		2011 - LOA [b]		2011- 3ª Aval [c]		2011- 4ª Aval [d]		2012 - PLOA [e]		(R\$ milhões)
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	[f = e-d]
I. RECEITA PRIMÁRIA BRUTA	921.054,9	25,28	990.474,6	25,22	972.435,9	23,66	997.449,2	24,27	1.097.340,7	24,18	99.891,5
I.1 Receita Administrada pela RFB	531.182,3	14,58	642.075,6	16,35	626.303,4	15,24	637.722,2	15,52	707.777,0	15,60	70.054,8
I.1.1. Imposto de Importação	21.093,3	0,58	23.130,9	0,59	25.888,3	0,63	26.062,3	0,63	30.590,6	0,67	4.528,3
I.1.2. IPI	37.553,8	1,03	49.241,4	1,25	43.429,0	1,06	43.623,3	1,06	49.257,2	1,09	5.633,9
I.1.3. Imposto de Renda	194.672,4	5,34	243.020,4	6,19	236.900,8	5,76	238.567,9	5,80	270.873,3	5,97	32.305,4
I.1.4. IOF	26.576,1	0,73	31.950,7	0,81	32.769,9	0,80	32.760,3	0,80	37.997,6	0,84	5.237,3
I.1.5. COFINS	141.232,3	3,88	157.967,7	4,02	160.547,6	3,91	161.506,3	3,93	174.057,1	3,84	12.550,8
I.1.6. PIS/PASEP	40.794,4	1,12	41.094,7	1,05	42.353,1	1,03	42.816,2	1,04	45.999,1	1,01	3.182,9
I.1.7. CSLL	46.370,3	1,27	62.061,3	1,58	53.322,1	1,30	60.065,2	1,46	63.424,2	1,40	3.359,0
I.1.8. CIDE-combustíveis	7.759,1	0,21	8.636,1	0,22	9.322,9	0,23	9.537,0	0,23	9.835,7	0,22	298,7
I.1.9. Outras Administradas pela RFB	15.130,6	0,42	24.972,4	0,64	21.769,7	0,53	22.783,7	0,55	25.742,2	0,57	2.958,5
I.2. Arrecadação Líquida do RGPS	211.968,4	5,82	240.055,4	6,11	240.055,4	5,84	245.584,6	5,98	266.296,4	5,87	20.711,8
I.3. Receitas Não Administradas	100.671,7	2,76	102.622,9	2,61	100.455,0	2,44	108.520,3	2,64	117.442,3	2,59	8.922,0
I.3.1. Concessões	1.158,4	0,03	2.383,6	0,06	2.383,6	0,06	2.383,6	0,06	1.753,5	0,04	-630,1
I.3.2. Dividendos	22.414,5	0,62	17.563,9	0,45	15.169,5	0,37	17.169,5	0,42	20.427,0	0,45	3.257,5
I.3.3. Contrib dos Servidores ao PSSS	8.573,9	0,24	9.736,6	0,25	9.550,6	0,23	9.466,9	0,23	10.296,3	0,23	829,4
I.3.4. Compens. Financeira - Royalties	24.420,7	0,67	27.365,5	0,70	27.365,5	0,67	29.048,6	0,71	32.562,9	0,72	3.514,3
I.3.5. Receita Própria (F 50, 82 e 81)	12.687,9	0,35	12.291,4	0,31	12.476,4	0,30	14.083,1	0,34	14.455,0	0,32	371,9
I.3.6. Salário-Educação	11.049,2	0,30	11.904,2	0,30	11.904,2	0,29	13.024,8	0,32	14.318,7	0,32	1.293,9
I.3.7. Demais Receitas	20.367,1	0,56	21.377,7	0,54	21.605,2	0,53	23.343,8	0,57	23.628,9	0,52	285,1
I.4 Complemento do FGTS	2.523,5	0,07	2.839,0	0,07	2.839,0	0,07	2.839,0	0,07	2.957,2	0,07	118,2
I.4. 1.5 Incentivos Fiscais	-98,6	0,00	-118,3	0,00	-216,9	-0,01	-216,9	-0,01	-132,2	0,00	84,7
I.6 Operações com Ativos	74.807,6	2,05	3.000,0	0,08	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07	0,0
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	133.176,9	3,66	165.331,7	4,21	161.957,2	3,94	165.756,4	4,03	185.665,9	4,09	19.909,5
III. RECEITA PRIMÁRIA LÍQUIDA (I - II)	787.878,0	21,62	825.142,9	21,01	810.478,7	19,72	831.692,8	20,24	911.674,8	20,09	79.982,0
Estimativa do PIB nominal	3.643.547,6		3.927.061,1		4.109.400,0		4.109.400,0		4.537.477,0		

Fontes: LOA 2011 e PLOA2012; Relatório de Aval. 3º/4º Bimestres de 2011-SOF/MP.

44. Em 2012, embora a Receita Primária Bruta, com relação à 4ª Avaliação de 2011, caia como proporção do produto para 24,18% do PIB, em termos da Receita Administrada pela RFB haverá um aumento da Carga Tributária Federal Bruta de 15,52% do PIB em 2011 para 15,60% do PIB em 2012, a despeito da concessão adicional de estímulos estimados em R\$ 6,3 bilhões nesse ano por conta do recém criado Programa Brasil Maior de incentivo à indústria nacional⁶.

45. É de se registrar, que essa Carga Tributária, após ter atingido um máximo 16,1% do PIB em 2008 e, em função da crise econômica e concessão de estímulos tributários, ter caído para 14,32% do PIB em 2009,

⁶ A rigor, essa é a carga tributária federal das receitas administradas pela RFB. A carga tributária federal deveria incluir itens também da receita não administrada como Salário-Educação, Royalties, Contribuição dos Servidores ao PSSS e outras.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

voltou a subir em 2010 atingindo 14,58% do PIB e, como vimos, para 2011 e 2012 prenuncia retomada de elevação.

1.5.1 – Receitas Administradas pela RFB, exceto RGPS

46. As Receitas Administradas pela RFB, exceto RGPS, líquidas de restituições, aumentam para R\$ 707,8 bilhões em 2012, mostrando crescimento nominal de R\$ 70,0 bilhões sobre a estimativa da 4^a Avaliação de 2011. Como proporção do PIB também há aumento de receita, pois, como vimos, se espera 15,52% do PIB em 2011 e 15,60% do PIB em 2012.
47. Essas receitas compõem o segmento mais importante das Receitas Primárias Brutas, representando 64,5% do total.
48. As Receitas Administradas pela RFB incluem a previsão de R\$ 18,0 bilhões à título de receitas extraordinárias, com destaque de R\$ 7,1 bilhões pelo Imposto de Renda; R\$ 4,5 bilhões pela contribuição da COFINS; R\$ 1,5 bilhão pela contribuição da CSLL; R\$ 1,3 bilhão pelo IPI e R\$ 1,2 bilhão pela contribuição do PIS/PASEP.
49. Ainda que todos os tributos mostrem acréscimo de arrecadação, os maiores aumentos absolutos de receita ocorrerão no IPI, no Imposto de Renda, no IOF e na contribuição da COFINS. Como proporção do PIB a maioria dos itens dessas receitas apresentam acréscimo em 2012 com relação à 4^a Avaliação de 2011.
50. Os principais parâmetros e suas variações médias projetadas para 2012, com relação a 2011, que embasaram a feitura, pelo Poder Executivo, das estimativas de receitas para 2012 são: a) variação de preço de 5,36% pelo Índice Especial de Receitas (IER, composto por 0,55IPCA+0,45IGPdi); b) variação do PIB de 5,00%; c) variação da taxa média de câmbio em 1,97%; d) variação da taxa de juros Over-Selic de 3,93%; e) variação da massa salarial em 9,79%.
51. A seguir, elencamos as principais explicações para as variações nas receitas tributárias em 2012 com relação à estimativa utilizada como base de 2011 para as projeções da Proposta.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

52. Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) - acréscimo de R\$ 5,6 bilhões como resultado líquido, principalmente: a) do crescimento de 4,2% esperado na produção industrial; b) da alteração da tributação de cigarros (mais R\$ 2,0 bilhões) e da atualização da tabela de preços de referência das bebidas, a despeito da prorrogação para até 31.12.2012 das desonerações concedidas a material de construção civil, bens de capital, tratores e caminhões e da esperada queda na produção de cigarros (menos 5,5%) e de bebidas (menos 2,9%) e c) receitas extraordinárias esperadas em 2012 deduzidas de retiradas da base de receitas atípicas de 2011 (mais R\$ 0,4 bilhão).

53. Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - acréscimo de R\$ 35,7 bilhões como resultado líquido, principalmente: a) da retirada da base de 2011 de receitas atípicas do IRPJ (pessoas jurídicas) e da CSLL e do IRRF (IR fonte) e acréscimo de receitas extraordinárias em 2012 (mais R\$ 4,9 bilhões, líquidos); b) aumento no IRPF (pessoas físicas) em grande parte explicado pelo crescimento da massa salarial em 2011 (declaração de ajuste); c) do crescimento da massa salarial em 2012 (IR fonte); d) do aumento esperado dos rendimentos de capital; e) do crescimento do PIB em 2011 (declaração de ajuste do IRPJ-CSLL) e em 2012 (outras pessoas jurídicas); f) da variação de preços (IER= 5,36) e g) da correção da tabela do IRPF e IR fonte em 2012.

54. Contribuições Sociais da COFINS e PIS/PASEP - acréscimo de R\$ 15,7 bilhões como resultado líquido, principalmente: a) da retirada da base de 2011 de receitas atípicas e do acréscimo de receitas extraordinárias em 2012 (R\$ 4,8 bilhões, líquidos) e b) da variação nominal estimada para o faturamento de 10,7%.

55. Imposto de Importação (II) – acréscimo de R\$ 4,5 bilhões como resultado líquido, principalmente: a) da retirada de receitas atípicas da base de 2011 e do acréscimo de receitas extraordinárias em 2012 (mais R\$ 0,6 bilhão); b) aumento de 13,7% da variação em dólar das importações; c) do efeito-legislação decorrente do resultado conjugado da variação da alíquota média



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

das tarifas e do fim da vigência do REPORTO (Lei nº 11.033/04) e PROUCA/RECOMPE (Lei nº 12.249/10).

56. **Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF)** – acréscimo de R\$ 5,2 bilhões como resultado líquido, principalmente: a) da retirada de receitas atípicas da base de 2011 e do acréscimo de receitas extraordinárias em 2012 (mais R\$ 0,2 bilhão); b) da variação de preços; c) da variação do PIB; d) da alteração das alíquotas sobre as operações de câmbio nas transações que envolvam a entrada e saída de moedas (Decretos nºs. 7.454/11 e 7.457/11) e do aumento das alíquotas nas operações de crédito para pessoas físicas (Decreto nº 7.458/11).
57. **Outras Administradas pela RFB** – acréscimo de R\$ 2,9 bilhões como resultado, principalmente: a) do efeito conjugado do ajuste na base de 2011 com as receitas extraordinárias de 2012 (mais R\$ 1,6 bilhão); b) variação de preços e c) variação do PIB.
58. **CIDE – Combustíveis** – a estimativa de receita do PLOA2012, neste caso, supõe que não haverá aumento nos preços dos combustíveis, sendo o pequeno acréscimo de arrecadação decorrente de uma esperada variação de 4,2% no consumo de gasolina e diesel.

1.5.2 - Receita do RGPS

59. A arrecadação líquida do RGPS em 2012, em termos nominais, atingirá R\$ 266,3 bilhões, com um aumento de R\$ 20,7 bilhões com relação à 4ª Avaliação de 2011, embora como proporção do PIB caia de 5,98% para 5,87%.
60. As principais razões para esse comportamento decorrem do efeito líquido dos seguintes fatores: a) ajuste da base de 2011 (menos R\$ 1,9 bilhão); b) crescimento da massa salarial que incorpora efeito- preço do aumento das remunerações e efeito-quantidade decorrente do crescimento do emprego e da formalização; c) efeito legislação decorrente, de um lado, da variação do salário-mínimo e do teto previdenciário, e, de outro, da



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

alteração da alíquota de contribuição do microempreendedor individual (MP nº 529/11) e do Plano Brasil Maior (MP nº 540/11), cuja desoneração da folha de pagamentos irá resultar em perda de arrecadação de R\$ 2,0 bilhões.

1.5.3 - Receitas Não-Administradas pela RFB

61. As Receitas Não-Administradas pela RFB aumentam para R\$ 117,4 bilhões em 2012, mostrando crescimento nominal de R\$ 8,9 bilhões sobre a estimativa da 4^a Avaliação de 2011. Porém, caem como proporção do PIB de 2,64% em 2011 para 2,59% do PIB em 2012.
62. Nestas estimativas, as hipóteses básicas de comportamento dos parâmetros, para alguns deles, inexplicavelmente, diferem das adotadas nas estimativas das receitas administradas pela RFB. As variações médias de 2011 para 2012 são as seguintes: a) IPCA – 4,80%; b) IGP-di – 5,00%; c) PIB – 5,00%; d) Taxa de câmbio – 5,31%; e) Massa Salarial – 9,42% e f) Misto de variáveis - PSS – 4,27%.
63. **Compensação Financeira – *Royalties*** – É o item mais relevante dentre as Receitas Não-Administradas, com R\$ 32,6 bilhões, ou 27,8% desse total, e é composta pelas parcelas recebidas pela exploração de petróleo, gás natural, recursos minerais e hídricos, sendo que a quase totalidade daquele valor (88%) resultado das atividades petrolíferas. A projeção para 2012 indica aumento de R\$ 3,5 bilhões em relação a 2011 e a projeção da receita dos *royalties*-petróleo trabalha com as hipóteses de preço médio do petróleo *Brent* de US\$ 111,64/barril, taxa de câmbio média de R\$ 1,64 e programação da produção física de 2012 fornecida pelas empresas à Agência Nacional de Petróleo – ANP.
64. **Receita com Dividendos** - é outra importante fonte de receita deste grupo com previsão de arrecadação de R\$ 20,4 bilhões para 2012, mostrando aumento de R\$ 3,3 bilhões sobre 2011. Em termos de proporção do PIB, a receita também aumenta de 0,42% do PIB para 0,45% do PIB. é que registre uma queda de 11,5%. Em relação a 2008, o aumento é de 20,1%. A projeção, elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, apóia-se na



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

tendência histórica dos últimos 3 exercícios, na média de dividendos pagos e na projeção do resultado de 2011 com base nas últimas informações de resultados mensais das empresas.

65. **Contribuição do Salário-Educação** – a receita para 2012 está estimada em R\$ 14,3 bilhões mostrando aumento de R\$ 1,3 bilhão sobre 2011. A projeção foi feita tomando-se a arrecadação projetada de 2011, a partir da execução no período de janeiro a julho de 2011, corrigida pela variação da massa salarial. Como proporção do PIB essa receita apresenta estabilidade nos dois exercícios em 0,32% do PIB.
66. **Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público** – O Projeto estima em R\$ 10,3 bilhões a receita para 2012, com aumento de R\$ 0,8 bilhão sobre a previsão de 2011. Aquela arrecadação representa 0,23% do PIB, a mesma relação esperada para 2011. A par da projeção de 2011 em moldes semelhantes da Contribuição Salário-Educação, foi aplicado nessa base o índice de 4,27% que contempla o crescimento vegetativo da folha (novas admissões, aposentadorias concedidas e reestruturações de carreira).
67. **Demais Receitas Não – Administradas** – a receita esperada para 2012 está estimada em R\$ 23,6 bilhões, com incremento de R\$ 0,3 bilhão sobre a expectativa de arrecadação de 2011. Em 2012, pela Proposta, aquela receita representará 0,52% do PIB, proporção inferior à esperada para 2011 que é estimada em 0,57% do PIB. Envolve itens como Contribuição de Montepio Civil, Contribuição ao Fundo de Saúde da Polícia Militar do DF e Contribuição ao Fundo de Saúde dos Bombeiros do DF e sua projeção é influenciada pela variação do PIB e pela inflação esperada.
68. **Complemento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)** – a receita para 2012 está estimada em R\$ 2,9 bilhões, com a mesma participação de 0,07% no PIB do que em 2011 e superior em R\$ 0,1 bilhão a receita esperada para esse último exercício. A projeção para 2012 apóia-se na média de 2011 inflada pela variação da massa salarial.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

69. Receita de Operações com Ativos – A Proposta espera arrecadar R\$ 3,0 bilhões em 2012 com alienação de ativos (0,07% do PIB), o mesmo valor esperado para 2011 e que, provavelmente, não se verificará. Refere-se à alienação de ativos inservíveis ou que não tenham função para as atividades da União, a partir de levantamentos de órgãos e do Serviço de Patrimônio da União (SPU).

1.5.4 - Receitas Próprias das Entidades da Administração Indireta - Avaliação

70. As regras da Resolução nº 1/2006 estabelecem que conste deste Relatório, em separado, análise e avaliação das receitas próprias das entidades da administração indireta, em especial as pertencentes às agências reguladoras.

71. Essas receitas provêm de uma infinidade de itens e são diretamente arrecadadas pelos órgãos públicos da administração direta ou indireta, em função, principalmente da prestação de serviços e convênios. (ver Informação Complementar ao PLO2012 que atende ao inciso XII, a-4 e b-2 do Anexo III da LDO2012, recursos de fontes identificadas como 250 - recursos próprios não-financeiros - e 280 - recursos próprios financeiros).

72. Em sua maior parte a projeção dessas receitas envolve diferentes metodologias de estimação da arrecadação base, acrescida da variação do índice de inflação específico e, para alguns casos, da expectativa de crescimento do PIB no ano anterior (4,5%).

73. Essas receitas são estimadas em R\$ 14,5 bilhões na Proposta para 2012, correspondendo a 0,32% do PIB e mostram acréscimo nominal de R\$ 0,4 bilhão sobre 2011. Em termos de proporção do produto haverá queda, eis que em 2011 são estimadas em 0,34% do PIB.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

1.6 Receitas Financeiras Estimadas na Proposta para 2012

74. As Receitas Financeiras no Projeto de Orçamento para 2012 somam R\$ 1.020,9 bilhões, das quais 82,5% são derivadas da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional (incluindo TDA).
75. Essas Receitas, praticamente, representam a metade do valor total de R\$ 2.118,3 bilhões de todas as Receitas contidas na Proposta.
76. A parcela referente ao Refinanciamento da Dívida Mobiliária Federal, que representa 64,0% das Receitas Financeiras, consta de forma destacada, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. O montante dessa fonte varia em função do prazo de maturação da dívida mobiliária, sendo tanto menor quanto mais longo for esse prazo, e também em função da composição da dívida.
77. Os dois itens que refletem o relacionamento do Tesouro com o Banco Central (Remuneração das Disponibilidades do Tesouro junto ao Banco Central e Resultado do Banco Central) rendem ao Tesouro R\$ 76,4 bilhões, representando 7,7% das Receitas Financeiras.
78. Receitas de amortizações de empréstimos a Estados e Municípios montam a R\$ 20,3 bilhões e representam 2,0% do total dos ingressos financeiros.
79. A Tabela IV, a seguir, mostra a composição integral das Receitas Financeiras no PLOA2012.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

TABELA IV

Receitas Financeiras no Projeto de Lei Orçamentária para 2012

Receitas por Natureza	R\$ milhões	Part %
TÍTULOS DE RESPONS. DO TESOURO NACIONAL - REFIN. DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	653.282.592,6	64,0%
TÍTULOS DE RESPONS. DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	187.352.417,3	18,4%
RESULTADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL	42.439.000,0	4,2%
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO NACIONAL	36.052.841,2	3,5%
JUROS DE EMPRÉSTIMOS	33.730.092,2	3,3%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - ESTADOS E MUNICÍPIOS	20.349.530,1	2,0%
CONTRIB PATRONAL P/ O REG PRÓPRIO DE PREVID - CPSS - OP INTRA-ORÇAMENTÁRIA	14.408.758,9	1,4%
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	7.963.811,5	0,8%
REMUNERAÇÃO SOBRE REPASSE PARA PROGRAMAS DE DESENV ECONÔMICO	7.105.860,0	0,7%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS	3.380.006,6	0,3%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS	3.255.230,7	0,3%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - EM CONTRATO	2.458.376,9	0,2%
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS	2.002.770,0	0,2%
ALIENAÇÃO DE ESTOQUES REGULADORES - PGPM	2.000.000,0	0,2%
AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS DE BENS	1.202.951,2	0,1%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - PROGRAMA DE OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	1.118.644,0	0,1%
JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	711.053,9	0,1%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS	563.492,4	0,1%
TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - TDA	540.000,0	0,1%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - REFIN DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	394.248,7	0,0%
REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO DESEMBOLSADOS	196.700,2	0,0%
SERVIÇOS DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS	187.581,8	0,0%
AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS DE PROJETOS	125.412,8	0,0%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	61.170,7	0,0%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - BEA/BIB	12.467,5	0,0%
OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS	6.746,0	0,0%
SERVIÇOS FINANCEIROS DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS	46,5	0,0%
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	1.020.901.803,8	100,0%
TOTAL DAS RECEITAS PRIMÁRIAS	1.097.371.879,7	
TOTAL DAS RECEITAS NA PROPOSTA PARA 2012	2.118.273.683,4	

Fonte: PLOA2012

1.7 Receitas do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais Federais Estimadas na Proposta para 2012

80. As fontes de financiamento do orçamento de investimento das empresas estatais federais para 2012 somam R\$ 106,8 bilhões, mostrando uma queda de 1,2% sobre a dotação total (lei mais créditos) de 2011. Em 2010, o valor realizado alcançou R\$ 94,4 bilhões.

81. A Tabela V, a seguir, mostra a evolução dessas fontes.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

TABELA V

**Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais Federais
2010 - 2012**

Discriminação	2010	2011	2012
	Realizado	Lei + Créditos (Dotação Atual)	PL nº 28/10-CN
Recursos Próprios	62.609	95.277	87.840
Geração própria	62.609	95.277	87.840
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	8.170	6.816	11.422
Tesouro - Direto	635	1.149	1.218
Saldo de Exercícios Anteriores	226	452	400
Controladora	7.308	5.206	9.804
Outras Estatais	0	9	
Operações de Crédito de Longo Prazo	6.322	3.643	4.992
Internas	4.393	3.596	2.917
Externas	1.929	46	2.075
Outros Recursos de Longo Prazo	17.305	2.306	2.576
Debêntures	0	0	76
Controladora	2.587	1.733	1.647
Outras Fontes	14.718	573	853
Total	94.407	108.042	106.830

Fontes: PL nº 28/11-CN e Demonstrativos das fontes de financiamento dos investimentos,
agregados por natureza - DEST/MPOG (dados até o 3º bimestre de 2011). Elaboração Consultorias

82. Observa-se que tais fontes são majoritariamente constituídas por recursos próprios dessas entidades, sendo que em 2012 representarão 82,2% da fonte total. O Grupo Petrobrás é responsável pela maior parcela individual dos dispêndios de investimento com cerca de 90% do total, seguido do Grupo Eletrobrás.

83. Cumpre registrar que, segundo o Poder Executivo, na definição dos limites de investimentos foi levada em conta a real capacidade de geração de recursos de cada empresa a partir de suas propostas, observada a meta zero desse segmento governamental para o cômputo das Necessidades de Financiamento Líquido do Governo Federal. Com isso, os programas e ações ficam com recursos assegurados evitando-se as hipóteses de utilização de recursos a definir ou de empréstimos de curto prazo para financiar investimentos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

1.8 Avaliação e Reestimativa das Receitas Primárias para 2012

84. Em nossa avaliação, as receitas primárias estimadas na Proposta para 2012 acham-se abaixo de seu potencial de realização, por diversas razões.
85. Em primeiro lugar, entendemos a dificuldade enfrentada pelo Poder Executivo na elaboração do orçamento para 2012 num momento repleto de incertezas, principalmente no âmbito internacional.
86. É de conhecimento que a Proposta foi concebida em meio a um cenário em que se vislumbrava um menor crescimento das economias desenvolvidas, mas nada que pudesse afetar de forma significativa o desempenho da economia brasileira.
87. Todavia, pouco antes da entrega da peça orçamentária ao Congresso Nacional, no último dia de agosto, as condições internacionais se agravaram de tal forma que agora é grande a probabilidade de acontecer uma recessão nas economias mais avançadas. Nos EUA devido ao esgotamento dos instrumentos fiscais e creditícios e da pouca resposta da demanda e produção aos estímulos que até agora foram implementados. Na Europa devido ao agravamento da crise soberana dos países de menor desenvolvimento com a elevação das chances de não se honrar o pagamento de compromissos financeiros seguido do travamento do sistema de crédito e suas consequências sobre a fluidez do sistema econômico. No Japão, pelas já conhecidas dificuldades internas vigentes nessa economia somada ao fato de ser um país extremamente comprometido com relações comerciais com outros países desenvolvidos.
88. Não obstante esse fato, parece-nos que a Proposta, aparentemente, foi elaborada mostrando certa inconsistência macroeconômica, pois projetava uma Taxa Selic (média anual) de 12,0% para 2011 com um crescimento de 4,5% para o PIB, e, ao mesmo tempo, previa um aumento para 12,4% daquela Taxa para 2012, mas com um crescimento de 5,0% do PIB, maior do que o ano precedente, contrariando o consenso existente de relação



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

inversa que entre o comportamento dessas variáveis⁷. É verdade que a Proposta previa a possibilidade de se descontar R\$ 25,6 bilhões à título de dispêndios do PAC e isso poderia contribuir para justificar a comentada discrepância⁸.

89. Com o agravamento da situação internacional e a expectativa de que isso venha a ter reflexos mais profundos sobre a economia brasileira, o Banco Central promoveu uma súbita guinada de rumo na política monetária e, na reunião do Copom setembro, contrariando as expectativas mais pessimistas que previam uma estabilidade do nível de juros, reduziu de 12,50% para 12,00% a Taxa Selic. Com isso essa e as demais condicionantes do crescimento econômico foram profundamente alteradas.
90. Autoridade fazendária, em declarações à imprensa, passou a transmitir a informação de que o Governo faria, até 2014, um resultado primário “cheio”, isto é, sem descontar gastos com o PAC, da ordem de 3,10% do PIB para o consolidado do setor público, numa sinalização de que essa política fiscal mais austera daria suporte para sucessivas reduções na taxa básica de juros, aproveitando a janela de oportunidade oferecida pela crise internacional para colocar a taxa de juros real da economia brasileira em níveis mais compatíveis com aqueles experimentados nas economias mais maduras.

1.8.1- NOVAS PERSPECTIVAS DO CENÁRIO ECONÔMICO PARA 2012

91. Tendo em vista essa mudança de cenário, e apoiado em sinalizações vinda das autoridades governamentais, avaliamos que ao final de 2011 a Taxa de juros Selic deverá se situar em 11,0% e que a média para 2012 deverá ser de 10,50%.
92. Quanto ao crescimento do PIB, estimamos que em 2012, atingirá 4,5%, devido a redução da taxa de juros média relativamente a 2011 e a

⁷ A menos que se estivesse prevendo uma forte expansão do crédito ou uma redução do resultado primário ou um acréscimo nas exportações ou, ainda, um robusto crescimento da renda disponível, o que não parece ser o caso.

⁸ É de se registrar que a 4ª Avaliação bimestral de receita e despesa de 2011, elaborada pelo Poder Executivo, prevê um crescimento do PIB de 4,50% para 2011 com uma Taxa Over – Selic média de 11,79%.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

manutenção dos níveis do consumo e investimentos esperados pelo Governo. Vale dizer, entendemos que a redução da taxa de juros compensará, ainda que parcialmente, os possíveis efeitos negativos da crise internacional sobre a economia brasileira.

93. A Tabela VI, a seguir, mostra as diferenças entre os parâmetros da Proposta com os empregados pelo Congresso Nacional na reestimativa das receitas primárias para 2012, sendo que para os demais não houve modificações.

TABELA VI
Parâmetros empregados no PLOA 2012 comparados com os adotados Congresso Nacional em sua reestimativa de receitas

Parâmetros	2011 - 4ª Aval bim [a]	PLOA2012 [b]	Focus Top 5 [c]	Congresso Nacional [d]
PIB real - variação %	4,50	5,00	3,70	4,50
PIB nominal - R\$ bilhões	4.109,90	4.537,50	ni	4.510,10
IPCA acumulado - variação %	5,80	4,80	5,96	6,00
IGP-di acumulado - variação %	6,14	5,00	5,29	6,00
Taxa Over Selic - média %	11,79	12,50	10,46	10,50
Taxa Câmbio - média - R\$/US\$	1,61	1,64	1,73	1,80
Massa Sal Nominal - variação %	13,36	9,79	ni	9,79
Petroleo - média - US\$/barril	112,52	111,64	ni	104,00
Salário Mínimo - R\$	545,00	619,21	ni	619,21
Reaj Nom Sal Mínimo - variação %	6,86	13,62	ni	13,62

Fontes: Relat. Aval. Receita/Despesa do 4º Bim. de 2011 - SOF/MP e PLOA2012

[c] câmbio médio extraído das informações do FOCUS-BC e variação do PIB do universo da pesquisa.

94. Com relação ao comportamento da inflação adotamos a hipótese de que a queda no preço das *commodities*, em decorrência da crise internacional, compensaria em parte o efeito da elevação da taxa de câmbio sobre os preços. Assim, adotamos a hipótese de que o IPCA e IGPdi variarão, em média 6,02% e 5,59%, em 2012 (6,0% no acumulado), acima do que espera o Projeto.

95. Isto posto, entendemos que, embora haja reflexos internacionais da crise externa na economia doméstica, uma taxa de juros mais baixa concorreria para que o crescimento do setor privado não venha a desacelerar em acentuada magnitude.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

96. É de se observar que nossas hipóteses situam-se a um meio termo entre as que estão admitidas na Proposta e aquelas esperadas pelo mercado, que, conforme pesquisa FOCUS de 30.09.2011 mostram-se mais pessimistas, esperando para 2012 um crescimento do PIB de apenas 3,70%.
97. Relativamente à adoção dos novos parâmetros, embora de um lado atuem no sentido de reduzir a estimativa de receitas, ao prever menor crescimento para o PIB real, de outro compensam essa queda ao admitir uma maior variação nos índices de preços do que aquelas supostas na Proposta. Porém, como a variação da massa salarial ficou invariável e houve um acréscimo da taxa câmbio média, esses fatores concorreram para que houvesse um aumento nas previsões da receita.
98. Mas, outra questão identificada é que explica a maior parte da subestimativa das previsões de receitas contidas no Projeto de Lei para 2012. Trata-se da base de arrecadação de 2011 que serve de suporte para a aplicação dos parâmetros esperados para 2012 de forma a produzir a receita esperada nesse exercício.
99. A arrecadação efetiva de 2011, todos sabemos, vem agradavelmente surpreendendo o Poder Executivo a cada mês. No início do exercício, o corte de despesas levado a cabo pelo Decreto nº 7.445, de 01.03.2011, juntamente com a 1^a Avaliação bimestral de receitas e despesas, pressupunha uma superestimativa da receita orçamentária para 2011 da ordem de R\$ 20,3 bilhões.
100. A despeito de a cada bimestre a arrecadação efetiva ter ficado acima da esperada pelo Decreto, o Poder Executivo somente veio a reconhecer esse fato na 4^a Avaliação de agosto, atribuindo o excesso a antecipação de pagamento do REFIS III e pagamento de débitos da CSLL⁹.
101. Examinando o modelo de previsão de receita que fundamenta a Proposta vemos que grande parte da resposta da receita tributária em

⁹ Da 1^a à 4^a Avaliações, um acompanhamento da arrecadação acumulada até o mês, feito pelas Consultorias, para itens que correspondem a 89% da Receita Primária Bruta, mostrou convergência entre a receita prevista na LOA e a receita realizada.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

relação à variação da atividade econômica pode ser explicada pela arrecadação-base admitida como hipótese e, nessa linha, constatamos que itens que poderão se repetir em 2012 ou foram excluídos da base ou foram nela subestimados.

1.8.2- REESTIMATIVA DA RECEITA PRIMÁRIA PARA 2012

102. As Receitas Primárias para 2012, brutas e líquidas, foram reestimadas neste Relatório para R\$ 1.127,3 bilhões e R\$ 937,3 bilhões, mostrando acréscimos de R\$ 29,9 bilhões e R\$ 25,6 bilhões, respectivamente, com relação aos valores contidos na Proposta para 2012 (ver Tabela VII, adiante).

103. Os resultados, por tributo, de nossa reestimativa dessas Receitas, levando em conta as alterações de parâmetros e o ajuste de base, estão reunidos na Tabela VII, a seguir, que mostra as reestimativas para itens específicos da Receita Administrada pela RFB, Receita do RGPS e da Receita Não-Administrada.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

TABELA VII

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Reestimativa do Congresso Nacional para as Receitas Primárias Brutas e Líquidas para 2012

(R\$ milhões)

Discriminação	PLOA 2012		Reestimativa CN		Diferença - R\$	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. RECEITA PRIMÁRIA BRUTA	1.097.340,7	24,18	1.127.322,5	25,00	29.981,8	0,66
I.1 Receita Administrada pela RFB	707.777,0	15,60	724.556,5	16,07	16.779,5	0,37
I.1.1. Imposto de Importação	30.590,6	0,67	33.967,9	0,75	3.377,3	0,07
I.1.2. IPI	49.257,2	1,09	51.452,7	1,14	2.195,5	0,05
I.1.3. Imposto de Renda	270.873,3	5,97	275.153,7	6,10	4.280,4	0,09
I.1.4. IOF	37.997,6	0,84	39.183,0	0,87	1.185,4	0,03
I.1.5. COFINS	174.057,1	3,84	177.617,9	3,94	3.560,8	0,08
I.1.6. PIS/PASEP	45.999,1	1,01	47.703,6	1,06	1.704,5	0,04
I.1.7. CSLL	63.424,2	1,40	63.374,2	1,41	-50,0	0,00
I.1.8. CIDE-combustíveis	9.835,7	0,22	9.835,7	0,22	0,0	0,00
I.1.9. Outras Administradas pela RFB	25.742,2	0,57	26.267,8	0,58	525,6	0,01
I.2. Arrecadação Líquida do RGPS	266.296,4	5,87	274.068,9	6,08	7.772,5	0,17
I.3. Receitas Não Administradas	117.442,3	2,59	122.872,1	2,72	5.429,8	0,12
I.3.1. Concessões	1.753,5	0,04	2.253,5	0,05	500,0	0,01
I.3.2. Dividendos	20.427,0	0,45	20.427,0	0,45	0,0	0,00
I.3.3. Contrib dos Servidores ao PSSS	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	0,0	0,00
I.3.4. Compens. Financeira - Royalties	32.562,9	0,72	32.562,9	0,72	0,0	0,00
I.3.5. Receita Própria (F 50, 82 e 81)	14.455,0	0,32	16.227,3	0,36	1.772,3	0,04
I.3.6. Salário-Educação	14.318,7	0,32	15.553,5	0,34	1.234,8	0,03
I.3.7. Demais Receitas	23.628,9	0,52	25.551,6	0,57	1.922,7	0,04
I.4 Complemento do FGTS	2.957,2	0,07	2.957,2	0,07	0,0	0,00
I.4.5 Incentivos Fiscais	-132,2	0,00	-132,2	0,00	0,0	0,00
I.6 Operações com Ativos	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07	0,0	0,00
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	185.665,9	4,09	189.999,0	4,21	4.333,1	0,10
II.1 FPE - FPM - IPI/EE	148.180,7	3,27	151.314,4	3,35	3.133,7	0,07
II.2 Fundos Regionais	5.166,2	0,11	5.365,9	0,12	199,7	0,00
II.3 Salário-Educação	8.591,2	0,19	9.591,0	0,21	999,8	0,02
II.4 Compens. Financeira - Royalties	20.777,3	0,46	20.777,3	0,46	0,0	0,00
II.5 Cide- combustíveis	2.268,0	0,05	2.268,0	0,05	0,0	0,00
II.6 Demais	682,4	0,02	682,4	0,02	0,0	0,00
III. RECEITA PRIMÁRIA LÍQUIDA (I - II)	911.674,8	20,09	937.323,5	20,78	25.648,7	0,57
. Estimativa do PIB nominal	4.537.477,0		4.510.126,3			

Fonte: PLOA2012 e Consultorias



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

104. Conforme já comentamos, a base de projeção da Proposta para 2012 foi a arrecadação de 2011. Esta, porém, foi construída a partir da utilização dos valores de arrecadação realizados de janeiro a julho de 2011 e projetados de agosto a dezembro, com fundamento nos parâmetros econômicos produzidos pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.
105. Observamos que a base de projeção do Poder Executivo estava subestimada, principalmente a partir da comparação entre a arrecadação realizada de janeiro a julho de 2011 com o mesmo período do ano anterior.
106. Essa subestimativa foi confirmada com o advento do Relatório de Receita e Despesa da 4^a Avaliação Bimestral de 2011, envolvendo o período de janeiro a agosto desse exercício, quando a nova estimativa da Receita Primária Bruta, exceto INSS, aumentou em R\$ 19,5 bilhões, com relação à avaliação anterior.
107. Como parte desse aumento se deveu a arrecadação de receitas atípicas, optamos por escolher a receita dessa última Avaliação, expurgadas daquelas receitas, como base de projeção para 2012, mesmo procedimento metodológico empregado pela RFB.
108. Assim, procedemos a ajustes de base nos seguintes tributos: Imposto de Renda Fonte-rendimentos do trabalho, Imposto de Importação, Imposto de Renda Remessas ao Exterior, Imposto sobre Produtos Industrializados-vinculado à importação e Contribuições sociais da COFINS e PIS/PASEP.
109. Para os impostos vinculados ao câmbio, optamos por aumentar a projeção dos meses de outubro a dezembro de 2011, de acordo com o aumento da taxa de câmbio prevista para o último trimestre do ano. Para 2012, admitimos que o efeito líquido do crescimento da economia com uma maior taxa de câmbio média seja o de manter inalterada as quantidades físicas importadas.
110. Para as Contribuições Sociais da COFINS e o PIS/PASEP a projeção de agosto a dezembro de 2011 levou em conta a variação nominal do período de janeiro a julho de 2011 frente ao mesmo período do ano anterior. É de se



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

observar que embora o crescimento real do PIB esteja em desaceleração isso está sendo compensado pelo maior crescimento dos preços.

111. No caso do Imposto de Renda Fonte Rendimentos do Trabalho, o valor adotado teve como base a arrecadação até agosto de 2011 e seu crescimento nominal com relação ao mesmo período do ano anterior que foi projetado para os quatro meses restantes de 2011. Esse imposto acompanha a variação da massa salarial, que vem crescendo ao desse exercício.
112. No caso da receita do RGPS, a reestimativa da Receita Líquida para 2012 que elaboramos alcança R\$ 271,4 bilhões, superior em R\$ 7,7 bilhões a Receita estimada no PLOA2012.
113. De uma maneira geral, a razão para essa diferença decorre do fato de que a metodologia de projeção subjacente ao Projeto de Lei Orçamentária tem sido incapaz de explicar integralmente o comportamento dessa receita. A metodologia empregada, basicamente, projeta a arrecadação esperada no exercício-base (no caso, 2011) pela evolução prevista para a variação da massa salarial no exercício seguinte.
114. Numa análise temporal, constatou-se que diferenças entre ao receita realizada e a estimativa baseada nessa metodologia decorreram, em exercícios anteriores, entre outras razões, pela ausência de fatores que incorporassem à previsão o incentivo à formalização, os ganhos com o aprimoramento dos controles sobre os contribuintes (esforço de arrecadação), bem como da abrangência limitada sobre a massa salarial. A arrecadação do ano de 2011 evidencia essa imperfeição. A diferença entre a estimativa mais atualizada do Poder Executivo¹⁰ e aquela que constou do PLOA2011 é de R\$ 11.731,2 milhões. Na lei orçamentária para 2011, o Congresso acrescentou R\$ 6.202,0 milhões à estimativa do Projeto, por conta dessa imperfeição. Mesmo assim, a estimativa da LOA2011 ficará aquém da arrecadação que provavelmente se realizará.

¹⁰ Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias. 4º Bimestre de 2011



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

115. A Tabela VIII, a seguir, resume os procedimentos adotados para a reestimativa da Receita do RGPS para 2012.

TABELA VIII

Reestimativa do Congresso Nacional para a Receita do RGPS para o Orçamento de 2012

Discriminação	(R\$ milhões)			
	2010	2011	2012	
Jan-Ago	Jan-Dez	Jan-Ago	Jan-Dez	
Massa Salarial (variação%) ⁽¹⁾	14,90	13,36	9,79	
Receita Projetada pela Massa sem Refis IV	208.710,65	238.405,04	267.214,51	
Receita Realizada ⁽²⁾	129.120,28	212.401,03	150.661,94	245.584,60
Refis IV (Lei nº 11.941/09)	1.400,07	2.086,64	2.345,73	3.048,14
Receita Realizada sem Refis IV	127.720,21	210.314,39	148.316,21	-
(Jan-Ago)/(Jan/Dez) x 100 ⁽³⁾	60,73	60,94		
Receita Projetada pelo % médio do período (Jan/Ago)/(Jan-Dez) sem Refis IV		243.387,09		
Receita Projetada pelo % médio do período (Jan/Ago)/(Jan-Dez) com Refis IV		246.435,23		
Desvio: Receita Realizada sobre Projetada pela Massa sem Refis IV (em %) ⁽⁴⁾	0,77	2,09	1,96	
Desoneração do Plano Brasil Maior		-	2.031,00	
Receita Estimada pelo PLOA2012			266.296,00	
Receita Projetada pela Massa mais Desvio mais Refis IV menos Desoneração			274.068,85	
Acréscimo de Receita em 2012 pela Reestimativa do Congresso Nacional			7.772,90	

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social (Boletim Estatístico da Previdência Social); PL 28/11-CN, informações complementares. Secretaria de Política Econômica (Ministério da Fazenda).

Elaboração das Consultorias.

⁽¹⁾ Em 2010, observada. Para 2011 e 2012, projeções da SPE/MF(21/07/2011).

⁽²⁾ Em 2011 realizada é estimativa da 4ª Avaliação Bimestral para 2011 .

⁽³⁾ Em 2011, média dos percentuais do período 2006 a 2010.

⁽⁴⁾ Em 2012, média dos desvios dos anos 2007 a 2011, exceto 2008.

116. Em nossa metodologia projetamos a receita de 2011 aplicando ao valor arrecadado nos oito primeiros meses desse exercício o percentual médio, observado em anos anteriores, correspondente à receita arrecadada nesse período sobre o total. Cautelosamente, retiramos a arrecadação relativa ao Refis IV que não segue esse padrão de crescimento¹¹. Ao valor assim obtido, R\$ 243,4 bilhões, foi somado o total esperado, para todo o ano, do Refis IV. Também calculamos o desvio entre as receitas projetadas, sem o Refis IV, pela massa salarial e pelo percentual médio.

117. Desse modo, a arrecadação para 2012 foi reestimada considerando a nova projeção para 2011 sem o Refis IV, o crescimento previsto pelo Executivo para a massa salarial em 2012, o desvio metodológico de 1,96%, o Refis IV e descontando as previsões da RFB para a desoneração dos setores de informática, calçadista, moveleiro e de confecções dentro do Programa Brasil Maior.

¹¹ De janeiro a agosto de 2011 foram arrecadados R\$ 2.435,7 milhões.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

118. Quanto ao acréscimo na Receita de Concessões o mesmo decorre da expectativa de recebimento de Bônus de Assinatura de Contratos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural.
119. Como se sabe, tais bônus são valores devidos pelas concessionárias vencedoras de licitações, realizadas exclusivamente na forma de concorrência pública, para exploração e produção de petróleo e gás natural e pago integralmente no ato da assinatura dos contratos no valor nominal previamente especificado pelo edital de abertura do certame. Estão previstos tanto nos contratos de concessão nos termos da Lei do Petróleo, Lei N° 9.478/97, aplicável aos campos localizados nas camadas do *pós-sal*, quanto nos contratos de partilha de produção regidos pela recente Lei N° 12.351/10, aplicável aos campos pertencentes às camadas do *pré-sal*.
120. Essas receitas, que têm previsão nula na Proposta orçamentária, foram por nós reestimadas com base no conteúdo da proposta de Plano Plurianual encaminhada pelo Poder Executivo, em tramitação no Congresso Nacional, assim como em informações extraídas de declarações do Ministro de Estado das Minas e Energia, competente para a iniciativa de licitações relativas à matéria, bem assim das emanadas da Agência Nacional de Petróleo - ANP, competente para subsidiar e dar cumprimento às licitações autorizadas pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.
121. Relativamente aos contratos de concessão, apuramos a intenção de ser realizada em 2012 a 11ª Rodada, para exploração e produção de campos novos do *pós-sal*, quando serão licitados 174 blocos exploratórios, sendo 87 em terra e 87 na plataforma marítima, em uma área total de 123 mil Km² , já autorizada pelo CNPE, além de mais 7 licitações para produção em campos maduros, cujas licitações prometem arrecadar receita total superior a R\$ 500,0 milhões, com base nos resultados de licitações anteriores com o mesmo perfil, especialmente a 9ª Rodada.
122. Mantivemos inalterada a estimativa da Receita de Compensação Financeira – *Royalties*, uma vez que o aumento que admitimos para a taxa de câmbio média para 2012 teve seus efeitos sobre a arrecadação



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

neutralizados pela redução na expectativa para o preço médio do barril de petróleo no mesmo exercício.

123. No caso do Salário-Educação, Receitas Próprias e Demais Receitas Não Administradas, optamos por reestimar a arrecadação de 2011, que serve de base para a projeção de 2013, devido ao aumento de arrecadação que ocorreu entre o envio da Proposta e a 4^a. Avaliação. A previsão para 2011 do Salário-Educação aumentou em R\$ 1,2 bilhão; das Receitas Próprias em R\$ 1,8 bilhão e das Demais Receitas Não-Administradas em R\$ 1,9 bilhão. Não foi detectada nenhuma receita atípica nesses casos.

124. Não consideramos a perda de receita de R\$ 50,0 milhões decorrente da redução da alíquota específica da CIDE sobre a gasolina com base na informação de que esse valor será compensado pela maior arrecadação das Contribuições sociais do PIS e da COFINS devido ao aumento da taxa de câmbio.

125. Também, não consideramos qualquer impacto de redução de receita decorrente da aprovação do projeto de lei complementar que reajusta em 50% as tabelas de enquadramento das micro e pequenas empresas no Simples Nacional (Supersimples – PLC 77/11-Complementar). Nosso entendimento é de que o impacto será neutro, do ponto de vista da arrecadação de tributos.

126. Vale ressaltar que detectamos problemas de classificação das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Muitas receitas estão levando classificação genérica, ao invés de estarem classificadas em suas respectivas rubricas, como o PIS/PASEP, COFINS, Imposto de Renda, IPI etc. Isso tem dificultado sobremaneira as avaliações e as projeções do Congresso por imposto. O mesmo ocorre nas Receitas Não-Administradas. Observamos que no PLOA 2012, encontram-se R\$ 8,0 bilhões de receitas na rubrica Outras Receitas Não Administradas e R\$ 19,0 bilhões em Demais Receitas Administradas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

1.9 Metodologia da Estimativa das Receitas Administradas pela RFB – Amparo Legal

127. Segundo a Resolução Nº 1, de 2006 - CN, art.33, § único, a metodologia a ser utilizada na análise da estimativa da receita deverá ser aquela prevista na LDO.

128. Ocorre que apenas até a LDO de 2009 houve essa previsão legal, ao determinar que as estimativas “*se farão com a observância estrita das normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante*”.

129. Entendemos que a ausência dessa previsão legal nos demais anos e na LDO2012 não constitui obstáculo, pois a LRF, matriz desse dispositivo, em seu art. 12, já cuida do assunto nos mesmos termos: “*As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizada.*”

130. A determinação de que os dois anos seguintes constem da previsão aplicam-se, nosso ver, a informações que devam constar da LDO ou das informações complementares, neste caso prestadas pelo Executivo, uma vez que não cabe ao substitutivo do Projeto de Lei Orçamentária trazê-los.

1.10 Ajustes Técnicos para Adequação das Fontes de Recursos e para Correção de Identificador de Receita Primária

131. Caberá ao Relator-Geral promover:

- a) os ajustes técnicos necessários à utilização das receitas identificadas neste Relatório e aqueles decorrentes de alteração na meta de resultado primário, inclusive, se for o caso, disponibilizando fontes financeiras de recursos, e



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

b) acréscimos em fontes de recursos do orçamento de investimento em virtude de aprovação de Emendas à despesa nos orçamentos fiscal e da seguridade social.

1.11 Emendas de Renúncias de Receitas Apresentadas

132. Os pareceres às emendas de Renúncia de Receita estão em anexo.
133. Foram apresentadas quatro emendas de renúncias de receita de autoria do nobre Deputado João Dado de nºs.90410001; 90410002; 90410003 e 90410004, visando reservar recursos para o PL nº1711/11, que isenta do IPI veículos de transporte de carga utilizados por feirantes; PL nº 2614/07, que isenta de IPI os automóveis de fiscais tributários; PL nº 4593/04, que isenta da Contribuição do PIS/PASEP as entidades sindicais de trabalhadores e PLnº 634/07, que amplia os gastos com saúde do contribuinte no IRPF para poder considerar até mesmo gastos de pessoas que, embora não sejam seus dependentes, vivam sob seu auxílio. O montante bruto dessas renúncias é estimado em R\$ 473,2 milhões e o valor líquido que seria suportado pela União, isto é, depois de consideradas as parcelas dos Fundos de Participação, alcançaria R\$ 271,7 milhões.
134. Emendas de renúncia de receita refletem, regra geral, o interesse de parlamentares em assegurar que projetos de lei de sua iniciativa, ainda em tramitação, não se inviabilizem por falta de adequação orçamentária e financeira, posto que, para sua aprovação, deve ser demonstrado que a renúncia correspondente ao benefício proposto já foi considerada na lei orçamentária.
135. Caso tivéssemos aprovado alguma emenda de renúncia de receita relativa a Projeto de Lei em tramitação estaríamos exercendo julgamento quanto ao mérito da proposição, em detrimento de outros Projetos que também estão tramitando, mas que, por razões desconhecidas, não tiveram apresentadas emendas de renúncia de receita respectiva. Além disso, não saberíamos se, com ou sem modificações ou veto, o Projeto se



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

transformaria em lei, e consequentemente, se de fato redundaria em desoneração e queda de arrecadação no próximo exercício.

136. A reserva de valores para atender Projetos de Lei que envolvam renúncia de receita tributária equivale ao processo de alocação dos recursos feita em etapa posterior à esta dentro do processo orçamentário legislativo.

137. Nosso entendimento é que esta fase mostra-se mais apropriada para a avaliação daquelas proposições, pois, se houver disponibilidade de recursos, pode ser assegurada dotação como se despesa obrigatória fosse, sob a forma de reserva, com titulação específica. A evidência de que existiriam recursos para custear a aprovação de tais Projetos constaria, assim, da lei orçamentária, e com mais fácil visualização por parte dos interessados.

138. Em função desses argumentos resolvemos considerar as referidas emendas como rejeitadas.

139. Adicionalmente, deixamos nossa sugestão ao Relator-Geral do Orçamento de 2012 para que, na medida de suas possibilidades, considere a alternativa de estabelecer a mencionada reserva de recursos para o atendimento de Projetos de Lei em tramitação envolvendo renúncias de receitas tributárias.

140. Por último, relativamente ao OF. SEC. N. 71/2011/CMO de 05.10.2011, do Exmo. Sr. Presidente da CMO, que estipulou prazo de até o dia 11.10.2011 para a que esta Comissão emitisse o Parecer de subsídio ao Relator da Receita de que trata Of. Nº 323/2011 – CFT, de 28.09.2011, informamos que até momento da feitura deste Relatório não recebemos o referido documento.

1.12 Anexos

141. Encontram-se, em anexo, Tabelas contendo a evolução das receitas primárias de 2008 a 2012, bem como a composição e detalhamento da estimativa da RFB para no período 2012 e os demonstrativos, comparando-as com os valores respectivos contidos no Projeto de Lei, classificadas por



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

natureza e fonte, conforme determina o art. 34 da Resolução nº 1, de 2006 – CN.

2. VOTO

142. Ante o exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2012, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas, que constam da relação em anexo.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2011.

Senador ACIR GURGACZ

Relator da Receita



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

ANEXO 1

RECEITAS PRIMÁRIAS BRUTAS E LÍQUIDAS
2010-1012

Discriminação	2010										2011										2012									
	Proposta		Lei		Acréscimo do Congresso		Realizado		Proposta		Lei		Acréscimo do Congresso		3 ^a Av. Bimestral 2011		4 ^a Av. Bimestral 2011		Proposta		Congresso 1a. Estimativa		Acréscimo do Congresso 1a. Estimativa							
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB						
I. RECEITA TOTAL	853.606,1	25,66	873.894,9	26,28	20.288,80	0,62	921.054,9	25,28	967.626,1	24,86	990.474,8	25,22	22.848,7	0,36	972.436,0	23,66	997.449,4	24,27	1.097.340,8	24,18	1.127.322,6	25,00	29.981,8	0,81						
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	545.065,9	16,39	557.739,7	16,77	12.673,80	0,39	531.206,0	14,58	632.109,3	16,24	642.075,8	16,35	9.966,4	0,11	626.303,4	15,24	637.722,4	15,52	707.777,0	15,60	724.556,6	16,07	16.779,6	0,47						
I.1.1. Imposto de Importação	17.186,2	0,52	17.186,2	0,52	0,00	0,00	21.093,3	0,58	23.130,9	0,59	23.130,9	0,59	0,0	-0,01	25.888,3	0,63	26.062,3	0,63	30.590,6	0,67	33.967,9	0,75	3.377,2	0,08						
I.1.2. IPI	39.722,9	1,19	39.722,9	1,19	0,00	0,00	37.553,8	1,03	50.736,3	1,30	49.241,4	1,25	-1.494,9	-0,05	43.429,0	1,06	49.257,2	1,09	51.452,7	1,14	2.195,5	0,06								
I.1.3. Imposto sobre a Renda	207.738,3	6,24	207.738,3	6,25	0,00	0,00	194.672,4	5,34	243.020,4	6,24	243.020,4	6,19	0,0	-0,05	236.900,8	5,76	238.567,9	5,80	270.873,3	5,97	275.153,7	6,10	4.280,4	0,13						
I.1.4. IOF	21.122,6	0,63	27.596,4	0,83	6.473,80	0,19	26.576,1	0,73	28.393,9	0,74	31.950,7	0,81	3.011,3	0,07	32.769,9	0,80	32.760,3	0,80	37.997,6	0,84	39.183,0	0,87	1.185,5	0,03						
I.1.5. COFINS	145.866,3	4,38	152.066,3	4,57	6.200,00	0,19	141.232,3	3,88	157.117,7	4,04	157.967,7	4,02	850,0	-0,01	160.547,6	3,91	161.506,3	3,93	174.057,1	3,84	177.617,9	3,94	3.560,8	0,10						
I.1.6. PIS/PASEP	38.347,2	1,15	38.347,2	1,15	0,00	0,00	40.794,4	1,12	41.094,7	1,06	41.094,7	1,05	0,0	-0,01	42.353,1	1,03	42.816,2	1,04	45.999,1	1,01	47.703,6	1,06	1.704,5	0,04						
I.1.7. CSLL	56.225,8	1,69	56.225,8	1,69	0,00	0,00	46.370,3	1,27	54.461,3	1,40	62.061,3	1,58	7.600,0	0,18	53.322,1	1,30	60.065,2	1,46	63.424,2	1,40	63.374,2	1,41	-50,0	0,01						
I.1.8. CPMF/CSS	0,0	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00	23,6	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00	46,6	0,00	68,8	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
I.1.9. CIDE - Combustíveis	7.306,3	0,22	7.306,3	0,22	0,00	0,00	7.759,1	0,21	8.636,1	0,22	8.636,1	0,22	0,0	0,00	9.322,9	0,23	9.537,0	0,23	9.835,7	0,22	9.835,7	0,22	0,0	0,00						
I.1.10. Outras Administradas pela RFB	11.550,3	0,35	11.550,3	0,35	0,00	0,00	15.130,6	0,42	24.972,4	0,64	24.972,4	0,64	0,0	-0,01	21.723,1	0,53	22.714,9	0,55	25.742,2	0,57	26.267,8	0,58	525,6	0,02						
I.2. Arrecadação Líquida para o RGPS	204.338,5	0,00	204.338,5	6,14	0,00	6,14	211.968,4	5,82	233.853,4	6,01	240.055,4	6,11	6.202,0	0,11	240.055,4	5,84	245.584,6	5,98	266.296,4	5,87	274.068,9	6,08	7.772,5	0,21						
I.3. Outras Receitas	104.303,3	6,14	111.918,3	3,37	7.615,00	-2,78	177.979,1	4,88	101.781,6	2,61	108.461,8	2,76	6.680,3	0,15	106.294,0	2,59	114.359,3	2,78	123.399,7	2,72	128.829,4	2,86	5.429,7	0,14						
I.3.1. Concessões	1.797,7	3,14	1.812,7	0,05	15,00	-3,08	1.158,4	0,03	1.283,6	0,03	1.100,0	0,03	2.383,6	0,06	1.753,5	0,04	2.253,5	0,05	500,0	0,01	500,0	0,01								
I.3.2. Dividendos	16.117,0	0,05	16.117,0	0,48	0,00	0,43	22.414,5	0,62	17.563,9	0,45	17.563,9	0,45	0,0	0,00	15.169,5	0,37	17.169,5	0,42	20.427,0	0,45	20.427,0	0,45	0,0	0,00						
I.3.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	9.184,0	0,48	9.184,0	0,28	0,00	-0,21	8.573,9	0,24	9.736,6	0,25	9.736,6	0,25	0,0	0,00	9.550,6	0,23	9.466,9	0,23	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	0,0	0,00						
I.3.4. Cota-Parte de Compensações Financeiras	28.416,1	0,28	28.416,1	0,85	0,00	0,58	24.420,7	0,67	24.844,2	0,64	27.365,5	0,70	2.521,2	0,06	27.365,5	0,67	29.048,6	0,71	32.562,9	0,72	0,0	0,00								
I.3.5. Receita Própria (fontes 50, 81 & 82)	12.140,1	0,85	12.240,1	0,37	100,00	-0,49	12.687,9	0,35	12.283,4	0,32	12.291,4	0,31	8,0	0,00	12.476,4	0,30	14.063,1	0,34	14.455,0	0,32	16.227,3	0,36	1.772,3	0,04						
I.3.6. Salário-Educação	10.868,0	0,02	10.868,0	0,33	0,00	0,31	11.049,2	0,30	11.904,2	0,30	11.904,2	0,30	0,0	0,00	11.904,2	0,29	13.024,8	0,32	14.318,7	0,32	15.553,5	0,34	1.234,7	0,03						
I.3.7. Complemento do FGTS	2.253,3	0,33	2.253,3	0,07	0,00	-0,26	2.523,5	0,07	2.839,0	0,07	2.839,0	0,07	0,0	0,00	2.839,0	0,07	2.839,0	0,07	2.957,2	0,07	2.957,2	0,07	0,0	0,00						
I.3.8. Operações com Ativos	1.300,0	0,07	2.400,0	0,07	1.100,00	0,00	74.807,6	2,05	0,0	0,00	3.000,0	0,08	3.000,0	0,08	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07	0,0	0,00						
I.3.9. Demais Receitas	22.227,1	0,04	28.627,1	0,86	6.400,00	0,82	20.343,5	0,56	21.326,7	0,55	21.377,7	0,54	51,0	0,00	21.605,2	0,53	23.343,8	0,57	23.628,9	0,52	25.551,6	0,57	1.922,7	0,05						
I.4. Incentivos Fiscais	-101,5	0,66	-101,5	0,00	0,00	-0,67	-98,6	0,00	-118,3	0,00	0,00	0,00	-216,9	-0,01	-216,9	-0,01	-132,2	0,00	-132,2	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00						
II. TRANSFERÊNCIAS A ENTES SUBNACIONAIS	143.913,0	4,33	143.913,0	4,33	0,00	0,00	133.176,9	3,66	164.873,5	4,24	165.331,7	4,21	458,2	-0,03	161.957,2	3,94	165.756,4	4,03	185.665,9	4,09	189.999,0	4,21	4.333,1	0,12						
II.1. FPE/FPM/IPI-EE	113.269,4	3,41	113.269,4	3,41	0,00	0,00	105.744,4	2,90	135.819,0	3,49	134.996,8	3,44	-822,2	-0,05	131.939,9	3,21	132.797,0	3,23	148.180,7	3,27	151.314,4	3,35	3.133,7	0,09						
II.2. Subsídio aos Fundos Constitucionais	4.228,4	0,13	4.228,4	0,13	0,00	0,00	3.068,5	0,08	3.591,4	0,09	3.598,0	0,09	6,7	0,00	3.282,5	0,08	3.769,2	0,09	5.166,2	0,11	5.365,9	0,12	199,7	0,01						
Repasse Total	7.419,6	0,22	7.419,6	0,22	0,00	0,00	6.835,6	0,19	8.807,9	0,23	8.763,0	0,22	-44,8	0,00	8.447,5	0,21	8.458,9	0,21	9.598,5	0,21	9.798,2	0,22	199,7	0,01						
Superávit Fundos	-3.191,2	-0,10	-3.191,2	0,00	0,00	-3.767,2	-0,10	-5.216,5	-0,13	-5.165,0	-0,13	51,5	0,00	-5.165,0	-0,13	-4.689,7	-0,11	-4.432,3	-0,10	-4.432,3	-0,10	0,0	0,00							
II.3. Salário Educação	6.520,8	0,20	6.520,8	0,00	0,00	6.553,7	0,18	7.142,5	0,18	7.142,5	0,18	0,0	0,00	7.019,7	0,17	7.923,6	0,19	8.591,2	0,19	9.591,0	0,21	999,7	0,02							
II.4. Compensações Financeiras	17.872,7	0,54	17.872,7	0,54	0,00	0,00	15.480,9	0,42	16.019,9	0,41	17.293,7	0,44	1.273,7	0,03	17.278,4	0,42	18.495,7	0,45	20.777,3	0,46	20.777,3	0,46	0,0	0,00						
II.5. Cide combustíveis	1.692,2	0,05	1.692,2	0,05	0,00	0,00	1.775,7	0,05	1.968,3	0,05	1.968,3	0,05	0,0	0,00	2.069,9	0,05	2.138,4	0,05	2.268,0	0,05	2.268,0	0,05	0,0	0,00						
II.6. Demais	329,6	0,01	329,6	0,01	0,00	0,00	553,7	0,02	332,4	0,01	332,4	0,01	0,0	0,00	366,9	0,01	632,5	0,02	682,4	0,02	682,4	0,02	0,0	0,00						
1.7 FPM adicional	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	709.693,1	21,33	729.981,9	21,95	20.288,80	0,62	787.878,1	21,62	802.752,5	20,62	825.143,0	21,01	22.390,5	0,39	810.478,7	19,72	831.693,0	20,24	911.674,9	20,09	937.323,6	20,78	25.648,7	0,69						
Memorando:	SPE 15/07 - PIB 4,5%																													



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

ANEXO 2
RECEITA PRIMÁRIAS BRUTAS E LÍQUIDAS, 2008-2012

Discriminação	2008		2009		2010		Previsão 2011				Previsão 2012				Proposta Orçamentária		Congresso 1a. Reest.	
	Realizado		Realizado		Lei		Realizado		Lei		3ª Av. Bimestral 2011		4ª Av. Bimestral 2011		Proposta Orçamentária		Congresso 1a. Reest.	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. RECEITA TOTAL	717.442,2	23,88	740.627,8	23,25	873.894,9	26,28	921.054,9	25,28	990.474,8	25,22	972.436,0	23,66	997.449,4	24,27	1.097.340,8	24,18	1.127.322,6	25,00
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	466.337,0	15,52	456.139,3	14,32	557.739,7	16,77	531.206,0	14,58	642.075,8	16,35	626.303,4	15,24	637.722,4	15,52	707.777,0	15,60	724.556,6	16,07
I.1.1. Imposto de Importação	17.171,3	0,57	15.967,9	0,50	17.186,2	0,52	21.093,3	0,58	23.130,9	0,59	25.888,3	0,63	26.062,3	0,63	30.590,6	0,67	33.967,9	0,75
I.1.2. IPI	37.361,1	1,24	28.086,4	0,88	39.722,9	1,19	37.553,8	1,03	49.241,4	1,25	43.429,0	1,06	43.623,3	1,06	49.257,2	1,09	51.452,7	1,14
I.1.3. Imposto sobre a Renda	179.249,4	5,97	178.795,8	5,61	207.738,3	6,25	194.672,4	5,34	243.020,4	6,19	236.900,8	5,76	238.567,9	5,80	270.873,3	5,97	275.153,7	6,10
I.1.4. IOF	20.340,3	0,68	19.293,4	0,61	27.596,4	0,83	26.576,1	0,73	31.950,7	0,81	32.769,9	0,80	32.760,3	0,80	37.997,6	0,84	39.183,0	0,87
I.1.5. COFINS	121.923,9	4,06	118.957,1	3,73	152.066,3	4,57	141.232,3	3,88	157.967,7	4,02	160.547,6	3,91	161.506,3	3,93	174.057,1	3,84	177.617,9	3,94
I.1.6. PIS/PASEP	31.515,8	1,05	31.723,2	1,00	38.347,2	1,15	40.794,4	1,12	41.094,7	1,05	42.353,1	1,03	42.816,2	1,04	45.999,1	1,01	47.703,6	1,06
I.1.7. CSLL	44.613,2	1,48	45.050,1	1,41	56.225,8	1,69	46.370,3	1,27	62.061,3	1,58	53.322,1	1,30	60.065,2	1,46	63.424,2	1,40	63.374,2	1,41
I.1.8. CPMF/CSS	1.109,5	0,04	91,5	0,00	0,0	0,00	23,6	0,00	0,0	0,00	46,6	0,00	68,8	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00
I.1.9. CIDE - Combustíveis	5.944,0	0,20	4.914,5	0,15	7.306,3	0,22	7.759,1	0,21	8.636,1	0,22	9.322,9	0,23	9.537,0	0,23	9.835,7	0,22	9.835,7	0,22
I.1.10. Outras Administradas pela RFB	7.108,6	0,24	13.259,4	0,42	11.550,3	0,35	15.130,6	0,42	24.972,4	0,64	21.723,1	0,53	22.714,9	0,55	25.742,2	0,57	26.267,8	0,58
I.2. Arrecadação Líquida para o RGPS	163.355,3	5,44	182.008,4	5,71	204.338,5	6,14	211.968,4	5,82	240.055,4	6,11	240.055,4	5,84	245.584,6	5,98	266.296,4	5,87	274.068,9	6,08
I.3. Outras Receitas	87.750,9	2,92	102.534,9	3,22	111.918,3	3,37	177.979,1	4,88	108.461,8	2,76	106.294,0	2,59	114.359,3	2,78	123.399,7	2,72	128.829,4	2,86
I.3.1. Concessões	6.080,0	0,20	3.091,4	0,10	1.812,7	0,05	1.158,4	0,03	2.383,6	0,06	2.383,6	0,06	2.383,6	0,06	1.753,5	0,04	2.253,5	0,05
I.3.2. Dividendos	13.363,8	0,44	26.683,0	0,84	16.117,0	0,48	22.414,5	0,62	17.563,9	0,45	15.169,5	0,37	17.169,5	0,42	20.427,0	0,45	20.427,0	0,45
I.3.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	6.627,5	0,22	7.558,6	0,24	9.184,0	0,28	8.573,9	0,24	9.736,6	0,25	9.550,6	0,23	9.466,9	0,23	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23
I.3.4. Cota-Parte de Compensações Financeiras	25.031,7	0,83	19.412,0	0,61	28.416,1	0,85	24.420,7	0,67	27.365,5	0,70	27.365,5	0,67	29.048,6	0,71	32.562,9	0,72	32.562,9	0,72
I.3.5. Receita Própria (fontes 50, 81 & 82)	10.283,1	0,34	11.137,8	0,35	12.240,1	0,37	12.687,9	0,35	12.291,4	0,31	12.476,4	0,30	14.083,1	0,34	14.455,0	0,32	16.227,3	0,36
I.3.6. Salário-Educação	8.776,4	0,29	9.588,9	0,30	10.868,0	0,33	11.049,2	0,30	11.904,2	0,30	11.904,2	0,29	13.024,8	0,32	14.318,7	0,32	15.553,5	0,34
I.3.7. Complemento do FGTS	1.837,7	0,06	2.502,9	0,08	2.253,3	0,07	2.523,5	0,07	2.839,0	0,07	2.839,0	0,07	2.839,0	0,07	2.957,2	0,07	2.957,2	0,07
I.3.8. Operações com Ativos	0,0	0,00	0,0	0,00	2.400,0	0,07	74.807,6	2,05	3.000,0	0,08	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07
I.3.9. Demais Receitas	15.750,9	0,52	22.560,2	0,71	28.627,1	0,86	20.343,5	0,56	21.377,7	0,54	21.605,2	0,53	23.343,8	0,57	23.628,9	0,52	25.551,6	0,57
I.4. Incentivos Fiscais	-1,1	0,00	-54,8	0,00	-101,5	0,00	-98,6	0,00	-118,3	0,00	-216,9	-0,01	-216,9	-0,01	-132,2	0,00	-132,2	0,00
II. TRANSFERÊNCIAS A ENTES SUBNACIONAIS	127.464,0	4,24	119.900,0	3,76	143.913,0	4,33	133.176,9	3,66	165.331,7	4,21	161.957,2	3,94	165.756,4	4,03	185.665,9	4,09	189.999,0	4,21
II.1. FPE/FPM/IPI-EE	101.880,6	3,39	97.560,6	3,06	113.269,4	3,41	105.744,4	2,90	134.996,8	3,44	131.939,9	3,21	132.797,0	3,23	148.180,7	3,27	151.314,4	3,35
II.2. Subsiídios aos Fundos Constitucionais	2.778,9	0,09	3.053,9	0,10	4.228,4	0,13	3.068,5	0,08	3.598,0	0,09	3.282,5	0,08	3.769,2	0,09	5.166,2	0,11	5.365,9	0,12
Repasso Total	6.631,2	0,22	6.285,9	0,20	7.419,6	0,22	6.835,6	0,19	8.763,0	0,22	8.447,5	0,21	8.458,9	0,21	9.598,5	0,21	9.798,2	0,22
Superávit Fundos	-3.852,255	-0,13	-3.232,0	-0,10	-3.191,2	-0,10	-3.767,2	-0,10	-5.165,0	-0,13	-5.165,0	-0,13	-4.689,7	-0,11	-4.432,3	-0,10	-4.432,3	-0,10
II.3. Salário-Educação	5.172,9	0,17	5.740,1	0,18	6.520,8	0,20	6.553,7	0,18	7.142,5	0,18	7.019,7	0,17	7.923,6	0,19	8.591,2	0,19	9.591,0	0,21
II.4. Compensações Financeiras	15.795,2	0,53	12.213,1	0,38	17.872,7	0,54	15.480,9	0,42	17.293,7	0,44	17.278,4	0,42	18.495,7	0,45	20.777,3	0,46	20.777,3	0,46
II.5. Cide combustíveis	1.578,9	0,05	962,4	0,03	1.692,2	0,05	1.775,7	0,05	1.968,3	0,05	2.069,9	0,05	2.138,4	0,05	2.268,0	0,05	2.268,0	0,05
II.6. Demais	257,4	0,01	369,9	0,01	329,6	0,01	553,7	0,02	332,4	0,01	366,9	0,01	632,5	0,02	682,4	0,02	682,4	0,02
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	589.978,2	19,63	620.727,8	19,49	729.981,9	21,95	787.878,1	21,62	825.143,0	21,01	810.478,7	19,72	831.693,0	20,24	911.674,9	20,09	937.323,6	20,78
Memorando																		
Produto Interno Bruto (R\$ milhões)	3.004.881,1		3.143.015,0		3.325.465,5		3.643.547,6		3.927.061,1		4.109.431,9		4.109.863,2		4.537.476,5		4.510.126,3	

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal, Ministério do Planejamento



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

ANEXO 3

RECEITA ADMINISTRADA PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EXCETO INSS, 2007-2012

RECEITA ADMINISTRADA PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EXCETO INSS, 2007-2012	2007		2008		2009		2010		2011				2012					
	Realizado		Realizado		Realizado		Realizado		Lei		Reprogr/3a.aval		Reprogr/4a.aval		Proj Lei			
	R\$ milhões	%PIB	R\$ milhões	%PIB	R\$ milhões	%PIB	R\$ milhões	%PIB										
Imposto sobre Importação	12.216	0,46	17.171	0,57	15.968	0,51	21.093	0,58	23.131	0,59	25.888	0,63	26.062	0,63	30.591	0,67		
Imposto sobre Exportação	63	0,00	37	0,00	66	0,00	44	0,00		42	0,00	39	0,00	46	0,00	46	0,00	
Imposto sobre Produtos Industrializados	31.876	1,20	37.361	1,24	28.086	0,89	37.554	1,03	49.241	1,25	43.429	1,06	43.623	1,06	49.257	1,09	51.453	1,14
I.P.I. - Fumo	2.803	0,11	3.211	0,11	3.314	0,11	3.705	0,10	3.875	0,10	3.561	0,09	3.755	0,09	5.106	0,11	5.347	0,12
I.P.I. - Bebidas	2.589	0,10	2.489	0,08	2.304	0,07	2.430	0,07	2.845	0,07	2.807	0,07	2.886	0,07	3.033	0,07	3.076	0,07
I.P.I. - Automóveis	5.229	0,20	6.032	0,20	2.097	0,07	5.786	0,16	6.988	0,18	7.218	0,18	7.403	0,18	8.051	0,18	8.094	0,18
I.P.I. - Vinculado à Importação	7.692	0,29	10.351	0,34	8.384	0,27	11.259	0,31	11.858	0,30	13.294	0,32	13.263	0,32	15.802	0,35	17.778	0,39
I.P.I. - Outros	13.563	0,51	15.278	0,51	11.987	0,38	14.373	0,39	23.676	0,60	16.549	0,40	16.316	0,40	17.266	0,38	17.148	0,38
Imposto sobre a Renda	148.014	5,56	179.249	5,97	178.796	5,69	194.672	5,34	243.021	6,19	236.901	5,76	238.568	5,80	270.873	5,97	275.154	6,10
I.R. - Pessoa Física	13.710	0,52	15.048	0,50	14.808	0,47	17.309	0,48	20.746	0,53	21.941	0,53	22.343	0,54	25.195	0,56	25.644	0,57
I.R. - Pessoa Jurídica	67.798	2,55	81.414	2,71	81.084	2,58	84.874	2,33	106.011	2,70	102.489	2,49	102.444	2,49	116.655	2,57	116.097	2,57
I.R. - Retido na Fonte	66.506	2,50	82.787	2,76	82.903	2,64	92.489	2,54	116.263	2,96	112.471	2,74	113.781	2,77	129.023	2,84	133.413	2,96
I.R.R.F. - Trabalho	32.072	1,21	41.346	1,38	42.074	1,34	49.144	1,35	61.322	1,56	58.020	1,41	58.072	1,41	63.361	1,40	64.627	1,43
I.R.R.F. - Capital	21.488	0,81	25.585	0,85	23.432	0,75	25.169	0,69	33.455	0,85	34.195	0,83	34.527	0,84	43.051	0,95	43.051	0,95
I.R.R.F. - Remessas	7.908	0,30	9.932	0,33	10.917	0,35	11.594	0,32	13.656	0,35	12.821	0,31	13.679	0,33	14.032	0,31	17.192	0,38
I.R.R.F. Outros	5.037	0,19	5.924	0,20	6.480	0,21	6.581	0,18	7.831	0,20	7.435	0,18	7.503	0,18	8.579	0,19	8.542	0,19
I.O.F. - Imposto s/ Operações Financeiras	7.855	0,30	20.340	0,68	19.293	0,61	26.576	0,73	31.951	0,81	32.770	0,80	32.760	0,80	37.998	0,84	39.183	0,87
I.T.R. - Imposto Territorial Rural	374	0,01	465	0,02	473	0,02	523	0,01	-	-	556	0,01	569	0,01	624	0,01	624	0,01
CPMF - Contrib. Movimentação Financeira	36.520	1,37	1.109	0,04	92	0,00	24	0,00	-	-	47	0,00	69	0,00	-	0,00	-	-
COFINS - Contribuição s/ Seguridade	103.196	3,88	121.924	4,06	118.957	3,78	141.232	3,88	157.968	4,02	160.548	3,91	161.506	3,93	174.057	3,84	177.618	3,94
Contribuição p/o PIS/PASEP	26.632	1,00	31.516	1,05	31.723	1,01	40.794	1,12	41.095	1,05	42.353	1,03	42.816	1,04	45.999	1,01	47.704	1,06
CSLL - Contrib. Soc. s/Lucro Líquido	34.471	1,30	44.613	1,48	45.050	1,43	46.370	1,27	62.061	1,58	53.322	1,30	60.065	1,46	63.424	1,40	63.374	1,41
CIDE - Combustíveis	7.943	0,30	5.944	0,20	4.915	0,16	7.759	0,21	8.636	0,22	9.323	0,23	9.537	0,23	9.836	0,22	9.836	0,22
Contribuição p/o FUNDAF	367	0,01	252	0,01	327	0,01	429	0,01	-	-	577	0,01	576	0,01	863	0,02	863	0,02
Outras Receitas Administradas	7.983	0,30	6.354	0,21	12.394	0,39	14.136	0,39	24.972	0,64	20.547	0,50	21.531	0,52	24.209	0,53	24.735	0,55
Rec. Administrada RFB(excepto PrevSoc.)	417.509	15,69	466.337	15,52	456.139	14,51	531.206	14,58	642.075.7	16,35	626.303	15,24	637.722	15,52	707.777	15,60	724.557	16,07

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal

Funte. Setri
Memoranda

Produto Interno Bruto (R\$ milhões)

Produto Interno Bruto (R\$ milhares)



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

ANEXO 4

PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB - 2012 - CONGRESSO NACIONAL (A PREÇOS CORRENTES)

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	ARRECAD. AÇÃO BASE - 2011 PLOA 2012	ARREC. BASE- 2011 4A. Aval.	ARRECADAÇÃ O BASE CONGRESSO	AJUSTE DE BASE	BASE AJUSTADA CONGRESS O	EFEITOS BÁSICOS (Média)			PREVISÃO 2012 Congresso	RECEITAS EXTRAOR DINÁRIAS	TOTAL	Receita Liquida de Restituição
						PREÇO [4]	QUANT. [5]	LEGISL. [6]				Congresso
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	26.153	26.103	26.103	(156)	25.947	1,1396	1,1371	0,9901	33.291	727	34.017	33.968
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	16	15	16	-	16	1,1332	1,0450	1,0000	19	0	19	46
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZ	46.857	47.022	47.022	(862)	46.161	-	-	-	54.216	1.294	55.510	51.453
I.P.I. - FUMO	3.581	3.754	3.754	-	3.754	1,0000	0,9451	1,4790	5.247	100	5.347	5.347
I.P.I. - BEBIDAS	2.725	2.765	2.765	-	2.765	1,0000	0,9712	1,0981	2.949	76	3.025	3.076
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	7.250	7.315	7.315	-	7.315	1,0139	1,0551	1,0000	7.825	200	8.025	8.094
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	13.382	13.284	13.511	30	13.541	1,1428	1,1372	0,9910	17.439	373	17.813	17.787
I.P.I. - OUTROS	19.918	19.905	19.905	(892)	19.013	1,0421	1,0472	1,0004	20.756	545	21.301	17.148
IMPOSTO SOBRE A RENDA	254.288	253.872	257.044	(2.180)	254.863	-	-	-	287.001	7.060	294.061	275.154
I.R. - PESSOA FÍSICA	22.031	22.408	22.408	-	22.408	1,0888	1,0223	1,0110	25.217	618	25.835	25.644
I.R. - PESSOA JURÍDICA	107.546	106.978	106.978	(305)	106.672	1,0619	1,0443	1,0023	118.568	2.975	121.544	116.097
I.R. - RETIDO NA FONTE	124.711	124.486	127.658	(1.875)	125.782	-	-	-	143.216	3.466	146.683	133.413
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	70.336	70.063	71.486	(623)	70.863	1,0886	1,0000	1,0114	78.025	1.968	79.993	64.627
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	33.623	33.571	33.602	(250)	33.352	1,0391	1,1708	1,0000	40.576	939	41.514	43.051
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DE RESIDENTES	13.193	13.324	15.041	(934)	14.107	1,1002	1,0538	1,0000	16.357	351	16.707	17.192
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	7.559	7.528	7.528	(68)	7.460	1,0596	1,0448	1,0000	8.259	209	8.468	8.542
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIR	32.717	32.661	33.753	(737)	33.015	1,0586	1,0450	1,0447	38.156	917	39.073	39.183
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	565	570	570	-	570	1,0781	1,0000	1,0000	615	16	630	624
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCE	58	90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOC	159.277	160.599	162.635	(572)	162.062	1,0593	1,0449	0,9686	173.754	4.461	178.215	177.618
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	42.298	42.851	43.894	(322)	43.573	1,0593	1,0449	0,9704	46.800	1.183	47.983	47.704
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍ	59.318	59.293	59.293	(4.104)	55.189	1,0610	1,0444	1,0000	61.160	1.477	62.637	63.374
CIDE - COMBUSTÍVEIS	9.271	9.513	9.513	(85)	9.428	1,0000	1,0421	1,0000	9.575	261	9.836	9.836
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	579	576	576	126	702	1,0586	1,0450	1,0864	847	16	863	863
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	20.715	21.953	21.953	1.032	22.985	-	-	-	24.653	586	25.240	24.735
RECEITAS DE LOTERIAS	3.388	3.445	3.445	550	3.995	1,0583	1,0000	1,0000	4.228	97	4.325	4.246
CIDE-REMESSAS AO EXTERIOR	1.303	1.308	1.308	-	1.308	1,0193	1,0450	1,0044	1.400	36	1.436	1.477
DEMAIS	16.024	17.199	16.499	482	16.982	1,0583	1,0450	1,0131	19.026	454	19.479	19.012
SUBTOTAL [A]	652.111	655.119	662.356	(7.861)	654.495	-	-	-	730.068	17.999	748.066	724.557



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
 Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

ANEXO 5

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS REESTIMADAS POR NATUREZA DA RECEITA E FONTES DE RECURSOS

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
11110101 - RECEITA DO PRINCIPAL DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	30.501.494.835	3.377.245.792	33.878.740.627
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	25.011.225.769	2.769.341.550	27.780.567.319
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	5.490.269.066	607.904.242	6.098.173.308
11110102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	3.998.285	-	3.998.285
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.278.596	-	3.278.596
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	719.689	-	719.689
11110201 - RECEITA DO PRINCIPAL DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	45.303.641	-	45.303.641
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	37.148.989	-	37.148.989
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	8.154.652	-	8.154.652
11110202 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	506.005	-	506.005
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	414.928	-	414.928
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91.077	-	91.077
11120101 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS CONVENIADOS	426.840.484	-	426.840.484
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	426.840.484	-	426.840.484
11120102 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS	117.628.893	-	117.628.893
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	48.227.848	-	48.227.848
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	58.814.449	-	58.814.449
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	10.586.596	-	10.586.596
11120410 - IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA	23.486.214.185	448.316.074	23.934.530.259
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.887.696.182	188.741.067	10.076.437.249
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	11.273.382.801	215.191.716	11.488.574.517
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.325.135.202	44.383.291	2.369.518.493
11120411 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOAS FÍSICA	29.506.790	-	29.506.790
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	12.422.367	-	12.422.367
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	14.163.255	-	14.163.255
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.921.168	-	2.921.168
11120421 - IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA-LÍQUIDA DE INCENTIVOS	113.730.092.653	-557.683.026	113.172.409.627



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	47.880.369.016	-234.784.554	47.645.584.462
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	54.590.444.467	-267.687.852	54.322.756.615
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	11.259.279.170	-55.210.620	11.204.068.550
11120422 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA JURÍDICA	383.490.049	-	383.490.049
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	161.449.321	-	161.449.321
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	184.075.215	-	184.075.215
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	37.965.513	-	37.965.513
11120431 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES-TRABALHO	63.360.870.923	1.266.518.980	64.627.389.903
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	26.674.926.669	533.204.491	27.208.131.160
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	30.413.218.036	607.929.110	31.021.147.146
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	6.272.726.218	125.385.379	6.398.111.597
11120432 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES-CAPITAL	43.050.910.683	-	43.050.910.683
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	18.124.433.406	-	18.124.433.406
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	20.664.437.124	-	20.664.437.124
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	4.262.040.153	-	4.262.040.153
11120433 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES-REMESSA AO EXTERIOR	14.032.291.514	3.159.909.027	17.192.200.541
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.907.594.735	1.330.321.702	7.237.916.437
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	6.735.499.922	1.516.756.332	8.252.256.254
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.389.196.857	312.830.993	1.702.027.850
11120434 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES-OUTROS RENDIMENTOS	7.902.812.402	-36.652.336	7.866.160.066
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.327.084.029	-15.430.633	3.311.653.396
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	3.793.349.947	-17.593.122	3.775.756.825
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	782.378.426	-3.628.581	778.749.845
11120435 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	74.272.327	-	74.272.327
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	31.268.660	-	31.268.660
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	35.650.709	-	35.650.709
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	7.352.958	-	7.352.958
11130101 - PRODUTOS DO FUMO	5.105.656.697	241.611.087	5.347.267.784
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.730.817.625	81.906.159	1.812.723.784
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	2.961.280.883	140.134.430	3.101.415.313
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	413.558.189	19.570.498	433.128.687



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
11130102 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-BEBIDAS	3.032.956.782	42.861.862	3.075.818.644
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.028.172.354	14.530.171	1.042.702.525
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.759.114.929	24.859.880	1.783.974.809
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	245.669.499	3.471.811	249.141.310
11130103 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-AUTOMÓVEIS	8.050.598.267	43.885.137	8.094.483.404
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.729.152.818	14.877.061	2.744.029.879
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	4.669.346.993	25.453.380	4.694.800.373
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	652.098.456	3.554.696	655.653.152
11130104 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS- VINCULADO À IMPORTAÇÃO	15.802.435.093	1.984.620.579	17.787.055.672
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.357.025.501	672.786.377	6.029.811.878
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	9.165.412.352	1.151.079.935	10.316.492.287
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.279.997.240	160.754.267	1.440.751.507
11130109 - OUTROS PRODUTOS	16.744.747.011	-117.456.020	16.627.290.991
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.676.469.242	-39.817.591	5.636.651.651
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	9.711.953.266	-68.124.491	9.643.828.775
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.356.324.503	-9.513.938	1.346.810.565
11130110 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	101.856.517	-	101.856.517
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	34.529.365	-	34.529.365
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	59.076.776	-	59.076.776
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	8.250.376	-	8.250.376
11130301 - IOF - COMERCIALIZAÇÃO DO OURO	8.520.772	-	8.520.772
119 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - OURO	8.520.772	-	8.520.772
11130309 - IOF - DEMAIS OPERAÇÕES	37.899.381.150	1.185.457.532	39.084.838.682
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	31.077.492.547	972.075.176	32.049.567.723
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	6.821.888.603	213.382.356	7.035.270.959
11130310 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMP. SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGUROS OU RELAT. A TÍTULO OU VAL. MOBIL.	11.312.912	-	11.312.912
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.276.592	-	9.276.592
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.036.320	-	2.036.320
11210201 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÃO - INSTALAÇÃO	1.205.754.995	244.142.673	1.449.897.668



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.205.754.995	244.142.673	1.449.897.668
11210202 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - FUNCIONAMENTO	2.865.551.699	719.895.415	3.585.447.114
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	2.865.551.699	719.895.415	3.585.447.114
11210300 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	23.174.754	-	23.174.754
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	23.174.754	-	23.174.754
11210401 - TAXA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - SEGURANÇA PRIVADA	47.612.868	-	47.612.868
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	47.612.868	-	47.612.868
11210402 - TAXA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - SISTEMA NACIONAL DE ARMAS	6.864.600	-	6.864.600
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	6.864.600	-	6.864.600
11210500 - TAXAS DE MIGRAÇÃO	536.280.400	-	536.280.400
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	536.280.400	-	536.280.400
11211000 - TAXA DE LICENCIAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE MATERIAIS NUCLEARES E RADIOATIVOS E SUAS INSTALAÇÕES	6.285.894	-	6.285.894
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	6.285.894	-	6.285.894
11211100 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - TAFIC	41.378.279	-	41.378.279
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	41.378.279	-	41.378.279
11211300 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS CONTROLADOS PELO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO	18.000.000	-	18.000.000
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	18.000.000	-	18.000.000
11211400 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	230.255.882	-	230.255.882
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	230.255.882	-	230.255.882
11211500 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, DE CAPITALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA	124.242.151	-	124.242.151
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	124.242.151	-	124.242.151
11211600 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	459.905.828	-	459.905.828
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	459.905.828	-	459.905.828



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
11211700 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	359.234.350	-	359.234.350
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	359.234.350	-	359.234.350
11212001 - TAXA POR PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	75.991.224	-	75.991.224
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	75.991.224	-	75.991.224
11212002 - TAXA POR REGISTRO DE PRODUTO	3.208.610	-	3.208.610
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	3.208.610	-	3.208.610
11212003 - TAXA POR ALTERAÇÃO DE DADOS DE PRODUTOS	5.178.637	-	5.178.637
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	5.178.637	-	5.178.637
11212004 - TAXA POR REGISTRO DE OPERADORA	114.021	-	114.021
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	114.021	-	114.021
11212005 - TAXA POR ALTERAÇÃO DE DADOS DE OPERADORA	316.296	-	316.296
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	316.296	-	316.296
11212006 - TAXA POR PEDIDO DE REAJUSTE DE CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA	634.021	-	634.021
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	634.021	-	634.021
11212100 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	220.195.497	-	220.195.497
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	220.195.497	-	220.195.497
11212200 - TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	508.205.687	-	508.205.687
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	508.205.687	-	508.205.687
11212400 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS E SORTEIOS	3.879.069	-	3.879.069
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	3.879.069	-	3.879.069
11220100 - EMOLUMENTOS CONSULARES	194.040.000	-	194.040.000
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	194.040.000	-	194.040.000
11220200 - TAXA PEDIDO VISTO CONTRATO DE TRABALHO ESTRANGEIRO - MTE	1.194.205	-	1.194.205



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	1.194.205	-	1.194.205
11220300 - TAXA DE UTILIZ. DO SIST. ELETRÔNICO DE CONT. DE ARREC. DO ADIC. AO FRETE P/ A REN. DA MARINHA MERC. - MERCANTE	25.485.467	-	25.485.467
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	25.485.467	-	25.485.467
11220400 - TAXAS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	30.649.144	-	30.649.144
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	30.649.144	-	30.649.144
11220600 - TAXA JUDICIARIA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL	664.239	-	664.239
127 - CUSTAS JUDICIAIS	664.239	-	664.239
11220700 - EMOLUMENTOS E CUSTAS DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL	16.632.796	-	16.632.796
127 - CUSTAS JUDICIAIS	16.632.796	-	16.632.796
11220800 - EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	466.444.684	-	466.444.684
127 - CUSTAS JUDICIAIS	466.444.684	-	466.444.684
11221100 - TAXA DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR - SISCOMEX	247.266.210	-	247.266.210
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	247.266.210	-	247.266.210
11221201 - EMOLUMENTOS E CUSTAS DE APRECIAÇÃO DE ATOS E CONTRATOS	36.527.416	-	36.527.416
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	36.527.416	-	36.527.416
11221500 - TAXA MILITAR	2.982.511	-	2.982.511
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	2.982.511	-	2.982.511
11221900 - TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS	4.483.187	-	4.483.187
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	4.483.187	-	4.483.187
11222100 - TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS	9.470.360	-	9.470.360
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	9.470.360	-	9.470.360
11222200 - TAXA DE SERVIÇOS AQÜÍCOLAS	14.108.928	-	14.108.928
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	14.108.928	-	14.108.928



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
11229900 - OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	26.833.560	-	26.833.560
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	26.833.560	-	26.833.560
12100101 - RECEITA DO PRINCIPAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	169.714.384.759	3.560.833.722	173.275.218.481
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	135.771.507.811	2.848.666.978	138.620.174.789
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	33.942.876.948	712.166.744	34.655.043.692
12100102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURADE SOCIAL	1.080.365.071	-	1.080.365.071
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURADE SOCIAL - COFINS	864.292.059	-	864.292.059
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	216.073.012	-	216.073.012
12100200 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	14.318.735.156	1.234.732.902	15.553.468.058
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	14.318.735.156	1.234.732.902	15.553.468.058
12100400 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	265.558.216	-	265.558.216
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	212.446.577	-	212.446.577
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	53.111.639	-	53.111.639
12100500 - CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO AEROMARÍTIMO	117.054.960	-	117.054.960
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	93.643.968	-	93.643.968
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	23.410.992	-	23.410.992
12100600 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO	99.741.482	-	99.741.482
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	79.793.190	-	79.793.190
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	19.948.292	-	19.948.292
12100900 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A ARRECADAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS	1.425.946	-	1.425.946
120 - CONTRIBUIÇÕES S/ A ARRECADAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS	1.140.759	-	1.140.759
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	285.187	-	285.187
12101500 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DE PENSÕES MILITARES	1.976.539.536	458.789.536	2.435.329.072
123 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES	1.581.231.636	367.031.629	1.948.263.265
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	395.307.900	91.757.907	487.065.807
12101700 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE SORTEIOS REALIZADOS POR ENTIDADES FILANTRÓPICAS	410.103	-	410.103
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	328.082	-	328.082



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	82.021	-	82.021
12101801 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DA LOTERIA FEDERAL	85.759.202	-	85.759.202
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	68.607.361	-	68.607.361
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	17.151.841	-	17.151.841
12101802 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE LOTERIAS ESPORTIVAS	57.520.581	-	57.520.581
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	46.016.463	-	46.016.463
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.504.118	-	11.504.118
12101804 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE LOTERIAS DE NÚMEROS	3.781.565.452	-	3.781.565.452
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	3.025.252.358	-	3.025.252.358
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	756.313.094	-	756.313.094
12101805 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DA LOTERIA INSTANTÂNEA	71.263.936	-	71.263.936
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	57.011.150	-	57.011.150
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.252.786	-	14.252.786
12101806 - PRÊMIOS PRESCRITOS DE LOTERIAS FEDERAIS.	213.513.262	-	213.513.262
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	170.810.614	-	170.810.614
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	42.702.648	-	42.702.648
12101808 - CONTRIBUIÇÃO RECEITA DE CONCURSO DE PROGNÓSTICO ESPECÍFICO DESTINADO AO DESENV. DO FUTEBOL	27.362.919	-	27.362.919
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	21.890.333	-	21.890.333
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.472.586	-	5.472.586
12101809 - OUTROS PRÊMIOS PRESCRITOS	8.710.682	-	8.710.682
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	6.968.550	-	6.968.550
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.742.132	-	1.742.132
12102901 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	61.170.706	-	61.170.706
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	61.170.706	-	61.170.706
12102907 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	7.459.484.536	-	7.459.484.536
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	7.459.484.536	-	7.459.484.536



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
12102909 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR INATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	1.813.116.358	-	1.813.116.358
PÚBLICO	1.813.116.358	-	1.813.116.358
12102911 - CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	590.019.464	-	590.019.464
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	590.019.464	-	590.019.464
12102917 - CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR ATIVO CIVIL - SENTENÇAS JUDICIAIS	297.007.046	-	297.007.046
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	297.007.046	-	297.007.046
12102918 - CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR INATIVO CIVIL - SENTENÇAS JUDICIAIS	125.351.787	-	125.351.787
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	125.351.787	-	125.351.787
12102919 - CONTR. SERVIDOR PENSIONISTA - SENTENÇAS JUDICIAIS	10.179.039	-	10.179.039
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	10.179.039	-	10.179.039
12103001 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	4.527.865.627	-	4.527.865.627
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.527.865.627	-	4.527.865.627
12103002 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ASSALARIADO	52.553.820.173	2.704.000.414	55.257.820.587
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	52.553.820.173	2.704.000.414	55.257.820.587
12103003 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA SOBRE SEGURADO ASSALARIADO	98.508.828.960	5.068.478.626	103.577.307.586
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	98.508.828.960	5.068.478.626	103.577.307.586
12103004 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES	23.011.670.815	-	23.011.670.815
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	23.011.670.815	-	23.011.670.815
12103005 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ESPETÁCULO DESPORTIVO	101.720.866	-	101.720.866
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	101.720.866	-	101.720.866
12103006 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A PRODUÇÃO RURAL	3.177.303.939	-	3.177.303.939
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.177.303.939	-	3.177.303.939
12103007 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS	4.647.233.769	-	4.647.233.769



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.647.233.769	-	4.647.233.769
12103008 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA O SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO	15.776.064.989	-	15.776.064.989
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	15.776.064.989	-	15.776.064.989
12103009 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA	6.417.625.804	-	6.417.625.804
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.417.625.804	-	6.417.625.804
12103011 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPRESÁRIO	5.852	-	5.852
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.852	-	5.852
12103012 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO FACULTATIVO	1.017.858.072	-	1.017.858.072
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.017.858.072	-	1.017.858.072
12103013 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ESPECIAL	8.236.765	-	8.236.765
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	8.236.765	-	8.236.765
12103014 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPREGADO DOMÉSTICO	2.741.386.284	-	2.741.386.284
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.741.386.284	-	2.741.386.284
12103015 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO	22.306.085.887	-	22.306.085.887
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	22.306.085.887	-	22.306.085.887
12103016 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS	2.388.337.381	-	2.388.337.381
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.388.337.381	-	2.388.337.381
12103017 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RETENÇÃO SOBRE NOTA FISCAL - SUBROGAÇÃO	21.575.115.056	-	21.575.115.056
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	21.575.115.056	-	21.575.115.056
12103018 - ARRECADAÇÃO FIES - CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOURO NACIONAL	550.921.019	-	550.921.019
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	550.921.019	-	550.921.019
12103021 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NA FORMA DE DEPÓSITO JUDICIAL, RECURSAL E CUSTAS JUDICIAIS	1.488.490.656	-	1.488.490.656
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.488.490.656	-	1.488.490.656



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
12103023 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES E TRABALHADORES PARA A SEGURIDADE SOCIAL	1.820.142.059	-	1.820.142.059
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.820.142.059	-	1.820.142.059
12103099 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	46.940.481	-	46.940.481
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	46.940.481	-	46.940.481
12103101 - CONTR FUNDO DE SAUDE DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	11.938.061	-	11.938.061
106 - CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	9.550.454	-	9.550.454
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.387.607	-	2.387.607
12103102 - CONTR FUNDO DE SAUDE CORPO BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	8.495.419	-	8.495.419
106 - CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	6.796.341	-	6.796.341
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.699.078	-	1.699.078
12103201 - CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL RURAL	233.770.942	-	233.770.942
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	187.016.756	-	187.016.756
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	46.754.186	-	46.754.186
12103203 - ADICIONAL À CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	911.599.270	192.618.650	1.104.217.920
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	729.279.419	154.094.920	883.374.339
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	182.319.851	38.523.730	220.843.581
12103701 - RECEITAS DOS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PATRIMÔNIO SERVIDOR PÚBLICO	44.465.205.965	1.704.515.719	46.169.721.684
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	35.572.164.775	1.363.612.575	36.935.777.350
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.893.041.190	340.903.144	9.233.944.334
12103702 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - CONTRIB. P/ PROGRAMA DE INTEG. SOCIAL E FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	219.291.770	-	219.291.770
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	175.433.418	-	175.433.418
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	43.858.352	-	43.858.352
12103801 - RECEITA DO PRINCIPAL DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	61.453.279.554	-49.955.800	61.403.323.754
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	49.162.623.647	-39.964.640	49.122.659.007
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	12.290.655.907	-9.991.160	12.280.664.747
12103802 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	202.065.599	-	202.065.599
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	161.652.483	-	161.652.483



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	40.413.116	-	40.413.116
12104700 - CONTRIBUIÇÃO RELATIVA À DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	2.823.008.401	-	2.823.008.401
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA A DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	2.258.406.725	-	2.258.406.725
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	564.601.676	-	564.601.676
12104800 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR	80.137.689	-	80.137.689
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA A DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	64.110.154	-	64.110.154
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	16.027.535	-	16.027.535
12200100 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL - PIN	28.801.704	-	28.801.704
115 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	23.041.366	-	23.041.366
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.760.338	-	5.760.338
12200200 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PROG. DE REDIST. DE TERRAS E DE ESTIMULO A AGROIND. DO NORTE E DO NORD. - PROTERRA	19.201.135	-	19.201.135
115 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	15.360.913	-	15.360.913
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.840.222	-	3.840.222
12200301 - SELO ESPECIAL DE CONTROLE	521.564.784	-	521.564.784
131 - SELOS DE CONTROLE E LOJAS FRANCAS	417.251.831	-	417.251.831
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	104.312.953	-	104.312.953
12200302 - LOJAS FRANCAS, ENTREPОСTOS ADUANEIROS E DEPOSITOS ALFANDEGADOS	234.919.770	-	234.919.770
131 - SELOS DE CONTROLE E LOJAS FRANCAS	187.935.820	-	187.935.820
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	46.983.950	-	46.983.950
12200500 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE APOSTAS EM COMPETIÇÕES HÍPICAS	752.640	-	752.640
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	602.115	-	602.115
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	150.525	-	150.525
12200601 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL - REMESSAS	1.494.000	-	1.494.000
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL	1.195.205	-	1.195.205
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	298.795	-	298.795
12200602 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL - TÍTULOS	55.968.887	-	55.968.887
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL	44.775.114	-	44.775.114



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.193.773	-	11.193.773
12201800 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	2.732.578.581	-	2.732.578.581
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	2.186.062.864	-	2.186.062.864
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	546.515.717	-	546.515.717
12202400 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DAS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA	1.113.829.236	-	1.113.829.236
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	891.063.390	-	891.063.390
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	222.765.846	-	222.765.846
12202500 - CONTRIBUIÇÃO PELA LICENÇA DE USO, AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	1.477.020.111	-	1.477.020.111
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	1.181.616.093	-	1.181.616.093
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	295.404.018	-	295.404.018
12202601 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OPERACIONAL BRUTA DECORRENTE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	1.003.069.579	-	1.003.069.579
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	802.455.666	-	802.455.666
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	200.613.913	-	200.613.913
12202602 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA BRUTA DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	548.483.741	-	548.483.741
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	438.786.995	-	438.786.995
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	109.696.746	-	109.696.746
12202801 - CONTRIBUIÇÃO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DE IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E ÁLCOOL CARBURANT	555.620.716	-	555.620.716
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	444.496.576	-	444.496.576
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	111.124.140	-	111.124.140
12202802 - CONTRIBUIÇÃO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E ÁLCOOL CARB	9.277.003.693	-	9.277.003.693
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	7.421.602.957	-	7.421.602.957
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.855.400.736	-	1.855.400.736
12202803 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - CONTRIB. RELATIVA ÀS ATIVIDADES DE COM. DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL	1.940.191	-	1.940.191
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	1.552.155	-	1.552.155
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	388.036	-	388.036
12204101 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NA AMAZÔNIA - PRINCIPAL	21.451.404	-	21.451.404
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	17.161.126	-	17.161.126



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.290.278	-	4.290.278
12204103 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NA AMAZÔNIA - RESIDUAL	3.139.721	-	3.139.721
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	2.511.780	-	2.511.780
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	627.941	-	627.941
12204104 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NA AMAZÔNIA - PARCELAMENTO DE DÉBITOS	2.436.017	-	2.436.017
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	1.948.817	-	1.948.817
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	487.200	-	487.200
12204201 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NAS DEMAIS REGIÕES - PRINCIPAL	74.065.174	-	74.065.174
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	59.252.142	-	59.252.142
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.813.032	-	14.813.032
12204202 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NAS DEMAIS REGIÕES - EXCEDENTE	130.789	-	130.789
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	104.635	-	104.635
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	26.154	-	26.154
12204203 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NAS DEMAIS REGIÕES - RESIDUAL	1.107.316	-	1.107.316
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	885.855	-	885.855
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	221.461	-	221.461
12204204 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NAS DEMAIS REGIÕES - PARCELAMENTO DE D	37.434.400	-	37.434.400
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	29.947.524	-	29.947.524
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.486.876	-	7.486.876
12209901 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS - PRINCIPAL	10.694	-	10.694
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.694	-	10.694
13110000 - ALUGUÉIS	110.565.148	-	110.565.148
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.977.187	-	5.977.187
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.372.804	-	5.372.804
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	99.215.157	-	99.215.157
13120000 - ARRENDAMENTOS	173.288.131	-	173.288.131
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	39.565.087	-	39.565.087



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.507.948	-	1.507.948
186 - OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	53.005.092	-	53.005.092
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	79.210.004	-	79.210.004
13130000 - FOROS	81.822.943	-	81.822.943
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	81.822.943	-	81.822.943
13140000 - LAUDÉMIOS	306.687.410	-	306.687.410
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	306.687.410	-	306.687.410
13151000 - TAXA DE OCUPAÇÃO DE TERRENOS DA UNIÃO	16.316	-	16.316
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	15.936	-	15.936
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	380	-	380
13152000 - TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS E PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS	88.285.324	-	88.285.324
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.867.895	-	1.867.895
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	86.417.429	-	86.417.429
13153000 - TAXA DE OCUPAÇÃO DE OUTROS IMÓVEIS	223.049.249	-	223.049.249
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	156.310.228	-	156.310.228
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.973.058	-	6.973.058
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	59.765.963	-	59.765.963
13190000 - OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	89.632.691	-	89.632.691
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	89.628.271	-	89.628.271
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.420	-	4.420
13210000 - JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	711.053.949	-	711.053.949
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	708.264.820	-	708.264.820
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	2.789.129	-	2.789.129
13220000 - DIVIDENDOS	20.418.830.231	-	20.418.830.231
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	354.238.220	-	354.238.220
197 - DIVIDENDOS - UNIÃO	20.062.868.593	-	20.062.868.593
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.723.418	-	1.723.418
13230000 - PARTICIPAÇÕES	8.169.769	-	8.169.769



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
197 - DIVIDENDOS - UNIÃO	8.169.769	-	8.169.769
13250000 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	7.963.811.485	-	7.963.811.485
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	6.359.440.336	-	6.359.440.336
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.456.067.517	-	1.456.067.517
293 - PRODUTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO - EDUCAÇÃO	148.303.632	-	148.303.632
13260000 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS	2.002.770.000	-	2.002.770.000
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	2.002.770.000	-	2.002.770.000
13270000 - REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO DESEMBOLSADOS	196.700.210	-	196.700.210
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	196.700.210	-	196.700.210
13310101 - RECEITA DE OUTROGA DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIO	27.527.636	-	27.527.636
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	27.527.636	-	27.527.636
13310201 - RECEITA DE OUTROGA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO	1.048.199.624	-	1.048.199.624
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.048.199.624	-	1.048.199.624
13310203 - RECEITA DE OUTROGA DO DIREITO DE USO DE RADIOFREQUÊNCIA	84.359.450	-	84.359.450
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	84.359.450	-	84.359.450
13310204 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DE CONCESSÃO , DE PERMISSÃO OU DE AUTORIZAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÃO	328.263	-	328.263
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	328.263	-	328.263
13310205 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DE CONCESSÃO, DE PERMISSÃO OU AUTORIZ. DE RODOV. OU OBRAS RODOVIÁRIAS FEDERAIS	985.002	-	985.002
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	985.002	-	985.002
13310206 - RECEITA DE OUTORGA PARA A UTILIZAÇÃO DE POSIÇÕES ORBITAIS	385.452	-	385.452
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	385.452	-	385.452
13310299 - OUTRAS RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	9.771.496	-	9.771.496
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	5.374.321	-	5.374.321
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	4.397.175	-	4.397.175
13320101 - BÔNUS DE ASSINATURA DE CONTRATO DE CONCESSÃO	0	500.000.000	500.000.000



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0	500.000.000	500.000.000
13320102 - PAGAMENTO PELA RETENÇÃO DE ÁREA PARA EXPLORAÇÃO OU PRODUÇÃO	182.232.060	-	182.232.060
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	182.232.060	-	182.232.060
13320200 - RECEITA DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	65.744.824	-	65.744.824
116 - RECURSOS DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	65.744.824	-	65.744.824
13320300 - RECEITA DE OUTORGA DE ÁREA PARA EXPLORAÇÃO E PESQUISA MINERAL	146.562.417	-	146.562.417
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	146.562.417	-	146.562.417
13320402 - RECEITA DE CONCESSÃO DE FLORESTAS NACIONAIS - DEMAIS VALORES	6.069.322	-	6.069.322
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	6.069.322	-	6.069.322
13320405 - RECEITA DE CUSTOS DE EDITAL DE CONCESSÃO FLORESTAL	1.608.467	-	1.608.467
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.608.467	-	1.608.467
13330100 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA	3.273.075	-	3.273.075
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.415.858	-	1.415.858
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.857.217	-	1.857.217
13400100 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - ITAIPU	386.991.335	-	386.991.335
134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	386.991.335	-	386.991.335
13400200 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - DEMAIS EMPRESAS	1.704.256.271	-	1.704.256.271
134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1.514.913.399	-	1.514.913.399
183 - PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS	189.342.872	-	189.342.872
13400300 - EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	2.010.842.921	-	2.010.842.921
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	2.010.842.921	-	2.010.842.921
13400400 - ROYALTIES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL - EM TERRA	663.974.593	-	663.974.593
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	663.974.593	-	663.974.593
13400500 - ROYALTIES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - EM PLATAFORMA	6.192.315.681	-	6.192.315.681



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	6.192.315.681	-	6.192.315.681
13400600 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - EM TERRA	598.683.740	-	598.683.740
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	598.683.740	-	598.683.740
13400700 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - EM PLATAFORMA	6.104.730.146	-	6.104.730.146
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	6.104.730.146	-	6.104.730.146
13400800 - PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	13.642.470.515	-	13.642.470.515
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	13.642.470.515	-	13.642.470.515
13401002 - ROYALTIES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL NAS ÁREAS DO PRÉ-SAL E ESTRATÉGICAS - EM PLATAFORMA	291.046.205	-	291.046.205
108 - COMPOSIÇÃO DO FUNDO SOCIAL	58.209.241	-	58.209.241
145 - RECURSOS DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL NA CAMADA DO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS	232.836.964	-	232.836.964
13401004 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL NAS ÁREAS DO PRÉ-SAL E ESTRATÉGICAS - EM	285.318.106	-	285.318.106
108 - COMPOSIÇÃO DO FUNDO SOCIAL	114.127.242	-	114.127.242
145 - RECURSOS DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL NA CAMADA DO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS	171.190.864	-	171.190.864
13401005 - PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL NAS ÁREAS DO PRÉ-SAL E ESTRATÉGICAS	682.305.580	-	682.305.580
108 - COMPOSIÇÃO DO FUNDO SOCIAL	341.152.789	-	341.152.789
145 - RECURSOS DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL NA CAMADA DO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS	341.152.791	-	341.152.791
13610100 - RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL	110.000.000	-	110.000.000
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	110.000.000	-	110.000.000
13610200 - RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS	75.120.000	-	75.120.000
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	75.120.000	-	75.120.000
13900000 - OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	281.057.525	-	281.057.525
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	280.604.259	-	280.604.259
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	453.266	-	453.266
14100000 - RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	15.655.421	-	15.655.421
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	506.533	-	506.533



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	15.148.888	-	15.148.888
14200000 - RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	10.609.182	-	10.609.182
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	313.107	-	313.107
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	10.296.075	-	10.296.075
14900000 - OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	52.840	-	52.840
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	52.840	-	52.840
15201200 - RECEITA DA INDÚSTRIA MECÂNICA	651.184.730	-	651.184.730
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	651.184.730	-	651.184.730
15202000 - RECEITA DA INDÚSTRIA QUÍMICA	36.657.651	-	36.657.651
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	36.657.651	-	36.657.651
15202101 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS	96.952.904	-	96.952.904
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	96.952.904	-	96.952.904
15202102 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS	47.203	-	47.203
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	47.203	-	47.203
15202200 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS	1.342.415	-	1.342.415
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.342.415	-	1.342.415
15202600 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	2.771.903	-	2.771.903
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.771.903	-	2.771.903
15202700 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS E DESTILADOS	326.167	-	326.167
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	326.167	-	326.167
15202900 - RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA	43.104.698	-	43.104.698
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	41.913.110	-	41.913.110
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.191.588	-	1.191.588
15209900 - OUTRAS RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	422.404	-	422.404



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	422.404	-	422.404
16000101 - SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS	4.451.491	-	4.451.491
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.451.491	-	4.451.491
16000102 - SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	15.532.235	-	15.532.235
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	468.206	-	468.206
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	15.064.029	-	15.064.029
16000103 - SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	991.405	-	991.405
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	991.405	-	991.405
16000106 - SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS, DADOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA	48.174.305	-	48.174.305
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	45.518.058	-	45.518.058
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.656.247	-	2.656.247
16000110 - RECEITA DE COMERCIALIZAÇÃO DE FARDAMENTOS	6.577.227	-	6.577.227
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.577.227	-	6.577.227
16000201 - JUROS DE EMPRÉSTIMOS	33.730.092.181	-	33.730.092.181
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	12.279.732.685	-	12.279.732.685
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	376.984.038	-	376.984.038
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	201.189.150	-	201.189.150
173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	19.593.221.648	-	19.593.221.648
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.213.699.472	-	1.213.699.472
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	65.265.188	-	65.265.188
16000203 - SERVIÇOS FINANCEIROS DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS	46.491	-	46.491
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	17.542	-	17.542
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	28.949	-	28.949
16000206 - REMUNERAÇÃO SOBRE REPASSE PARA PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	7.105.860.000	-	7.105.860.000
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	7.105.860.000	-	7.105.860.000
16000299 - OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS	6.745.962	-	6.745.962
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	6.745.962	-	6.745.962



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
16000301 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	307.435	-	307.435
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	307.435	-	307.435
16000302 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO	209.012.830	-	209.012.830
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	209.012.830	-	209.012.830
16000303 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	8.878	-	8.878
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	8.878	-	8.878
16000304 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO	4.908.066	-	4.908.066
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.908.066	-	4.908.066
16000401 - SERVIÇO PUBLICIDADE LEGAL	23.043.194	-	23.043.194
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	23.043.194	-	23.043.194
16000402 - SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO	30.000.457	-	30.000.457
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	30.000.457	-	30.000.457
16000403 - OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	58.195	-	58.195
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	58.195	-	58.195
16000501 - SERVIÇOS HOSPITALARES	132.180.371	-	132.180.371
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.870.690	-	5.870.690
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	126.309.681	-	126.309.681
16000503 - SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS	2.815.005	-	2.815.005
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.662	-	2.662
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.812.343	-	2.812.343
16000505 - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR DO SERVIDOR CIVIL	44.600.338	-	44.600.338
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	44.600.338	-	44.600.338
16000599 - OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	179.605	-	179.605
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.757	-	2.757
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	176.848	-	176.848



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
16000600 - SERVIÇOS PORTUÁRIOS	257.184	-	257.184
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	257.184	-	257.184
16000700 - SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM	39.835.274	-	39.835.274
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	39.835.274	-	39.835.274
16000800 - SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	47.194.147	-	47.194.147
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	25.032.688	-	25.032.688
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	22.161.459	-	22.161.459
16000900 - SERVIÇOS DE SOCORRO MARÍTIMO	126.507	-	126.507
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	126.507	-	126.507
16001101 - METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATORIA DELEGADA	405.784.021	-	405.784.021
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	405.784.021	-	405.784.021
16001102 - METROLOGIA CIENTÍFICA E INDUSTRIAL	2.510.663	-	2.510.663
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.510.663	-	2.510.663
16001103 - METROLOGIA LEGAL	8.929.960	-	8.929.960
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	8.929.960	-	8.929.960
16001104 - CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS	34.375.826	-	34.375.826
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.492.770	-	1.492.770
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	32.883.056	-	32.883.056
16001105 - INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA	385.946	-	385.946
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	385.946	-	385.946
16001200 - SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	13.896.439	-	13.896.439
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.475.660	-	1.475.660
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.963.385	-	1.963.385
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	10.457.394	-	10.457.394
16001300 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	956.501.704	226.407.817	1.182.909.521



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	554.242.216	226.407.817	780.650.033
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	241.522	-	241.522
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	402.017.966	-	402.017.966
16001400 - SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	128.091.067	-	128.091.067
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	128.091.067	-	128.091.067
16001500 - SERVIÇOS DE METEOROLOGIA	534.174	-	534.174
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	447.288	-	447.288
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	86.886	-	86.886
16001600 - SERVIÇOS EDUCACIONAIS	241.366.987	-	241.366.987
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	28.539.464	-	28.539.464
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	212.827.523	-	212.827.523
16001700 - SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	6.448.355	-	6.448.355
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.244.053	-	6.244.053
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	204.302	-	204.302
16001800 - SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO	6.867.397	-	6.867.397
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.867.397	-	6.867.397
16001900 - SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	38.914.854	-	38.914.854
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	287.227	-	287.227
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	38.627.627	-	38.627.627
16002001 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANALISE DE PROJETOS - APLICAÇÕES LIVRES	56.928.205	-	56.928.205
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	17.379	-	17.379
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	56.910.826	-	56.910.826
16002002 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANALISE DE PROJETOS - APLIC. VINCUL. A ATIVID. DE PESQ. E DESEN	37.448.944	-	37.448.944
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	37.448.944	-	37.448.944
16002100 - SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	47.346.506	-	47.346.506
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	325.591	-	325.591
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	47.020.915	-	47.020.915



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
16002200 - SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	131.144.082	-	131.144.082
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	106.263	-	106.263
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	131.037.819	-	131.037.819
16002301 - SERVIÇOS DE PATENTES	102.580.298	-	102.580.298
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	418.629	-	418.629
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	102.161.669	-	102.161.669
16002302 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE MARCAS	109.632.724	-	109.632.724
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	109.632.724	-	109.632.724
16002303 - SERVIÇOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	19.249.072	-	19.249.072
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	166.070	-	166.070
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	19.083.002	-	19.083.002
16002304 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE INDICAÇÕES GEOGRAFICAS	25.053	-	25.053
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	25.053	-	25.053
16002305 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR	375.120	-	375.120
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	375.120	-	375.120
16002400 - SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO	45.410.026	-	45.410.026
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	45.409.966	-	45.409.966
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	60	-	60
16002500 - SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS	70.695.601	-	70.695.601
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	299.000	-	299.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	70.396.601	-	70.396.601
16002600 - SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA	5.610.966	-	5.610.966
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.610.966	-	5.610.966
16002800 - SERVIÇOS DE GEOPROCESSAMENTO	1.454.297	-	1.454.297
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.454.297	-	1.454.297
16003000 - TARIFA DE UTILIZAÇÃO DE FARÓIS	77.533.701	-	77.533.701



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	77.533.701	-	77.533.701
16003101 - TARIFA AEROPORTUÁRIA	107.939	-	107.939
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	107.939	-	107.939
16003102 - ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUÁRIA	611.327.800	-	611.327.800
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	611.327.800	-	611.327.800
16003103 - PARCELA DA TARIFA DE EMBARQUE INTERNACIONAL	270.045.231	-	270.045.231
186 - OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	270.045.231	-	270.045.231
16003200 - SERVIÇOS DE CADASTRO DA ATIVIDADE MINERAL	17.003.393	-	17.003.393
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	17.003.393	-	17.003.393
16003301 - TARIFAS DE USO DAS COMUNICAÇÕES E DOS AUXILIOS A NAVEGAÇÃO AÉREA EM ROTA	536.397.732	-	536.397.732
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	536.397.732	-	536.397.732
16003302 - ADICIONAL SOBRE TARIFAS DE USO DAS COMUNICAÇÕES E DOS AUXILIOS A NAVEGAÇÃO AÉREA EM ROTA	442.002.452	-	442.002.452
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	442.002.452	-	442.002.452
16003500 - SERVIÇOS DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS	187.581.782	-	187.581.782
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	187.581.782	-	187.581.782
16003601 - TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO BANCO CENTRAL	162.380.188	-	162.380.188
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	162.380.188	-	162.380.188
16003602 - TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA DE RESERVA DO BANCO CENTRAL	16.987.737	-	16.987.737
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	16.987.737	-	16.987.737
16003702 - CONCESSÃO DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA	60.770.774	-	60.770.774
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	60.770.774	-	60.770.774
16003703 - COMISSÕES PELA PRESTAÇÃO DE GARANTIA	8.860	-	8.860
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	8.860	-	8.860



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
16003705 - RECEITA DE SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO	291.828.751	94.889.611	386.718.362
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	291.828.751	94.889.611	386.718.362
16003800 - RECEITA DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE VISTORIA	2.385.733	-	2.385.733
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.385.733	-	2.385.733
16003900 - SERVIÇOS VETERINÁRIOS	456.303	-	456.303
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	456.303	-	456.303
16004000 - CERTIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PRODUTOS DE TELECOMUNICAÇÕES	2.048.130	-	2.048.130
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	80.913	-	80.913
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.158.000	-	1.158.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	809.217	-	809.217
16005000 - SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM - OPERÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	417.701.390	-	417.701.390
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	36.161.658	-	36.161.658
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	381.539.732	-	381.539.732
16005600 - CERTIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA	3.996.433	-	3.996.433
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.996.433	-	3.996.433
16009900 - OUTROS SERVIÇOS	28.794.678	-	28.794.678
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	468.167	-	468.167
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	28.326.511	-	28.326.511
17300000 - TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	36.979.992	-	36.979.992
195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	3.149.992	-	3.149.992
196 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	33.000.000	-	33.000.000
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	830.000	-	830.000
17400000 - TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	66.155.300	-	66.155.300
195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	64.053.003	-	64.053.003
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	2.102.297	-	2.102.297
17500000 - TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	529.196	-	529.196



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	529.196	-	529.196
17610000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	33.971.144	-	33.971.144
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	9.886.342	-	9.886.342
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	24.084.802	-	24.084.802
17620000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E SUAS ENTIDADES	73.905.096	-	73.905.096
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	21.649.795	-	21.649.795
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	52.255.301	-	52.255.301
17630000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	49.706.107	-	49.706.107
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	5.033.333	-	5.033.333
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	44.672.774	-	44.672.774
17640000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	421.975.679	-	421.975.679
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	380.523.744	-	380.523.744
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	41.451.935	-	41.451.935
17720000 - PROVENIENTES DE PESSOAS JURÍDICAS	120.000	-	120.000
194 - DOAÇÕES PARA COMBATE À FOME	120.000	-	120.000
17730000 - PROVENIENTES DE PESSOAS FÍSICAS	10.000	-	10.000
194 - DOAÇÕES PARA COMBATE À FOME	10.000	-	10.000
17740000 - PROVENIENTES DE DEPÓSITO NÃO-IDENTIFICADOS	120.000	-	120.000
194 - DOAÇÕES PARA COMBATE À FOME	120.000	-	120.000
19110101 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	64.335.510	-	64.335.510
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.551.021	-	10.551.021
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	11.580.391	-	11.580.391
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	17.306.252	-	17.306.252
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	24.897.846	-	24.897.846
19110102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	4.579.215	-	4.579.215
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	750.990	-	750.990
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	824.256	-	824.256



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	1.231.809	-	1.231.809
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	1.772.160	-	1.772.160
19110201 - MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS	321.157.974	-	321.157.974
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	52.669.909	-	52.669.909
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	154.155.827	-	154.155.827
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	31.794.640	-	31.794.640
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	53.633.384	-	53.633.384
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	28.904.214	-	28.904.214
19110202 - MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS	1.901.710.873	-	1.901.710.873
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	311.880.585	-	311.880.585
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	912.821.220	-	912.821.220
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	188.269.375	-	188.269.375
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	342.117.788	-	342.117.788
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	146.621.905	-	146.621.905
19110203 - MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES	529.683.964	-	529.683.964
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	86.868.173	-	86.868.173
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	254.248.301	-	254.248.301
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	52.438.711	-	52.438.711
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	63.985.824	-	63.985.824
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	72.142.955	-	72.142.955
19110204 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA JURÍDICA	507.776.240	-	507.776.240
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	83.275.305	-	83.275.305
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	243.732.596	-	243.732.596
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	50.269.847	-	50.269.847
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	80.888.755	-	80.888.755
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	49.609.737	-	49.609.737
19110205 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	80.305.473	-	80.305.473
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	13.170.098	-	13.170.098
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	38.546.628	-	38.546.628
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	7.950.240	-	7.950.240
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	9.700.902	-	9.700.902
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	10.937.605	-	10.937.605
19110206 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM IMPOSTO DE RENDA - PESSOAS FÍSICAS	13.755.954	-	13.755.954



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.255.978	-	2.255.978
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	6.602.856	-	6.602.856
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.361.840	-	1.361.840
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	2.191.325	-	2.191.325
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	1.343.955	-	1.343.955
19110301 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	183.917.167	-	183.917.167
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	30.162.417	-	30.162.417
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	106.671.957	-	106.671.957
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	14.897.290	-	14.897.290
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	19.955.014	-	19.955.014
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	12.230.489	-	12.230.489
19110302 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	84.235.022	-	84.235.022
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	13.814.543	-	13.814.543
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	48.856.318	-	48.856.318
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	6.823.036	-	6.823.036
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	9.139.499	-	9.139.499
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	5.601.626	-	5.601.626
19110401 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS	67.903.936	-	67.903.936
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.136.243	-	11.136.243
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	12.222.706	-	12.222.706
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	16.928.453	-	16.928.453
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	27.616.534	-	27.616.534
19110402 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DO IMP. S/ OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGUROS OU REL. TÍT. VAL. MOB.	7.979.091	-	7.979.091
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.308.568	-	1.308.568
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.436.234	-	1.436.234
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	1.989.188	-	1.989.188
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	3.245.101	-	3.245.101
19110701 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	17.966	-	17.966
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.945	-	2.945
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	3.233	-	3.233
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	8.134	-	8.134
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	3.654	-	3.654
19110702 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	17.868	-	17.868



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.929	-	2.929
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	3.216	-	3.216
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	8.088	-	8.088
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	3.635	-	3.635
19110801 - MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS CONVENIADOS	29.635.686	-	29.635.686
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	29.635.686	-	29.635.686
19110802 - MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS	8.166.991	-	8.166.991
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.339.386	-	1.339.386
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	4.083.505	-	4.083.505
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	735.025	-	735.025
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	301.357	-	301.357
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	1.707.718	-	1.707.718
19113100 - MULTA E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.597.512	-	1.597.512
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.597.512	-	1.597.512
19113200 - MULTA E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS CONTROLADOS PELO MINISTÉRIO DO EXERCITO	145.898	-	145.898
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	145.898	-	145.898
19113400 - MULTAS E JUROS DE MORA TAXA FISCALIZAÇÃO MERCADOS SEGURO, DA CAPITALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA	65.519	-	65.519
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	65.519	-	65.519
19113600 - MULTAS E JUROS DE MORA DA TAXA DE SAÚDE SUPLEMENTAR	1.035.760	-	1.035.760
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	1.035.760	-	1.035.760
19113700 - MULTAS E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	12.008	-	12.008
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	12.008	-	12.008
19119901 - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	3.347.901	-	3.347.901
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.347.901	-	3.347.901
19119902 - PROGRAMA DE PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	64.311.108	-	64.311.108
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	64.311.108	-	64.311.108



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
19120101 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	570.569.535	-	570.569.535
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	114.113.902	-	114.113.902
19120102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	78.506.274	-	78.506.274
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	62.805.021	-	62.805.021
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	15.701.253	-	15.701.253
19120301 - RECEITA DE MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E SEUS	758.769	-	758.769
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	206.229	-	206.229
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	185.294	-	185.294
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	215.492	-	215.492
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	151.754	-	151.754
19120302 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DA CONTRIBUIÇÃO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO	75.914	-	75.914
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	20.627	-	20.627
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	18.540	-	18.540
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	21.563	-	21.563
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	15.184	-	15.184
19121000 - MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNI	607.104	-	607.104
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	607.104	-	607.104
19122902 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	1.156.692	-	1.156.692
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	1.156.692	-	1.156.692
19123001 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	43.765.861	-	43.765.861
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	43.765.861	-	43.765.861
19123002 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ASSALARIADO	350.792.956	-	350.792.956
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	350.792.956	-	350.792.956
19123003 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA SOBRE SEGURADO ASSALARIADO	415.277.121	-	415.277.121
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	415.277.121	-	415.277.121
19123005 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ESPETÁCULO DESPORTIVO	266.076	-	266.076



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	266.076	-	266.076
19123006 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A PRODUÇÃO RURAL	19.790.306	-	19.790.306
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	19.790.306	-	19.790.306
19123007 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS	102.357.314	-	102.357.314
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	102.357.314	-	102.357.314
19123008 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA O SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO	64.083.639	-	64.083.639
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	64.083.639	-	64.083.639
19123009 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA	56.783.077	-	56.783.077
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	56.783.077	-	56.783.077
19123012 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO FACULTATIVO	4.635.665	-	4.635.665
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.635.665	-	4.635.665
19123013 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ESPECIAL	135.652	-	135.652
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	135.652	-	135.652
19123014 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPREGADO DOMÉSTICO	43.579.258	-	43.579.258
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	43.579.258	-	43.579.258
19123015 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO	167.670.894	-	167.670.894
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	167.670.894	-	167.670.894
19123016 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS	21.381.747	-	21.381.747
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	21.381.747	-	21.381.747
19123017 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RETENÇÃO SOBRE NOTA FISCAL - SUBROGAÇÃO	167.595.906	-	167.595.906
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	167.595.906	-	167.595.906
19123018 - MULTAS E JUROS DE MORA DA ARRECADAÇÃO FIES - CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOURO NACIONAL	273.807	-	273.807
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	273.807	-	273.807



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
19123021 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NA FORMA DE DEPÓSITO JUDICIAL, RECURSAL E CUSTAS JUDIC.	11.029	-	11.029
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	11.029	-	11.029
19123101 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA CONTRIBUIÇÕES PROGRAMA INTEGRAÇÃO SOCIAL FORMAÇÃO PATRIMÔNIO SERVIDOR PÚBLICO	196.966.887	-	196.966.887
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	157.573.513	-	157.573.513
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	39.393.374	-	39.393.374
19123102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DAS CONTR. P/ PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E FORMAÇÃO DO PATRIM. SERV. PUB.	17.249.374	-	17.249.374
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	13.799.502	-	13.799.502
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.449.872	-	3.449.872
19123201 - RECEITA MULTA E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	430.497.429	-	430.497.429
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	344.397.946	-	344.397.946
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	86.099.483	-	86.099.483
19123202 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	22.113.649	-	22.113.649
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	17.690.922	-	17.690.922
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.422.727	-	4.422.727
19123400 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - CPSS	7.122.177	-	7.122.177
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	5.697.745	-	5.697.745
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.424.432	-	1.424.432
19123600 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE SORTEIOS REALIZADOS POR ENTIDADES FILANTRÓPICAS	34.528	-	34.528
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	27.621	-	27.621
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.907	-	6.907
19125200 - MULTAS E JUROS DE MORA DA COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	71.499	-	71.499
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	57.199	-	57.199
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.300	-	14.300
19125300 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO RELATIVA À DESPEDIDA DE EMPREGO SEM JUSTA CAUSA	33.203.280	-	33.203.280
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA A DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	26.562.628	-	26.562.628
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.640.652	-	6.640.652
19125400 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR	20.860.795	-	20.860.795



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA A DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	16.688.639	-	16.688.639
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.172.156	-	4.172.156
19125501 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	831.255.849	-	831.255.849
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	665.004.682	-	665.004.682
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	166.251.167	-	166.251.167
19125502 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - REFIS E PAES DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	630.984.001	-	630.984.001
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	504.787.205	-	504.787.205
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	126.196.796	-	126.196.796
19125505 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA CONTRIB. PROG. INTEGRAÇÃO SOCIAL E FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERV. PÚBLICO	354.056.792	-	354.056.792
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	283.245.438	-	283.245.438
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	70.811.354	-	70.811.354
19125506 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - REFIS E PAES DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP	154.395.858	-	154.395.858
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	123.516.691	-	123.516.691
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	30.879.167	-	30.879.167
19125507 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	749.450.835	-	749.450.835
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	599.560.672	-	599.560.672
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	149.890.163	-	149.890.163
19125508 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - REFIS E PAES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	146.294.035	-	146.294.035
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	117.035.231	-	117.035.231
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	29.258.804	-	29.258.804
19125600 - MULTAS E JUROS DE MORA DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA	25.267	-	25.267
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	25.267	-	25.267
19129901 - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES - PRINCIPAL	51.943.894	-	51.943.894
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	51.943.100	-	51.943.100
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	639	-	639
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	155	-	155
19129902 - PROGRAMA DE PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	353.754	-	353.754



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	353.754	-	353.754
19130101 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	4.503.611	-	4.503.611
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	738.592	-	738.592
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	810.650	-	810.650
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	2.428.350	-	2.428.350
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	526.019	-	526.019
19130102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DÍVIDA ATIVA IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO	4.333.164	-	4.333.164
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	710.638	-	710.638
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	779.969	-	779.969
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	2.336.444	-	2.336.444
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	506.113	-	506.113
19130201 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOAS FÍSICAS	68.287.850	-	68.287.850
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.749.834	-	5.749.834
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	32.778.171	-	32.778.171
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	6.760.495	-	6.760.495
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	15.870.097	-	15.870.097
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	7.129.253	-	7.129.253
19130202 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS	246.596.377	-	246.596.377
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	20.763.412	-	20.763.412
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	118.366.261	-	118.366.261
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	24.413.042	-	24.413.042
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	57.308.999	-	57.308.999
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	25.744.663	-	25.744.663
19130203 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES	92.614.251	-	92.614.251
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.798.118	-	7.798.118
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	44.454.844	-	44.454.844
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	9.168.810	-	9.168.810
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	21.523.552	-	21.523.552
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	9.668.927	-	9.668.927
19130204 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA	163.195.089	-	163.195.089
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	13.741.025	-	13.741.025
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	78.333.643	-	78.333.643
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	16.156.314	-	16.156.314



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	37.926.539	-	37.926.539
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	17.037.568	-	17.037.568
19130205 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DÍVIDA ATIVA IMPOSTO DE RENDA - RETIDO NA FONTE	9.192.881	-	9.192.881
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	774.040	-	774.040
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	4.412.587	-	4.412.587
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	910.094	-	910.094
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	2.136.424	-	2.136.424
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	959.736	-	959.736
19130206 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOAS FÍSICAS	7.426.785	-	7.426.785
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	625.334	-	625.334
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	3.564.859	-	3.564.859
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	735.250	-	735.250
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	1.725.985	-	1.725.985
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	775.357	-	775.357
19130301 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	31.338.455	-	31.338.455
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.312.775	-	2.312.775
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	18.176.311	-	18.176.311
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.538.413	-	2.538.413
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	4.804.182	-	4.804.182
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	3.506.774	-	3.506.774
19130302 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DÍV. ATIVA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	40.278.676	-	40.278.676
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.972.565	-	2.972.565
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	23.361.638	-	23.361.638
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	3.262.572	-	3.262.572
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	10.351.621	-	10.351.621
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	330.280	-	330.280
19130401 - RECEITA DE M. E JUROS DE M. DA DÍV. ATIVA DO IMP. S/ OPER. DE CRÉD., CÂMBIO E SEGURO OU REL. A TIT. OU VAL MOB	1.296.721	-	1.296.721
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	212.661	-	212.661
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	233.410	-	233.410
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	707.754	-	707.754
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	142.896	-	142.896
19130402 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGUROS	29.404	-	29.404
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.821	-	4.821



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	5.293	-	5.293
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	18.700	-	18.700
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	590	-	590
19130701 - MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	4.903	-	4.903
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	804	-	804
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	882	-	882
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	2.645	-	2.645
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	572	-	572
19130702 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DÍVIDA ATIVA IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO	11.874	-	11.874
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.947	-	1.947
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.136	-	2.136
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	6.405	-	6.405
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	1.386	-	1.386
19130800 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	20.015.288	-	20.015.288
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.282.507	-	3.282.507
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	10.007.656	-	10.007.656
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.801.372	-	1.801.372
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	3.884.964	-	3.884.964
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	1.038.789	-	1.038.789
19139900 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	56.335.436	-	56.335.436
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	47.886.646	-	47.886.646
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	5.649.536	-	5.649.536
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	269.020	-	269.020
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.530.234	-	2.530.234
19140101 - MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	53.054.118	-	53.054.118
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	42.443.299	-	42.443.299
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.610.819	-	10.610.819
19140102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	17.777.038	-	17.777.038
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	14.221.634	-	14.221.634
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.555.404	-	3.555.404
19140401 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIG. CONTRIBUINTE INDIV.	556.575	-	556.575



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	556.575	-	556.575
19140402 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ASSALARIADO	35.309.345	-	35.309.345
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	35.309.345	-	35.309.345
19140403 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA SOBRE SEGURADO ASSALARIADO	77.224.602	-	77.224.602
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	77.224.602	-	77.224.602
19140404 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES	26.121	-	26.121
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	26.121	-	26.121
19140405 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ESPETÁCULO DESPORTIVO	160.599	-	160.599
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	160.599	-	160.599
19140407 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS	5.831	-	5.831
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.831	-	5.831
19140408 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA O SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO	14.636.475	-	14.636.475
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	14.636.475	-	14.636.475
19140411 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPRESÁRIO	83.790	-	83.790
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	83.790	-	83.790
19140413 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ESPECIAL	52.461	-	52.461
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	52.461	-	52.461
19140414 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONT. PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPREGADO DOMÉSTICO	72.090	-	72.090
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	72.090	-	72.090
19140415 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO	15.811.586	-	15.811.586
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	15.811.586	-	15.811.586
19140501 - MULTA JUROS MORA DÍVIDA ATIVA CONTRIBUIÇÕES PROGRAMAS INTEGRAÇÃO SOCIAL FORMAÇÃO PATRIMÔNIO SERVIDOR PÚBLICO	16.226.952	-	16.226.952
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	12.981.563	-	12.981.563
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.245.389	-	3.245.389



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
19140502 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	4.732.284	-	4.732.284
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	3.785.830	-	3.785.830
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	946.454	-	946.454
19140601 - MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	22.998.111	-	22.998.111
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	18.398.492	-	18.398.492
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.599.619	-	4.599.619
19140602 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	4.634.597	-	4.634.597
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	3.707.681	-	3.707.681
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	926.916	-	926.916
19141000 - MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA DA COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	2.310	-	2.310
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	1.847	-	1.847
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	463	-	463
19141101 - RECEITA DE MJM DÍVIDA ATIVA DA CONTRIB RELAT À ATIVID DE COMERC DE PETRÓLEO GÁS NAT ALCOOL COMBUST	1.710	-	1.710
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	461	-	461
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	419	-	419
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	487	-	487
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	343	-	343
19141102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MJM DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO RELATIVA A COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO	11.006	-	11.006
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	2.987	-	2.987
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	2.689	-	2.689
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	3.128	-	3.128
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.202	-	2.202
19141201 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	222.717.276	-	222.717.276
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	178.173.823	-	178.173.823
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	44.543.453	-	44.543.453
19141202 - JUROS DE MORA FUNDAF - REC. DO REFIS E DO PAES DA DÍV. ATIVA DA CONTRIB. PARA O FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL	192.170.139	-	192.170.139
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	153.736.115	-	153.736.115
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	38.434.024	-	38.434.024
19141205 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - REC. DA CONTRIB. P/ OS PROG. DE INTEG. SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIM. SERV. PÚBLICO	74.880.459	-	74.880.459



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	59.904.369	-	59.904.369
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.976.090	-	14.976.090
19141206 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - REC. REFIS PAES DA DAS CONTRIB. PROG. DE INTEG. SOCIAL E FORM. PATRIM. SERV. PÚBLICO	53.720.298	-	53.720.298
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	42.976.240	-	42.976.240
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.744.058	-	10.744.058
19141207 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DA DÍV. ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	125.681.350	-	125.681.350
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	100.545.082	-	100.545.082
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	25.136.268	-	25.136.268
19141208 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - REC. DO REFIS E DO PAES DA DA DA CONTRIB. SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	59.287.629	-	59.287.629
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	47.430.106	-	47.430.106
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.857.523	-	11.857.523
19149901 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES - PRINCIPAL	17.977.809	-	17.977.809
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.713.350	-	5.713.350
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	10.786.692	-	10.786.692
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	8.984	-	8.984
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	1.468.783	-	1.468.783
19149902 - PROGRAMA DE PARCELAMENTOS - MJM DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	13.913.836	-	13.913.836
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.537.711	-	5.537.711
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	7.652.609	-	7.652.609
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	723.516	-	723.516
19150100 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS MULTAS POR INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	2.318.055	-	2.318.055
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.318.055	-	2.318.055
19150200 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA RECEITA DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	648	-	648
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	648	-	648
19150400 - MULTAS E JUROS DE MORA DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DAS MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MINERÁRIA	4.440	-	4.440
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	4.440	-	4.440
19150500 - MULTAS E JUROS DE MORA DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERAL	181	-	181



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	181	-	181
19150800 - MJM DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA MULTA PREVISTA NO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONAÚTICA	18.048	-	18.048
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	18.048	-	18.048
19151800 - MJM DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA AS MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS.	1.501.020	-	1.501.020
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	1.501.020	-	1.501.020
19151900 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS	8	-	8
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	8	-	8
19159901 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	168.720.644	-	168.720.644
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	161.470.728	-	161.470.728
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	7.063.580	-	7.063.580
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	135.195	-	135.195
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	51.141	-	51.141
19159902 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - OUTRAS MJM DA DIV ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	3.617.405	-	3.617.405
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.474.806	-	3.474.806
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	83.645	-	83.645
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	871	-	871
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	58.083	-	58.083
19180100 - MULTAS E JUROS DE MORA DE ALUGUÉIS	160.264	-	160.264
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.318	-	5.318
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	45.591	-	45.591
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	109.355	-	109.355
19180200 - MULTAS E JUROS DE MORA DE ARRENDAMENTOS	526.180	-	526.180
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	193.979	-	193.979
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	168	-	168
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	332.033	-	332.033
19180300 - MULTAS E JUROS DE MORA DE LAUDÉMIOS	1.252.662	-	1.252.662
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.252.662	-	1.252.662
19180500 - MULTAS E JUROS DE MORA DE ALIENAÇÕES DE OUTROS BENS IMÓVEIS	75.795	-	75.795



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	75.795	-	75.795
19180700 - MULTAS E JUROS DE MORA DE FOROS	4.768.732	-	4.768.732
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.768.732	-	4.768.732
19180800 - MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE OCUPAÇÃO	10.096.026	-	10.096.026
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.080.755	-	10.080.755
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.103	-	2.103
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	13.168	-	13.168
19181200 - MULTAS E JUROS DE MORA DA RECEITA DE ALIENAÇÕES BENS APREENDIDOS	598.680	-	598.680
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	598.680	-	598.680
19181400 - MULTA E JUROS DE MORA DA RECEITA DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	5.072	-	5.072
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	5.072	-	5.072
19189900 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	343.732.737	-	343.732.737
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.854.679	-	14.854.679
116 - RECURSOS DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	180.784	-	180.784
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	178.414.600	-	178.414.600
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	17.191.442	-	17.191.442
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	25.834.154	-	25.834.154
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	3.644.808	-	3.644.808
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	2.995.008	-	2.995.008
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	100.617.262	-	100.617.262
19190100 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE METROLOGIA	127.553.498	-	127.553.498
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	127.553.498	-	127.553.498
19190200 - MULTAS DO REGULAMENTO PARA O TRÁFEGO MARÍTIMO	3.696.096	-	3.696.096
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	3.696.096	-	3.696.096
19190300 - MULTA DE POLUIÇÃO DE ÁGUAS	50.774	-	50.774
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	50.774	-	50.774
19190600 - MULTAS DO CODIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS	24.488.619	-	24.488.619



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	24.488.619	-	24.488.619
19190800 - MULTAS PREVISTAS NA LEI DO SERVIÇO MILITAR	4.122.711	-	4.122.711
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	4.122.711	-	4.122.711
19190900 - MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUNICAÇÕES	52.546.942	-	52.546.942
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	33.576.557	-	33.576.557
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	18.970.385	-	18.970.385
19191000 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA	19.211.351	-	19.211.351
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	19.211.351	-	19.211.351
19191300 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS	46.490.862	-	46.490.862
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	46.490.862	-	46.490.862
19191400 - MULTAS POR INFRAÇÃO A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	210.905.220	-	210.905.220
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	210.905.220	-	210.905.220
19191500 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	621.033.183	166.701.433	787.734.616
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	621.033.183	166.701.433	787.734.616
19191600 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DO SEGURO-DESEMPREGO E ABONO SALARIAL	28.453.716	-	28.453.716
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	28.453.716	-	28.453.716
19192601 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS TRABALHISTAS	142.060	-	142.060
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	142.060	-	142.060
19192602 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - OUTROS	42.529.662	-	42.529.662
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	42.529.662	-	42.529.662
19192700 - MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	19.181.935	-	19.181.935
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.467.252	-	5.467.252
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	13.714.683	-	13.714.683
19192800 - MULTAS DECORRENTES DA OPERAÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS E CARGAS	24.289.300	-	24.289.300



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	24.289.300	-	24.289.300
19193000 - MULTAS PREVISTAS NO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA	11.407.031	-	11.407.031
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	11.407.031	-	11.407.031
19193100 - MULTA DE TARIFA DE PEDÁGIO	3.242.212	-	3.242.212
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	3.242.212	-	3.242.212
19193200 - MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS PENAS CONDENATÓRIAS	5.459.037	-	5.459.037
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	5.459.037	-	5.459.037
19193300 - RECEITA DE QUEBRA DE FIANÇA	356.945	-	356.945
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	356.945	-	356.945
19193500 - MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	57.812.123	-	57.812.123
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	57.812.123	-	57.812.123
19193600 - MULTA DE SEGURANÇA PRIVADA	7.012.440	-	7.012.440
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	7.012.440	-	7.012.440
19194100 - MULTAS POR INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO CINEMATOGRÁFICA	221.627	-	221.627
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	221.627	-	221.627
19194800 - MULTAS APLICADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU	3.610.105	-	3.610.105
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.610.105	-	3.610.105
19194900 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE REGIME DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR	354.060	-	354.060
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	354.060	-	354.060
19195000 - MULTAS POR AUTO DE INFRAÇÃO	107.831.380	-	107.831.380
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	26.001.217	-	26.001.217
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	79.348.890	-	79.348.890
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.481.273	-	2.481.273
19195200 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MINERÁRIA	16.058.516	-	16.058.516



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	16.058.516	-	16.058.516
19199900 - OUTRAS MULTAS	6.426.086.463	-	6.426.086.463
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.832.365.726	-	5.832.365.726
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	26.777	-	26.777
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	591.056.998	-	591.056.998
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.636.962	-	2.636.962
19210600 - INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	4.844.934	-	4.844.934
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	141.595	-	141.595
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.870.629	-	2.870.629
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.832.710	-	1.832.710
19219900 - OUTRAS INDENIZAÇÕES	113.667.945	-	113.667.945
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	49.018.708	-	49.018.708
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	53.471	-	53.471
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	64.595.766	-	64.595.766
19220100 - RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS	1.057.372.509	-	1.057.372.509
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	460.778.306	-	460.778.306
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.009.841	-	2.009.841
182 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	298.285.729	-	298.285.729
196 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	1.926.060	-	1.926.060
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.766.758	-	2.766.758
282 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	291.605.815	-	291.605.815
19220200 - RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS	91.908.206	-	91.908.206
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	128.303	-	128.303
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	85.528.191	-	85.528.191
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.251.712	-	6.251.712
19220500 - RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	741.838	-	741.838
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	741.838	-	741.838
19220600 - RESSARCIMENTO DO CUSTO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS	74.000.000	-	74.000.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	74.000.000	-	74.000.000
19220700 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	630.897.223	-	630.897.223



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	519.635.835	-	519.635.835
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	8.491.084	-	8.491.084
182 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÉNIOS E CONGÊNERES	59.010.051	-	59.010.051
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	43.760.253	-	43.760.253
19220800 - RESSARCIMENTO DE PAGAMENTO DE HONORÁRIOS TÉCNICO-PERICIAIS	17.512.844	-	17.512.844
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	17.512.844	-	17.512.844
19220900 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DO PORTE DE REMESEA E RETORNO DOS AUTOS	19.192.692	-	19.192.692
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	19.192.692	-	19.192.692
19221001 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES & PRINCIPAL	1.232.847	-	1.232.847
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.232.847	-	1.232.847
19221002 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES & PARCELA	1.682	-	1.682
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.682	-	1.682
19221100 - RESTITUIÇÃO DE PARCELAS DO SEGURO DESEMPREGO RECEBIDAS INDEVIDAMENTE	210.630.000	-	210.630.000
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	210.630.000	-	210.630.000
19222000 - RECUPERAÇÃO DE SINISTROS	17.863.782	-	17.863.782
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	17.863.782	-	17.863.782
19222100 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DECORRENTES DE DEPORTAÇÃO	41.411	-	41.411
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	41.411	-	41.411
19229900 - OUTRAS RESTITUIÇÕES	287.104.037	-	287.104.037
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	138.042.410	-	138.042.410
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	43.652.210	-	43.652.210
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	105.409.417	-	105.409.417
19310101 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS	225.736.536	-	225.736.536
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	95.035.091	-	95.035.091
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	108.353.531	-	108.353.531
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	22.347.914	-	22.347.914



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
19310102 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS	274.461.185	-	274.461.185
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	115.548.170	-	115.548.170
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	131.741.361	-	131.741.361
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	27.171.654	-	27.171.654
19310103 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES	103.966.960	-	103.966.960
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	43.770.098	-	43.770.098
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	49.904.135	-	49.904.135
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	10.292.727	-	10.292.727
19310104 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA	84.583.974	-	84.583.974
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	35.609.863	-	35.609.863
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	40.600.299	-	40.600.299
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	8.373.812	-	8.373.812
19310105 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMPSTOS DE RENDA - RETIDO NA FONTE	4.130.411	-	4.130.411
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.738.913	-	1.738.913
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.982.590	-	1.982.590
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	408.908	-	408.908
19310106 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOAS FÍSICAS	8.067.787	-	8.067.787
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.396.546	-	3.396.546
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	3.872.533	-	3.872.533
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	798.708	-	798.708
19310201 - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - PRINCIPAL	43.216.568	-	43.216.568
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.650.424	-	14.650.424
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	25.065.606	-	25.065.606
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	3.500.538	-	3.500.538
19310202 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	35.982.355	-	35.982.355
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	12.198.026	-	12.198.026
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	20.869.763	-	20.869.763
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.914.566	-	2.914.566
19310301 - RECEITA DA DÍV ATIVA DO IMP S/ OPERAÇÕES DE CRÉD, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VAL MOB. - PRINC	1.024.669	-	1.024.669
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	840.232	-	840.232
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	184.437	-	184.437



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
19310302 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMP. S/ OPERAÇÕES DE CRED, CAMB, SEG, OU REL. A TIT OU VAL MOB	142.939	-	142.939
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	117.213	-	117.213
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	25.726	-	25.726
19310400 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	21.551.158	-	21.551.158
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.835.977	-	8.835.977
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	10.775.581	-	10.775.581
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.939.600	-	1.939.600
19310501 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO - PRINCIPAL	3.690.515	-	3.690.515
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.026.225	-	3.026.225
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	664.290	-	664.290
19310502 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO	3.669.364	-	3.669.364
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.008.883	-	3.008.883
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	660.481	-	660.481
19310601 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - PRINCIPAL	246.393	-	246.393
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	202.046	-	202.046
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	44.347	-	44.347
19310602 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	162.982	-	162.982
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	133.651	-	133.651
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	29.331	-	29.331
19310700 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	1.457.929	-	1.457.929
127 - CUSTAS JUDICIAIS	1.457.929	-	1.457.929
19319901 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	3.658.740.015	-	3.658.740.015
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.651.183.423	-	3.651.183.423
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	7.556.592	-	7.556.592
19319902 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	592	-	592
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	592	-	592
19320101 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	276.871	-	276.871



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	276.871	-	276.871
19320102 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ASSALARIADO	139.988.389	-	139.988.389
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	139.988.389	-	139.988.389
19320103 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA SOBRE SEGURADO ASSALARIADO	259.467.360	-	259.467.360
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	259.467.360	-	259.467.360
19320104 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES	58.532	-	58.532
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	58.532	-	58.532
19320105 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ESPETÁCULO DESPORTIVO	123.426	-	123.426
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	123.426	-	123.426
19320107 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS	10.945	-	10.945
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	10.945	-	10.945
19320108 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA O SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO	35.399.663	-	35.399.663
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	35.399.663	-	35.399.663
19320111 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPRESÁRIO	32.480	-	32.480
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	32.480	-	32.480
19320113 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ESPECIAL	17.037	-	17.037
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	17.037	-	17.037
19320114 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPREGADO DOMÉSTICO	53.785	-	53.785
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	53.785	-	53.785
19320115 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO	11.196.021	-	11.196.021
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	11.196.021	-	11.196.021
19320121 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONT. PREVIDENCIÁRIA NA FORMA DE DEPÓSITO JUDICIAL, RECURSAL E CUSTAS JUDICIAIS	7.293.150	-	7.293.150
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.293.150	-	7.293.150



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
19320122 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA-PARCELAMENTOS	1.173.980.800	-	1.173.980.800
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.173.980.800	-	1.173.980.800
19320201 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - PRINCIPAL	449.914.784	-	449.914.784
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	359.931.830	-	359.931.830
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	89.982.954	-	89.982.954
19320202 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	215.375.643	-	215.375.643
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	172.300.519	-	172.300.519
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	43.075.124	-	43.075.124
19320501 - RECEITA DA DÍV. ATIV.DAS CONT. P/ OS PROG. DE INTEG. SOC. E DE FORM. DO PAT. DO SERV. PÚB. - PRINCIPAL	385.529.146	-	385.529.146
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	308.423.319	-	308.423.319
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	77.105.827	-	77.105.827
19320502 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DAS CONT P/ OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORM PAT SERV. PUB	56.848.053	-	56.848.053
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	45.478.445	-	45.478.445
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.369.608	-	11.369.608
19320601 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS - PRINCIPAL	160.983.842	-	160.983.842
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	128.787.078	-	128.787.078
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	32.196.764	-	32.196.764
19320602 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	46.899.045	-	46.899.045
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	37.519.239	-	37.519.239
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.379.806	-	9.379.806
19320800 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DAS MULTAS DO CÓDIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS.	13.962.369	-	13.962.369
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	13.962.369	-	13.962.369
19320900 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA COTA PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE.	1.838.494	-	1.838.494
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	1.470.794	-	1.470.794
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	367.700	-	367.700
19321601 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES - PRINCIPAL	9.025.625	-	9.025.625
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.954.849	-	8.954.849



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	56.628	-	56.628
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.148	-	14.148
19321602 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	1.627.518	-	1.627.518
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.624.986	-	1.624.986
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	2.028	-	2.028
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	504	-	504
19321700 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DAS MULTAS POR INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	175.387.275	-	175.387.275
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	175.387.275	-	175.387.275
19322002 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO REL À COMERCIALIZAÇÃO PETRÓLEO E DERIV GAS NAT ALCO	267.932	-	267.932
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	214.347	-	214.347
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	53.585	-	53.585
19322105 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERAL	42.450	-	42.450
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	42.450	-	42.450
19322400 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA MULTA PREVISTA NO CÓD. BRASILEIRO DE AERONÁUTICA	819.813	-	819.813
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	819.813	-	819.813
19323400 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DAS MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS	6.373.433	-	6.373.433
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	6.373.433	-	6.373.433
19323500 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA	5.352	-	5.352
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.352	-	5.352
19329901 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	323.848.886	-	323.848.886
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	293.856.134	-	293.856.134
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.444.696	-	2.444.696
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	309.456	-	309.456
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	27.238.600	-	27.238.600
19329902 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS	1.229.588	-	1.229.588
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.229.588	-	1.229.588
19900100 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - OUTRAS RECEITAS	32.967.555	-	32.967.555



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	32.967.555	-	32.967.555
19900201 - RECEITA DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	466.520.673	-	466.520.673
157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	461.177.838	-	461.177.838
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.342.835	-	5.342.835
19900202 - RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA	78.537.391	-	78.537.391
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	32.732.635	-	32.732.635
157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	45.800.322	-	45.800.322
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.434	-	4.434
19900301 - RECEITA DE LEILÕES DE MERCADORIAS APREENDIDAS	106.658.696	-	106.658.696
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	106.658.696	-	106.658.696
19900302 - RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	8.235.078	-	8.235.078
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	2.056.902	-	2.056.902
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.177.552	-	6.177.552
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	624	-	624
19900304 - RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS ASSOCIADOS AO TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DROGAS AFINS	11.039.950	-	11.039.950
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	11.039.950	-	11.039.950
19900400 - PRODUTO DE DEPÓSITOS ABANDONADOS (DINHEIRO E/OU OBJETOS DE VALOR)	1.183.618	-	1.183.618
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.176.033	-	1.176.033
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	7.585	-	7.585
19900500 - RECEITA DE BENS E VALORES PERDIDOS EM FAVOR DA UNIÃO	883.403	-	883.403
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	883.403	-	883.403
19900600 - RECEITA DECORRENTE DA NÃO APLICAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS PELA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA	3.192.930	-	3.192.930
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.192.930	-	3.192.930
19900700 - RECEITA DOS DIREITOS "ANTIDUMPING" E DOS DIREITOS COMPENSATÓRIOS	258.117.695	-	258.117.695
186 - OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	258.117.695	-	258.117.695
19901600 - RECEITA DE PARTICIPAÇÃO DO SEGURO - DPVAT - SISTEMA NACIONAL DE TRANSITO	3.286.642.025	1.450.968.590	4.737.610.615



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.286.642.025	1.450.968.590	4.737.610.615
19901800 - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO	69.878.127	-	69.878.127
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	69.878.127	-	69.878.127
19901900 - RECOLHIMENTO DO BENEFICIÁRIO AO FUNDO DE SAÚDE MILITAR	1.019.803.136	-	1.019.803.136
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.019.803.136	-	1.019.803.136
19902000 - CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA - MONTEPIO CIVIL	2.283.221	-	2.283.221
117 - MONTEPIOS	2.283.221	-	2.283.221
19902400 - RECEITA DE LEILÃO DE COTAS DE IMPORTAÇÃO	9.305.148	-	9.305.148
186 - OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	9.305.148	-	9.305.148
19902500 - RECOLHIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS	635.565.706	140.585.367	776.151.073
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	635.565.706	140.585.367	776.151.073
19909900 - OUTRAS RECEITAS	8.509.491.126	525.581.639	9.035.072.765
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.472.892.215	525.581.639	8.998.473.854
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.315.596		4.315.596
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	32.283.315		32.283.315
21110100 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	653.282.592.607	-	653.282.592.607
143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	653.282.592.607	-	653.282.592.607
21110200 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - TDA	540.000.000	-	540.000.000
164 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	540.000.000	-	540.000.000
21110300 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	187.352.417.341	-	187.352.417.341
144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	187.352.417.341	-	187.352.417.341
21140000 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	8.000.000	-	8.000.000
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	8.000.000	-	8.000.000
21230000 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS	3.380.006.627	-	3.380.006.627



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
148 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	1.658.823.957	-	1.658.823.957
149 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	1.721.182.670	-	1.721.182.670
22120101 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES REGULADORES - PGPM	2.000.000.000	-	2.000.000.000
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	2.000.000.000	-	2.000.000.000
22120702 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES ADQUIRIDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	18.000.000	-	18.000.000
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	18.000.000	-	18.000.000
22120902 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES PRÓPRIOS DO FUNCAFÉ	70.000.000	-	70.000.000
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	70.000.000	-	70.000.000
22140000 - ALIENAÇÃO DE ANIMAIS REPRODUTORES E MATRIZES	2.303.330	-	2.303.330
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.303.330	-	2.303.330
22150000 - ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS	5.497.133	-	5.497.133
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	230.000	-	230.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.267.133	-	5.267.133
22160000 - ALIENAÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	63.106	-	63.106
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	30.000	-	30.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	33.106	-	33.106
22170000 - ALIENAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	40.000	-	40.000
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	40.000	-	40.000
22190000 - ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	3.848.792	-	3.848.792
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	307.242	-	307.242
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	100.000	-	100.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.441.550	-	3.441.550
22210000 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	28.100.000	-	28.100.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	28.100.000	-	28.100.000
22220100 - ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE DOMÍNIO DA UNIÃO - DOMÍNIO PLENO, ÚTIL E DIRETO	2.973.517.901	-	2.973.517.901



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.973.517.901	-	2.973.517.901
22220400 - RECEITA DA ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS RES. DE PROPR. DA UNIÃO, E DOS VINC. OU INCORPOR	26.482.099	-	26.482.099
162 - REFORMA PATRIMONIAL - ALIENAÇÃO DE BENS	26.482.099	-	26.482.099
22240000 - ALIENAÇÕES DE IMÓVEIS RURAIS	3.741.641	-	3.741.641
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.741.641	-	3.741.641
22250000 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS	214.433.304	-	214.433.304
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	200.000.000	-	200.000.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	14.433.304	-	14.433.304
22290000 - ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS	30.217.276	-	30.217.276
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	30.217.276	-	30.217.276
23001000 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - BEA/BIB	12.467.459	-	12.467.459
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	12.467.459	-	12.467.459
23003000 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - ESTADOS E MUNICÍPIOS	20.349.530.111	-	20.349.530.111
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	4.739.595.289	-	4.739.595.289
173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	15.609.934.822	-	15.609.934.822
23004000 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	394.248.656	-	394.248.656
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	394.248.656	-	394.248.656
23005000 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - PROGRAMA DE OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	1.118.644.000	-	1.118.644.000
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	39.958.000	-	39.958.000
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	1.078.686.000	-	1.078.686.000
23007002 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - EM CONTRATO	2.458.376.898	-	2.458.376.898
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	3.256.898	-	3.256.898
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	2.455.120.000	-	2.455.120.000
23008001 - AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS DE BENS	1.202.951.232	-	1.202.951.232
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.201.668.118	-	1.201.668.118



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.283.114	-	1.283.114
23008002 - AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS DE PROJETOS	125.412.798	-	125.412.798
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	72.853.509	-	72.853.509
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	52.559.289	-	52.559.289
23009900 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS	3.255.230.670	-	3.255.230.670
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	3.133.164.567	-	3.133.164.567
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	12.569.223	-	12.569.223
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	109.496.880	-	109.496.880
24600000 - TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	4.600.240	-	4.600.240
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.600.240	-	4.600.240
24710000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	664.851.020	-	664.851.020
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	596.437.333	-	596.437.333
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	68.413.687	-	68.413.687
24720000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	4.806.997	-	4.806.997
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	4.000.001	-	4.000.001
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	806.996	-	806.996
24730000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	4.428.589	-	4.428.589
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	4.428.589	-	4.428.589
24740000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.160.590	-	2.160.590
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	2.160.590	-	2.160.590
25300000 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL	42.439.000.000	-	42.439.000.000
152 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL	42.439.000.000	-	42.439.000.000
25400000 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO NACIONAL	36.052.841.233	-	36.052.841.233
188 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO NACIONAL	36.052.841.233	-	36.052.841.233
25600000 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA ALIENAÇÃO DE ESTOQUES DE CAFÉ - FUNCAFÉ	300.000	-	300.000



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	300.000	-	300.000
71210201 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÃO - INSTALAÇÃO	150.464	-	150.464
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	150.464	-	150.464
72102901 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA - CPSS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	14.408.758.941	-	14.408.758.941
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	14.408.758.941	-	14.408.758.941
72102916 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS	563.492.436	-	563.492.436
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	563.492.436	-	563.492.436
73110000 - ALUGUÉIS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	911.383	-	911.383
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	911.383	-	911.383
73120000 - ARRENDAMENTOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	151.065	-	151.065
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	151.065	-	151.065
73153000 - TAXA DE OCUPAÇÃO DE OUTROS IMÓVEIS	1.184.812	-	1.184.812
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.143.797	-	1.143.797
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	41.015	-	41.015
73330100 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	126.315	-	126.315
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	126.315	-	126.315
75201200 - RECEITA DA INDÚSTRIA MECÂNICA - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	23.701.038	-	23.701.038
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	23.701.038	-	23.701.038
75202101 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.241.848	-	4.241.848
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.241.848	-	4.241.848
75202900 - RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	108.381.200	-	108.381.200
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	108.373.501	-	108.373.501
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	7.699	-	7.699
75209900 - OUTRAS RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	3.898.140	-	3.898.140



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.898.140	-	3.898.140
76000102 - SERVIÇO DE COM. DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAIS ESCOLARES E PÚBLICIDADE - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	259.554	-	259.554
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	57.983	-	57.983
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	201.571	-	201.571
76000199 - OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	44.836	-	44.836
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	44.836	-	44.836
76000304 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	96.327	-	96.327
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	96.327	-	96.327
76000501 - SERVIÇOS HOSPITALARES - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	33.914.355	-	33.914.355
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	30.000.000	-	30.000.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.914.355	-	3.914.355
76000700 - SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	336.617	-	336.617
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	336.617	-	336.617
76000800 - SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	10.462	-	10.462
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	576	-	576
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	9.886	-	9.886
76001101 - METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATÓRIA DELEGADA - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	315.022	-	315.022
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	315.022	-	315.022
76001102 - METROLOGIA CIENTÍFICA E INDUSTRIAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	116.440	-	116.440
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	116.440	-	116.440
76001104 - CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	35.612	-	35.612
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	35.612	-	35.612
76001200 - SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	242.414	-	242.414
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	741	-	741
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	241.673	-	241.673



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
76001300 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	5.118.005	-	5.118.005
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.429	-	1.429
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.116.576	-	5.116.576
76001400 - SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	29.623	-	29.623
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	29.623	-	29.623
76001600 - SERVIÇOS EDUCACIONAIS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	7.313.520	-	7.313.520
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.598.411	-	1.598.411
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.715.109	-	5.715.109
76001700 - SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	189.661	-	189.661
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	189.661	-	189.661
76002100 - SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	29.440	-	29.440
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	29.440	-	29.440
76002200 - SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.250.368	-	4.250.368
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.250.368	-	4.250.368
76002301 - SERVIÇOS DE PATENTES - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	266.184	-	266.184
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	266.184	-	266.184
76002302 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE MARCAS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	35.064	-	35.064
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	35.064	-	35.064
76002305 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	816	-	816
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	816	-	816
76002500 - SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.536	-	3.536
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.536	-	3.536
76005000 - TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTARIAS	6.925.736	-	6.925.736
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.925.736	-	6.925.736
76009900 - OUTROS SERVIÇOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	240.284	-	240.284



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	R\$ 1,00 Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	240.284	-	240.284
79189900 - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.769	-	6.769
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.769	-	6.769
79220100 - RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.830.037	-	2.830.037
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	36.927	-	36.927
182 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	2.768.789	-	2.768.789
282 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	24.321	-	24.321
79220700 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	327.294	-	327.294
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	326.621	-	326.621
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	673	-	673
79229900 - OUTRAS RESTITUIÇÕES - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	410.970	-	410.970
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	410.970	-	410.970
79909900 - OUTRAS RECEITAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.960	-	1.960
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.960	-	1.960
81110100 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL:	23.048.398	-	23.048.398
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	23.048.398	-	23.048.398
Total	2.118.273.683.441	29.981.821.002	2.148.255.504.443



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

ANEXO 6

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS REESTIMADAS POR FONTE DE RECURSOS

Fonte de Recursos	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)	R\$ 1,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	210.407.244.711	6.953.917.982	217.361.162.693	
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	158.501.880.510	3.327.999.318	161.829.879.828	
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	540.157.361	-	540.157.361	
106 - CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	16.346.795	-	16.346.795	
108 - COMPOSIÇÃO DO FUNDO SOCIAL	513.489.272	-	513.489.272	
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	7.868.096.339	-	7.868.096.339	
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	43.156.185.712	1.422.884.394	44.579.070.106	
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	14.318.735.156	1.234.732.902	15.553.468.058	
115 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	38.402.279	-	38.402.279	
116 - RECURSOS DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	65.925.608	-	65.925.608	
117 - MONTEPIOS	2.283.221	-	2.283.221	
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	3.396.912.532	-	3.396.912.532	
119 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - OURO	8.520.772	-	8.520.772	
120 - CONTRIBUIÇÕES S/ A ARRECADAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS	1.140.759	-	1.140.759	
123 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES	1.581.231.636	367.031.629	1.948.263.265	
127 - CUSTAS JUDICIAIS	485.199.648	-	485.199.648	
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	548.773.825	500.000.000	1.048.773.825	
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL	45.970.319	-	45.970.319	
131 - SELOS DE CONTROLE E LOJAS FRANCAS	605.187.651	-	605.187.651	
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	3.680.629.866	-	3.680.629.866	
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	24.338.667	-	24.338.667	
134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1.901.904.734	-	1.901.904.734	
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	2.187.592.704	-	2.187.592.704	
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	120.354.228	-	120.354.228	
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	36.500.270.365	1.363.612.575	37.863.882.940	
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	2.010.848.641	-	2.010.848.641	
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	27.202.174.675	-	27.202.174.675	
143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	653.282.592.607	-	653.282.592.607	
144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	187.352.417.341	-	187.352.417.341	
145 - RECURSOS DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL NA CAMADA DO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS	745.180.619	-	745.180.619	
148 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	1.658.823.957	-	1.658.823.957	
149 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	1.721.182.670	-	1.721.182.670	
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.574.738.024	1.772.266.018	7.347.004.042	
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	49.874.777.488	-39.964.640	49.834.812.848	
152 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL	42.439.000.000	-	42.439.000.000	
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	137.743.957.806	2.848.666.978	140.592.624.784	
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	266.057.806.043	7.772.479.040	273.830.285.083	



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

R\$ 1,00

Fonte de Recursos	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	10.296.323.906	-	10.296.323.906
157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	506.978.160	-	506.978.160
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	1.047.767.044	-	1.047.767.044
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	20.195.707.439	-	20.195.707.439
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	3.468.239.261	-	3.468.239.261
162 - REFORMA PATRIMONIAL - ALIENAÇÃO DE BENS	26.482.099	-	26.482.099
164 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	540.000.000	-	540.000.000
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	15.033.422.083	-	15.033.422.083
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	607.905.265	-	607.905.265
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	3.432.700.282	-	3.432.700.282
173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	35.203.156.470	-	35.203.156.470
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	4.148.253.558	166.701.433	4.314.954.991
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	418.193.680	-	418.193.680
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.302.179.910	154.094.920	1.456.274.830
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	5.234.089.549	964.038.088	6.198.127.637
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	21.503.975.789	-	21.503.975.789
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	1.017.530.548	-	1.017.530.548
182 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	360.064.569	-	360.064.569
183 - PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS	189.342.872	-	189.342.872
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA A DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	2.365.768.146	-	2.365.768.146
186 - OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	590.473.166	-	590.473.166
188 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO NACIONAL	36.052.841.233	-	36.052.841.233
194 - DOAÇÕES PARA COMBATE À FOME	250.000	-	250.000
195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	67.202.995	-	67.202.995
196 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	34.926.060	-	34.926.060
197 - DIVIDENDOS - UNIÃO	20.071.038.362	-	20.071.038.362
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	8.000.000	-	8.000.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	7.565.227.102	-	7.565.227.102
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.717.284.426	-	1.717.284.426
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	240.376.971	-	240.376.971
282 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	291.630.136	-	291.630.136
293 - PRODUTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO - EDUCAÇÃO	148.303.632	-	148.303.632
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	1.359.196	-	1.359.196
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	62.406.414.991	1.173.360.365	63.579.775.356
Total	2.118.273.683.441	29.981.821.002	2.148.255.504.443



CONGRESSO NACIONAL
COMISÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

ANEXO 7 – ESPELHO DAS EMENDAS DE RELATOR

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita por Autor(Não Cumulativas)

Emenda	Autor	UO	Natureza	Tipo	Esf.	Fte.	Valor	Parecer
<i>80990001 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	26101 - M. da Educação	11110101	Imposto de Importação	A	1	112	607.904.242	
	98000 - Rec. Tesouro	11110101	Imposto de Importação	A	1	100	2.769.341.550	
							Total :	3.377.245.792
<i>80990002 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	26101 - M. da Educação	11120410	Pessoa Física	A	1	112	44.383.291	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda	11120410	Pessoa Física	A	1	101	201.742.235	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO	11120410	Pessoa Física	A	1	101	2.689.896	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO	11120410	Pessoa Física	A	1	101	2.689.896	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE	11120410	Pessoa Física	A	1	101	8.069.689	
	98000 - Rec. Tesouro	11120410	Pessoa Física	A	1	100	188.741.067	
							Total :	448.316.074
<i>80990003 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	26101 - M. da Educação	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	112	-55.210.620	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	101	-250.957.362	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	101	-3.346.098	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	101	-3.346.098	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	101	-10.038.294	
	98000 - Rec. Tesouro	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	100	-234.784.554	
							Total :	-557.683.026

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita por Autor(Não Cumulativas)

Emenda	Autor	UO	Natureza	Tipo	Esf.	Fte.	Valor	Parecer
<i>80990004 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101 - M. da Educação	11120431	Retido nas Fontes- Trabalho	A	1	112	125.385.379	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda	11120431	Retido nas Fontes- Trabalho	A	1	101	569.933.540	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO	11120431	Retido nas Fontes- Trabalho	A	1	101	7.599.114	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO	11120431	Retido nas Fontes- Trabalho	A	1	101	7.599.114	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE	11120431	Retido nas Fontes- Trabalho	A	1	101	22.797.342	
	98000 - Rec. Tesouro	11120431	Retido nas Fontes- Trabalho	A	1	100	533.204.491	
							Total :	1.266.518.980
<i>80990005 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101 - M. da Educação	11120433	Ret nas Fontes- Remessa ao Ext.	A	1	112	312.830.993	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda	11120433	Ret nas Fontes- Remessa ao Ext.	A	1	101	1.421.959.065	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO	11120433	Ret nas Fontes- Remessa ao Ext.	A	1	101	18.959.453	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO	11120433	Ret nas Fontes- Remessa ao Ext.	A	1	101	18.959.453	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE	11120433	Ret nas Fontes- Remessa ao Ext.	A	1	101	56.878.361	
	98000 - Rec. Tesouro	11120433	Ret nas Fontes- Remessa ao Ext.	A	1	100	1.330.321.702	
							Total :	3.159.909.027

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita por Autor(Não Cumulativas)

Emenda	Autor	UO	Natureza	Tipo	Esf.	Fte.	Valor	Parecer
<i>80990006 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	26101 - M. da Educação	11120434	Retido nas Fontes- Outros Rend.	D	1	112	-3.628.581	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda	11120434	Retido nas Fontes- Outros Rend.	D	1	101	-16.493.551	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO	11120434	Retido nas Fontes- Outros Rend.	D	1	101	-219.915	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO	11120434	Retido nas Fontes- Outros Rend.	D	1	101	-219.914	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE	11120434	Retido nas Fontes- Outros Rend.	D	1	101	-659.742	
	98000 - Rec. Tesouro	11120434	Retido nas Fontes- Outros Rend.	D	1	100	-15.430.633	
							Total :	-36.652.336
<i>80990007 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	26101 - M. da Educação	11130101	IPI - Fumo	A	1	112	19.570.498	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda	11130101	IPI - Fumo	A	1	101	132.886.099	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO	11130101	IPI - Fumo	A	1	101	1.449.666	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO	11130101	IPI - Fumo	A	1	101	1.449.666	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE	11130101	IPI - Fumo	A	1	101	4.348.999	
	98000 - Rec. Tesouro	11130101	IPI - Fumo	A	1	100	81.906.159	
							Total :	241.611.087

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012
Pareceres às Emendas à Receita por Autor(Não Cumulativas)

Emenda	Autor	UO	Natureza	Tipo	Esf.	Fte.	Valor	Parecer
<i>80990008 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	26101 - M. da Educação	11130102	IPI-Bebidas	A	1	112	3.471.811	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda	11130102	IPI-Bebidas	A	1	101	23.574.025	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO	11130102	IPI-Bebidas	A	1	101	257.171	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO	11130102	IPI-Bebidas	A	1	101	257.171	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE	11130102	IPI-Bebidas	A	1	101	771.513	
	98000 - Rec. Tesouro	11130102	IPI-Bebidas	A	1	100	14.530.171	
						Total :	42.861.862	
<i>80990009 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	26101 - M. da Educação	11130103	IPI-Automóveis	A	1	112	3.554.696	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda	11130103	IPI-Automóveis	A	1	101	24.136.826	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO	11130103	IPI-Automóveis	A	1	101	263.311	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO	11130103	IPI-Automóveis	A	1	101	263.311	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE	11130103	IPI-Automóveis	A	1	101	789.932	
	98000 - Rec. Tesouro	11130103	IPI-Automóveis	A	1	100	14.877.061	
						Total :	43.885.137	
<i>80990010 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	26101 - M. da Educação	11130104	IPI-Vinculado à Importação	A	1	112	160.754.267	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda	11130104	IPI-Vinculado à Importação	A	1	101	1.091.541.319	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO	11130104	IPI-Vinculado à Importação	A	1	101	11.907.723	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO	11130104	IPI-Vinculado à Importação	A	1	101	11.907.723	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE	11130104	IPI-Vinculado à Importação	A	1	101	35.723.170	
	98000 - Rec. Tesouro	11130104	IPI-Vinculado à Importação	A	1	100	672.786.377	
						Total :	1.984.620.579	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012
Pareceres às Emendas à Receita por Autor(Não Cumulativas)

Emenda	Autor	UO	Natureza	Tipo	Esf.	Fte.	Valor	Parecer
<i>80990011 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101 - M. da Educação	11130109	IPI - Outros	D	1	112	-9.513.938	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda	11130109	IPI - Outros	D	1	101	-64.600.811	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO	11130109	IPI - Outros	D	1	101	-704.736	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO	11130109	IPI - Outros	D	1	101	-704.736	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE	11130109	IPI - Outros	D	1	101	-2.114.208	
	98000 - Rec. Tesouro	11130109	IPI - Outros	D	1	100	-39.817.591	
					Total :		-117.456.020	
<i>80990012 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101 - M. da Educação	11130309	IOF -Demais A Operações		1	112	213.382.356	
	98000 - Rec. Tesouro	11130309	IOF -Demais A Operações		1	100	972.075.176	
					Total :		1.185.457.532	
<i>80990013 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	98000 - Rec. Tesouro	12100101	COFINS	A	1	900	712.166.744	
	98000 - Rec. Tesouro	12100101	COFINS	A	2	153	2.848.666.978	
					Total :		3.560.833.722	
<i>80990014 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	33904 - F. Regime Geral Prev. Social	12103002	Cont. Prev. A Seg. Assalariado		2	154	2.704.000.414	
					Total :		2.704.000.414	
<i>80990015 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	33904 - F. Regime Geral Prev. Social	12103003	Contr. Prev. A Emp. Seg. Assal.		2	154	5.068.478.626	
					Total :		5.068.478.626	
<i>80990016 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	38901 - FAT	12103701	PIS/PASEP	A	1	140	545.445.030	
	38901 - FAT	12103701	PIS/PASEP	A	2	140	818.167.545	
	98000 - Rec. Tesouro	12103701	PIS/PASEP	A	1	900	340.903.144	
					Total :		1.704.515.719	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita por Autor(Não Cumulativas)

Emenda	Autor	UO	Natureza	Tipo	Esf.	Fte.	Valor	Parecer
80990017	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	98000 - Rec. Tesouro	12103801	CSLL	D	1	900	-9.991.160	
	98000 - Rec. Tesouro	12103801	CSLL	D	2	151	-39.964.640	
						Total :	-49.955.800	
80990018	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	98000 - Rec. Tesouro	19909900	Outras Receitas	A	1	100	525.581.639	
						Total :	525.581.639	
80990019	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	25103 - Secretaria da Receita Federal	16001300	Serv Administrativos	A	1	150	226.407.817	
						Total :	226.407.817	
80990020	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	25914 - Fundo de Garantia à Exportação	16003705	Rec Seg Créd Exportação	A	1	150	94.889.611	
						Total :	94.889.611	
80990021	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	36901 - Fundo Nacional de Saúde	19901600	Receita Partcip Seg - Dpvat	A	2	150	1.302.437.846	
	56901 - FUNSET	19901600	Receita Partcip Seg - Dpvat	A	1	150	148.530.744	
						Total :	1.450.968.590	
80990022	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	26298 - FNDE	12100200	Contrib Sal Educação	A	1	113	493.893.161	
	73107 - Rec. sob Sup. do M. Educação	12100200	Contrib Sal Educação	A	1	113	740.839.741	
						Total :	1.234.732.902	
80990023	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	41231 - ANATEL	11210201	Fistel - Instalações	A	1	178	12.207.133	
	98000 - Rec. Tesouro	11210201	Fistel - Instalações	A	1	178	231.935.540	
						Total :	244.142.673	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita por Autor(Não Cumulativas)

Emenda	Autor	UO	Natureza	Tipo	Esf.	Fte.	Valor	Parecer
<i>80990024 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	41231 - ANATEL	11210202	Fistel - Funcionamento	A	1	178	29.425.281	
	98000 - Rec. Tesouro	11210202	Fistel - Funcionamento	A	1	178	690.470.134	
						Total :	719.895.415	
<i>80990025 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	98000 - Rec. Tesouro	12101500	Contrib. P/ Cust Pens. Mil.	A	1	900	91.757.907	
	98000 - Rec. Tesouro	12101500	Contrib. P/ Cust Pens. Mil.	A	2	123	367.031.629	
						Total :	458.789.536	
<i>80990026 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	22101 - M. Ag., Pec. e Abastecimento	12103203	Adic Cont Previdencia	A	1	176	3.081.897	
	49201 - INCRA	12103203	Adic Cont Previdencia	A	1	176	151.013.023	
	98000 - Rec. Tesouro	12103203	Adic Cont Previdencia	A	1	900	38.523.730	
						Total :	192.618.650	
<i>80990027 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	30107 - Dep. Polícia Rod. Federal	19191500	Multas Legisl. Transito	A	1	174	94.128.722	
	39252 - DNIT	19191500	Multas Legisl. Transito	A	1	174	1.841.860	
	56901 - FUNSET	19191500	Multas Legisl. Transito	A	1	174	70.730.851	
						Total :	166.701.433	
<i>80990028 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	98000 - Rec. Tesouro	19902500	Transf. depósitos Judiciais	A	1	100	140.585.367	
						Total :	140.585.367	
<i>80990029 Relator de Receita</i>								<i>Pela Aprovação</i>
	32265 - ANP	13320101	Bônus Ass Contrato Concessão	A	1	129	500.000.000	
						Total :	500.000.000	

Tipo: A - Acréscimo D - Decréscimo R - Renúncia Compensação Receita P - Renúncia Compensação Despesa

SISTEMA DE APOIO À ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA - SELOR

Emissão: 08-10-11 08:36:35

(Relatoria de Receita RR_170NC)

Página 7 de 7



**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 28/2011 - LOA 2009**

Data: 08/10/2011
Hora: 08:37
Página: 1 de 10

Espelho de Emendas de Relator à Receita(Não Cumulativas)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

EMENDA

80990001

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101	Ministério da Educação	11110101 Imposto de Importação Acréscimo 607.904.242
1 Orçamento Fiscal	98000	Receita do Tesouro da União	11110101 Imposto de Importação Acréscimo 2.769.341.550

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

EMENDA

80990002

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101	Ministério da Educação	11120410 Pessoa Física Acréscimo 44.383.291
1 Orçamento Fiscal	73108	Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11120410 Pessoa Física Acréscimo 201.742.235
1 Orçamento Fiscal	74913	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11120410 Pessoa Física Acréscimo 2.689.896
1 Orçamento Fiscal	74914	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11120410 Pessoa Física Acréscimo 2.689.896
1 Orçamento Fiscal	74915	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11120410 Pessoa Física Acréscimo 8.069.689
1 Orçamento Fiscal	98000	Receita do Tesouro da União	11120410 Pessoa Física Acréscimo 188.741.067

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)



**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 28/2011 - LOA 2009**

Data: 08/10/2011
Hora: 08:37
Página: 2 de 10

Espelho de Emendas de Relator à Receita(Não Cumulativas)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

EMENDA

80990003

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação	11120421 Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	Decréscimo 55.210.620
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Fun	11120421 Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	Decréscimo 250.957.362
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fun	11120421 Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	Decréscimo 3.346.098
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fun	11120421 Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	Decréscimo 3.346.098
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fun	11120421 Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	Decréscimo 10.038.294
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11120421 Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	Decréscimo 234.784.554

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

EMENDA

80990004

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação	11120431 Retido nas Fontes-Trabalho	Acréscimo 125.385.379
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11120431 Retido nas Fontes-Trabalho	Acréscimo 569.933.540
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11120431 Retido nas Fontes-Trabalho	Acréscimo 7.599.114
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11120431 Retido nas Fontes-Trabalho	Acréscimo 7.599.114
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11120431 Retido nas Fontes-Trabalho	Acréscimo 22.797.342
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11120431 Retido nas Fontes-Trabalho	Acréscimo 533.204.491

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)



**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 28/2011 - LOA 2009**

Data: 08/10/2011
Hora: 08:37
Página: 3 de 10

Espelho de Emendas de Relator à Receita(Não Cumulativas)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990005

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação	11120433 Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	Acréscimo 312.830.993
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11120433 Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	Acréscimo 1.421.959.065
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11120433 Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	Acréscimo 18.959.453
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11120433 Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	Acréscimo 18.959.453
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11120433 Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	Acréscimo 56.878.361
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11120433 Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	Acréscimo 1.330.321.702

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990006

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação	11120434 Retido nas Fontes-Outros Rend.	Decréscimo 3.628.581
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais -	11120434 Retido nas Fontes-Outros Rend.	Decréscimo 16.493.551
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fun	11120434 Retido nas Fontes-Outros Rend.	Decréscimo 219.915
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fun	11120434 Retido nas Fontes-Outros Rend.	Decréscimo 219.914
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fun	11120434 Retido nas Fontes-Outros Rend.	Decréscimo 659.742
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11120434 Retido nas Fontes-Outros Rend.	Decréscimo 15.430.633

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)



**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 28/2011 - LOA 2009**

Data: 08/10/2011
Hora: 08:37
Página: 4 de 10

Espelho de Emendas de Relator à Receita(Não Cumulativas)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

EMENDA

80990007

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101	Ministério da Educação	11130101 IPI - Fumo Acréscimo 19.570.498
1 Orçamento Fiscal	73108	Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11130101 IPI - Fumo Acréscimo 132.886.099
1 Orçamento Fiscal	74913	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11130101 IPI - Fumo Acréscimo 1.449.666
1 Orçamento Fiscal	74914	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11130101 IPI - Fumo Acréscimo 1.449.666
1 Orçamento Fiscal	74915	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11130101 IPI - Fumo Acréscimo 4.348.999
1 Orçamento Fiscal	98000	Receita do Tesouro da União	11130101 IPI - Fumo Acréscimo 81.906.159

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

EMENDA

80990008

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101	Ministério da Educação	11130102 IPI-Bebidas Acréscimo 3.471.811
1 Orçamento Fiscal	73108	Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11130102 IPI-Bebidas Acréscimo 23.574.025
1 Orçamento Fiscal	74913	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11130102 IPI-Bebidas Acréscimo 257.171
1 Orçamento Fiscal	74914	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11130102 IPI-Bebidas Acréscimo 257.171
1 Orçamento Fiscal	74915	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11130102 IPI-Bebidas Acréscimo 771.513
1 Orçamento Fiscal	98000	Receita do Tesouro da União	11130102 IPI-Bebidas Acréscimo 14.530.171

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)



**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 28/2011 - LOA 2009**

Data: 08/10/2011
Hora: 08:37
Página: 5 de 10

Espelho de Emendas de Relator à Receita(Não Cumulativas)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

EMENDA

80990009

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação	11130103 IPI-Automóveis	Acréscimo 3.554.696
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11130103 IPI-Automóveis	Acréscimo 24.136.826
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11130103 IPI-Automóveis	Acréscimo 263.311
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11130103 IPI-Automóveis	Acréscimo 263.311
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11130103 IPI-Automóveis	Acréscimo 789.932
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11130103 IPI-Automóveis	Acréscimo 14.877.061

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

EMENDA

80990010

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação	11130104 IPI-Vinculado à Importação	Acréscimo 160.754.267
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11130104 IPI-Vinculado à Importação	Acréscimo 1.091.541.319
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11130104 IPI-Vinculado à Importação	Acréscimo 11.907.723
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11130104 IPI-Vinculado à Importação	Acréscimo 11.907.723
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11130104 IPI-Vinculado à Importação	Acréscimo 35.723.170
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11130104 IPI-Vinculado à Importação	Acréscimo 672.786.377

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)



**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 28/2011 - LOA 2009**

Data: 08/10/2011
Hora: 08:37
Página: 6 de 10

Espelho de Emendas de Relator à Receita(Não Cumulativas)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

EMENDA

80990011

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação	11130109 IPI - Outros	Decréscimo 9.513.938
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais -	11130109 IPI - Outros	Decréscimo 64.600.811
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fun	11130109 IPI - Outros	Decréscimo 704.736
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fun	11130109 IPI - Outros	Decréscimo 704.736
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fun	11130109 IPI - Outros	Decréscimo 2.114.208
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11130109 IPI - Outros	Decréscimo 39.817.591

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

EMENDA

80990012

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação	11130309 IOF -Demais Operações	Acréscimo 213.382.356
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11130309 IOF -Demais Operações	Acréscimo 972.075.176

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

EMENDA

80990013

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	12100101 COFINS	Acréscimo 712.166.744
2 Orçamento da Seguridade S	98000 Receita do Tesouro da União	12100101 COFINS	Acréscimo 2.848.666.978

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)



**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 28/2011 - LOA 2009**

Data: 08/10/2011
Hora: 08:37
Página: 7 de 10

Espelho de Emendas de Relator à Receita(Não Cumulativas)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

EMENDA

80990014

ESFERA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

NATUREZA RECEITA

VALOR

2 Orçamento da Seguridade S 33904	Fundo do Regime Geral de Previdência Social	12103002	Cont. Prev. Seg. Assalariado	Acréscimo	2.704.000.414
-----------------------------------	---	----------	------------------------------	-----------	---------------

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

EMENDA

80990015

ESFERA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

NATUREZA RECEITA

VALOR

2 Orçamento da Seguridade S 33904	Fundo do Regime Geral de Previdência Social	12103003	Contr. Prev. Emp. Seg. Assal.	Acréscimo	5.068.478.626
-----------------------------------	---	----------	-------------------------------	-----------	---------------

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

EMENDA

80990016

ESFERA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

NATUREZA RECEITA

VALOR

1 Orçamento Fiscal 38901	Fundo de Amparo ao Trabalhador	12103701	PIS/PASEP	Acréscimo	545.445.030
1 Orçamento Fiscal 98000	Receita do Tesouro da União	12103701	PIS/PASEP	Acréscimo	340.903.144
2 Orçamento da Seguridade S 38901	Fundo de Amparo ao Trabalhador	12103701	PIS/PASEP	Acréscimo	818.167.545

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

EMENDA

80990017

ESFERA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

NATUREZA RECEITA

VALOR

1 Orçamento Fiscal 98000	Receita do Tesouro da União	12103801	CSLL	Decréscimo	9.991.160
2 Orçamento da Seguridade Social 98000	Receita do Tesouro da União	12103801	CSLL	Decréscimo	39.964.640

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)



**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 28/2011 - LOA 2009**

Data: 08/10/2011
Hora: 08:37
Página: 8 de 10

Espelho de Emendas de Relator à Receita(Não Cumulativas)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990018

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	19909900 Outras Receitas	Acréscimo 525.581.639

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita por erro ou omissão na proposta (PL28/2011)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990019

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	25103 Secretaria da Receita Federal do Brasil	16001300 Serv Administrativos	Acréscimo 226.407.817

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990020

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	25914 Fundo de Garantia à Exportação - FGE	16003705 Rec Seg Créd Exportação	Acréscimo 94.889.611

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990021

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	56901 Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	19901600 Receita Partcip Seg - Dpvat	Acréscimo 148.530.744
2 Orçamento da Seguridade Social	36901 Fundo Nacional de Saúde	19901600 Receita Partcip Seg - Dpvat	Acréscimo 1.302.437.846

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões



**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 28/2011 - LOA 2009**

Data: 08/10/2011
Hora: 08:37
Página: 9 de 10

Espelho de Emendas de Relator à Receita(Não Cumulativas)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990022

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26298	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	12100200 Contrib Sal Educação Acréscimo 493.893.161
1 Orçamento Fiscal	73107	Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação	12100200 Contrib Sal Educação Acréscimo 740.839.741

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990023

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	41231	Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	11210201 Fistel - Instalações Acréscimo 12.207.133
1 Orçamento Fiscal	98000	Receita do Tesouro da União	11210201 Fistel - Instalações Acréscimo 231.935.540

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990024

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	41231	Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	11210202 Fistel - Funcionamento Acréscimo 29.425.281
1 Orçamento Fiscal	98000	Receita do Tesouro da União	11210202 Fistel - Funcionamento Acréscimo 690.470.134

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990025

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000	Receita do Tesouro da União	12101500 Contrib. P/ Cust Pens. Mil. Acréscimo 91.757.907
2 Orçamento da Seguridade S	98000	Receita do Tesouro da União	12101500 Contrib. P/ Cust Pens. Mil. Acréscimo 367.031.629

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões



**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 28/2011 - LOA 2009**

Data: 08/10/2011
Hora: 08:37
Página: 10 de 10

Espelho de Emendas de Relator à Receita(Não Cumulativas)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990026

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	22101	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	12103203 Adic Cont Previdencia Acréscimo 3.081.897
1 Orçamento Fiscal	49201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	12103203 Adic Cont Previdencia Acréscimo 151.013.023
1 Orçamento Fiscal	98000	Receita do Tesouro da União	12103203 Adic Cont Previdencia Acréscimo 38.523.730

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990027

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	30107	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	19191500 Multas Legisl. Transito Acréscimo 94.128.722
1 Orçamento Fiscal	39252	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	19191500 Multas Legisl. Transito Acréscimo 1.841.860
1 Orçamento Fiscal	56901	Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	19191500 Multas Legisl. Transito Acréscimo 70.730.851

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990028

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000	Receita do Tesouro da União	19902500 Transf. depósitos Judiciais Acréscimo 140.585.367

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990029

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	32265	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	13320101 Bônus Ass Contrato Concessão Acréscimo 500.000.000

JUSTIFICATIVA

Erros e omissões



**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN / - -**

Espelho de Emendas Apresentadas à Receita

Data: 08/10/2011
Hora: 08:37
Página: 1 de 1



CONGRESSO NACIONAL
COMISÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

ANEXO 8 – ESPELHO DAS EMENDAS DE RENÚNCIA



**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 28/2011 - LOA**

Espelho de Emendas de Renúncia de Receita de Relator de Receita

Data: 08/10/2011
Hora: 08:37
Página: 1 de 1



**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0028 / 2011 - LOA**

Data: 08/10/2011
Hora: 08:37
Página: 1 de 5

Espelho de Emendas Apresentadas de Renúncia de Receita

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410001

MODALIDADE DA EMENDA

Deputado Federal

PROPOSIÇÃO CORRELATA:

ORIGEM: Câmara dos Deputados

TIPO: PL

NÚMERO: 1711/2011

AUTOR: DEP. JOÃO DADO

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Rec. Tesouro	11130103 IPI-Automóveis	97.625.000

COMPENSAÇÃO DE DESPESA:

SEQUENCIAL	FUNCIONAL	AÇÃO	SUBTÍTULO	VALOR
007862	99.999.0999.00F5	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	Fiscal	97.625.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa suprir exigência do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige neutralidade fiscal ou compensação tópica, optamos pela primeira alternativa.

O PL nº 1.711/2011 propõe isentar do IPI os veículos nacionais adquiridos por feirantes, que exercem a atividade há mais de cinco anos, como forma de compensar os altos custos de atividade indispensável à população, garantidora de qualidade e de menores custos para a alimentação.

Esta emenda visa tornar neutra a renúncia de receita, que deverá ser considerada já na elaboração da proposta orçamentária para 2012.

A memória de cálculo de seu impacto foi realizada pela COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-TRIBUTÁRIOS E DE PREVISÃO E ANÁLISE DE ARRECADAÇÃO/SRFB/MF em NOTA COGET/COEST Nº 019/2011 Brasília, 19 de abril de 2011, que assim se pronunciou:

"...3. Considerando que não há informações disponíveis sobre o montante da produção nacional a ser adquirido para o transporte e comércio de produtos animais ou vegetais em feiras livres, estima-se, para efeitos do cálculo de renúncia, um percentual situado entre 10% a 50% do total da produção nacional dos veículos, de peso em carga máxima de até cinco (05) toneladas, classificados na posição NCM 87.04 da Tabela do IPI (TIPI). Assim, a renúncia do IPI estaria compreendida entre R\$ 35,5 milhões e R\$ 177,5 milhões." Considerando-se o valor máximo, por conservadorismo e responsabilidade fiscal, e reduzida pelo percentual de 45%, correspondente às transferências constitucionais aos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o impacto em 2012 alcançará R\$ 97.625.000,00.

A proposição teve a seguinte distribuição: apense-se à(ao) PL nº 4217/2008. Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões - art. 24 II, Regime de tramitação: ordinária. Às Comissões de Finanças e Tributação (mérito e art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD). A proposição encontra-se no presente em apreciação na CFT.

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410002

MODALIDADE DA EMENDA

Deputado Federal

PROPOSIÇÃO CORRELATA:

ORIGEM: Câmara dos Deputados

TIPO: PL

NÚMERO: 2614/2007

AUTOR: DEP. JOÃO DADO

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
--------	----------------------	------------------	-------



**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0028 / 2011 - LOA**

Data: 08/10/2011
Hora: 08:37
Página: 2 de 5

Espelho de Emendas Apresentadas de Renúncia de Receita

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410002

1	Orçamento Fiscal	98000 Rec. Tesouro	11130103 IPI-Automóveis	102.410.000
----------	-------------------------	---------------------------	--------------------------------	--------------------

COMPENSAÇÃO DE DESPESA:

SEQUENCIAL	FUNCIONAL	AÇÃO	SUBTÍTULO	VALOR
007862	99.999.0999.00F5	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	Fiscal	102.410.000

JUSTIFICATIVA

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos industrializados (IPI) incidente sobre veículos adquiridos por fiscais de administrações tributárias federal, estaduais, distrital e municipais. A proposição conta com estimativa de impacto orçamentário-financeiro da Secretaria da Receita Federal do Brasil - Coordenação-Geral de Estudos, Previsão e Análise, que em sua Nota COGET/COEST nº 044/2009, de 22.07.2009, estimou o impacto em R\$ 186,20 milhões, reduzida pelo percentual de 45%, correspondente às transferências constitucionais aos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente a R\$ 102.410.000,00.

A proposição teve sua distribuição para exame de mérito restrita à CFT, onde se encontra para parecer de adequação orçamentário financeiro e mérito. Supridas as exigências do art. 32 da Resolução nº 1/2006-CN, a seguir são apresentados excertos da justificação do projeto. As razões sociais e humanitárias, que originaram a isenção do IPI, hoje em vigor para os veículos utilizados por taxistas e por pessoas portadoras de deficiência, têm suporte no caráter de extrafiscalidade deste imposto. Também neste caso buscamos igual apoio, com vistas a invocar razões de investimento profissional, ao estender a isenção do IPI para os veículos de uso de fiscais, das diversas esferas de governo, no exercício de suas atividades profissionais. Má conservação das vias públicas, insegurança no trânsito, desgastes acelerados dos veículos e remunerações insuficientes são algumas das dificuldades que enfrentam os fiscais na defesa do erário público, do correto cumprimento da legislação trabalhista, das adequadas condições sanitárias da produção agropecuária e, portanto, na defesa de toda a Sociedade. Os sucessivos cortes orçamentários infringidos aos órgãos públicos, nas diversas esferas de atuação, promoveram a perda de veículos de serviço, o que, com exceção dos procedimentos externos de fiscalização, têm levado funcionários a utilizarem seus próprios veículos no exercício de tarefas oficiais. A melhoria das condições de trabalho de tais funcionários trará, com certeza, melhores resultados nas arrecadações dos tributos, refletindo nas receitas orçamentárias federais, estaduais e municipais. Ademais, tal como ocorre com os taxistas, o veículo, nestas circunstâncias, representa instrumento básico de trabalho.

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410003

MODALIDADE DA EMENDA

Deputado Federal

PROPOSIÇÃO CORRELATA:

ORIGEM: Câmara dos Deputados TIPO: PL NÚMERO: 4593/2004

AUTOR: DEP. VICENTINHO

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR	
2	Orçamento da Segurança Pública	98000 Rec. Tesouro	12103701 PIS/PASEP	25.500.000

COMPENSAÇÃO DE DESPESA:

SEQUENCIAL	FUNCIONAL	AÇÃO	SUBTÍTULO	VALOR
------------	-----------	------	-----------	-------



**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0028 / 2011 - LOA**

Data: 08/10/2011
Hora: 08:37
Página: 3 de 5

Espelho de Emendas Apresentadas de Renúncia de Receita

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410003

007862	99.999.0999.00F5	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	Fiscal	25.500.000
--------	------------------	---	--------	------------

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa suprir exigência do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige neutralidade fiscal ou compensação tópica, optamos pela primeira alternativa.

O PL nº 4.593/2004, do Dep. Vicentinho, institui isenção da Contribuição para o PIS/PASEP para as entidades sindicais de trabalhadores e remite créditos tributários da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.

Esta emenda visa tornar neutra a renúncia de receita no tocante exclusivamente quanto à isenção da contribuição para o PIS/PASEP das instituições previstas no PL 4.593/2004, cujos valores deverão ser considerados já proposta orçamentária para 2012.

A memória de cálculo de seu impacto foi realizada pela COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-TRIBUTÁRIOS E DE PREVISÃO E ANÁLISE DE ARRECADAÇÃO/SRFB/MF, atualizando a Nota COGET/COEST Nº 035/2010, emitiu a NOTA COGET/COEST nº 018/2011 Brasília, de 13 de abril de 2011, que assim se pronunciou:

"3. A estimativa da renúncia da contribuição PIS/Pasep sobre folha de salários com a isenção das organizações sindicais dos trabalhadores é de R\$ 23,2 milhões, R\$ 25,5 milhões e 28,1 milhões para os anos de 2011, 2012 e 2013, respectivamente."

A proposição teve a seguinte distribuição despacho: Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II.

O PL 4.593/2004 teve sua aprovação pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) na reunião de 26/08/2009 com o Parecer Vencedor, Dep. Roberto Santiago (PV-SP), pela aprovação deste e das emendas apresentadas na Comissão.

A proposição encontra-se em apreciação no âmbito da CFT para apreciação quanto ao mérito e compatibilidade e adequação orçamentário-financeira.

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410004

MODALIDADE DA EMENDA

Deputado Federal

PROPOSIÇÃO CORRELATA:

ORIGEM: Câmara dos Deputados TIPO: PL NÚMERO: 634/2007

AUTOR: DEP. JULIO DELGADO

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Rec. Tesouro	11120410 Pessoa Física	46.200.000

COMPENSAÇÃO DE DESPESA:

SEQUENCIAL	FUNCIONAL	AÇÃO	SUBTÍTULO	VALOR
007862	99.999.0999.00F5	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	Fiscal	46.200.000

JUSTIFICATIVA

O PL 634/2007, objeto desta emenda de renúncia de receita, nesta data sob exame de mérito e adequação na CFT sob nossa relatoria.

A LDO/2012 art. 88 determina que "as proposições legislativas, sob a forma de projetos de lei, decretos legislativos ou medidas provisórias e respectivas emendas que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de



Espelho de Emendas Apresentadas de Renúncia de Receita

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410004

receita ou aumento de despesa da União, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria."

Em razão do acolhimento pela Relatoria da Receita da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização à CMO da emenda nº 90410004, de nossa autoria, a LOA para 2011 contém, em sua programação, dotação específica destinada à compensação do PL nº 634/07, apensado, na UO 90.000 Reserva de Contingência, in verbis:

20999.0E72.0090 à Reserva para compensação de projetos de lei sujeitos a deliberação de órgão colegiado permanente do Poder Legislativo, durante o exame de compatibilidade orçamentário-financeira. à Reserva para compensação de projetos de lei de renúncias de receitas (PL 2.472/2003, PL 634/2007 e PL 842/2007, numeração na Câmara dos Deputados).à

Nessa dotação, foram consignados R\$ 75.544.957, para compensação das três proposições ali referidas. Desse montante, R\$ 46.200.000 correspondem ao impacto do PL nº 634/2007, em valor equivalente à estimativa de R\$ 84.000.000, conforme a Nota Técnica RFB/Copan nº 307, de 28 de abril de 2009, reduzida pelo percentual de 45%, correspondente às transferências constitucionais aos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Esta emenda permite que o PL nº 634/2007 mantenha sua neutralidade fiscal no exercício de 2012.

A proposição conta com estimativa de impacto orçamentário-financeiro da Secretaria da Receita Federal do Brasil - Coordenação-Geral de Estudos, Previsão e Análise, que em seu MEMO RFB/GAB/Nº 307/2009 de 28.04.2009 estimou o impacto anualizado em R\$ 84 milhões. A proposição teve sua distribuição para exame de mérito restrita à CFT, onde se encontra para parecer de adequação orçamentário financeiro e mérito. Supridas as exigências do art. 32 da Resolução nº 1/2006-CN, a seguir são apresentados excertos da justificação do projeto. A proposta que apresentamos caminha no sentido de amenizar a falta de atuação do Estado, no cumprimento de seu dever Constitucional de fornecer tratamento de saúde de qualidade ao cidadão. Com efeito, o art.196 da Constituição Federal determina que a saúde é direito de todos é dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Porém, como podemos facilmente constatar, o serviço público de saúde mostra-se não só incapaz, mas também inadequado para atender toda a demanda da população brasileira. Apesar de o cidadão destinar parcela cada vez maior de seus salários para engordar a receita tributária da União, a verba destinada aos investimentos em saúde é cada vez mais insuficiente. Em razão disso, o trabalhador assalariado é impelido a procurar serviços privados, apelando à contratação de planos de saúde, a fim de garantir o seu bem-estar e de seus familiares. Reconhecendo sua omissão, o Estado permite a dedução desse valor da base de cálculo do imposto de renda pessoa física. De sorte que é resarcida apenas parte da quantia gasta pelo contribuinte, de acordo com a alíquota efetiva que incidirá sobre seus rendimentos. Ademais, além de não reaver tudo o que gastou consigo e seus dependentes, muitas vezes o contribuinte paga despesas de planos de saúde de pessoas que, embora estejam sob seu auxílio, não lhe dão direito à dedução. Ocorre que devido ao alto índice de desemprego do país, muitas pessoas, mesmo não sendo consideradas dependentes, têm seus planos de saúde pagos por familiares. Porém, não é permitido a estes deduzir essa despesa na declaração do imposto. Assim, o beneficiário deixa de descontar o valor pago na sua declaração, pois, obviamente, não tem renda a declarar, e quem efetivamente pagou é impedido de realizar a dedução. Não consideramos justa essa situação, já que, se fossem seguidas as normas constitucionais, o valor dos tributos pagos pela população deveria proporcionar saúde pública de qualidade a todos. Nossa intenção, portanto, é apenas minorar esse fardo injustamente imposto ao contribuinte, possibilitando-lhe que recupere ao menos parte do montante que gastou em razão de o Estado não cumprir suas obrigações. Dessa forma, tendo em vista a justeza e elevado interesse social da medida, contamos



**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0028 / 2011 - LOA**

Data: 08/10/2011
Hora: 08:37
Página: 5 de 5

Espelho de Emendas Apresentadas de Renúncia de Receita

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410004

com o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.



CONGRESSO NACIONAL
COMISÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita 2012 – PL nº 28/2011 - CN

ANEXO 9 - PARECERES ÀS EMENDAS

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente (Não Cumulativas)

Emenda	Autor	UO	Natureza		Tipo	Esf.	Fte.	Valor	Parecer
80990001	Relator de Receita							Pela Aprovação	
	26101-M. da Educação	11110101	Imposto de Importação		A	1	112	607.904.242	
	98000-Rec. Tesouro	11110101	Imposto de Importação		A	1	100	2.769.341.550	
								Total :	3.377.245.792
80990002	Relator de Receita							Pela Aprovação	
	26101-M. da Educação	11120410	Pessoa Física		A	1	112	44.383.291	
	73108-Transf. Const - M.Fazenda	11120410	Pessoa Física		A	1	101	201.742.235	
	74913-Rec. Sup. do F. C. FNO	11120410	Pessoa Física		A	1	101	2.689.896	
	74914-Rec. Sup. do F. C. FCO	11120410	Pessoa Física		A	1	101	2.689.896	
	74915-Rec. Sup. do F. C. FNE	11120410	Pessoa Física		A	1	101	8.069.689	
	98000-Rec. Tesouro	11120410	Pessoa Física		A	1	100	188.741.067	
								Total :	448.316.074

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente (Não Cumulativas)

Emenda	Autor	UO	Natureza	Tipo	Esf.	Fte.	Valor	Parecer
80990003 Relator de Receita								Pela Aprovação
	26101-M. da Educação	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	112	-55.210.620	
	73108-Transf. Const - M.Fazenda	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	101	-250.957.362	
	74913-Rec. Sup. do F. C. FNO	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	101	-3.346.098	
	74914-Rec. Sup. do F. C. FCO	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	101	-3.346.098	
	74915-Rec. Sup. do F. C. FNE	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	101	-10.038.294	
	98000-Rec. Tesouro	11120421	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	D	1	100	-234.784.554	
							Total :	-557.683.026
80990004 Relator de Receita								Pela Aprovação
	26101-M. da Educação	11120431	Retido nas Fontes-Trabalho	A	1	112	125.385.379	
	73108-Transf. Const - M.Fazenda	11120431	Retido nas Fontes-Trabalho	A	1	101	569.933.540	
	74913-Rec. Sup. do F. C. FNO	11120431	Retido nas Fontes-Trabalho	A	1	101	7.599.114	
	74914-Rec. Sup. do F. C. FCO	11120431	Retido nas Fontes-Trabalho	A	1	101	7.599.114	
	74915-Rec. Sup. do F. C. FNE	11120431	Retido nas Fontes-Trabalho	A	1	101	22.797.342	
	98000-Rec. Tesouro	11120431	Retido nas Fontes-Trabalho	A	1	100	533.204.491	
							Total :	1.266.518.980

Tipo: A - Acréscimo D - Decréscimo R - Renúncia Compensação Receita P - Renúncia Compensação Despesa

SISTEMA DE APOIO À ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA - SELOR

(Relatoria de Receita RR_110NC)

Emissão: 08-10-11 08:36:33

Página 2 de 8

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente (Não Cumulativas)

Emenda	Autor	UO	Natureza	Tipo	Esf.	Fte.	Valor	Parecer
80990005 Relator de Receita								Pela Aprovação
	26101-M. da Educação	11120433	Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	A	1	112	312.830.993	
	73108-Transf. Const - M.Fazenda	11120433	Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	A	1	101	1.421.959.065	
	74913-Rec. Sup. do F. C. FNO	11120433	Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	A	1	101	18.959.453	
	74914-Rec. Sup. do F. C. FCO	11120433	Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	A	1	101	18.959.453	
	74915-Rec. Sup. do F. C. FNE	11120433	Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	A	1	101	56.878.361	
	98000-Rec. Tesouro	11120433	Ret nas Fontes-Remessa ao Ext.	A	1	100	1.330.321.702	
							Total :	3.159.909.027
80990006 Relator de Receita								Pela Aprovação
	26101-M. da Educação	11120434	Retido nas Fontes-Outros Rend.	D	1	112	-3.628.581	
	73108-Transf. Const - M.Fazenda	11120434	Retido nas Fontes-Outros Rend.	D	1	101	-16.493.551	
	74913-Rec. Sup. do F. C. FNO	11120434	Retido nas Fontes-Outros Rend.	D	1	101	-219.915	
	74914-Rec. Sup. do F. C. FCO	11120434	Retido nas Fontes-Outros Rend.	D	1	101	-219.914	
	74915-Rec. Sup. do F. C. FNE	11120434	Retido nas Fontes-Outros Rend.	D	1	101	-659.742	
	98000-Rec. Tesouro	11120434	Retido nas Fontes-Outros Rend.	D	1	100	-15.430.633	
							Total :	-36.652.336

Tipo: A - Acréscimo D - Decréscimo R - Renúncia Compensação Receita P - Renúncia Compensação Despesa

SISTEMA DE APOIO À ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA - SELOR

(Relatoria de Receita RR_110NC)

Emissão: 08-10-11 08:36:33

Página 3 de 8

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente (Não Cumulativas)

Emenda	Autor	UO	Natureza	Tipo	Esf.	Fte.	Valor	Parecer
<i>80990007 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101-M. da Educação	11130101	IPI - Fumo	A	1	112	19.570.498	
	73108-Transf. Const - M.Fazenda	11130101	IPI - Fumo	A	1	101	132.886.099	
	74913-Rec. Sup. do F. C. FNO	11130101	IPI - Fumo	A	1	101	1.449.666	
	74914-Rec. Sup. do F. C. FCO	11130101	IPI - Fumo	A	1	101	1.449.666	
	74915-Rec. Sup. do F. C. FNE	11130101	IPI - Fumo	A	1	101	4.348.999	
	98000-Rec. Tesouro	11130101	IPI - Fumo	A	1	100	81.906.159	
							Total :	241.611.087
<i>80990008 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101-M. da Educação	11130102	IPI-Bebidas	A	1	112	3.471.811	
	73108-Transf. Const - M.Fazenda	11130102	IPI-Bebidas	A	1	101	23.574.025	
	74913-Rec. Sup. do F. C. FNO	11130102	IPI-Bebidas	A	1	101	257.171	
	74914-Rec. Sup. do F. C. FCO	11130102	IPI-Bebidas	A	1	101	257.171	
	74915-Rec. Sup. do F. C. FNE	11130102	IPI-Bebidas	A	1	101	771.513	
	98000-Rec. Tesouro	11130102	IPI-Bebidas	A	1	100	14.530.171	
							Total :	42.861.862
<i>80990009 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101-M. da Educação	11130103	IPI-Automóveis	A	1	112	3.554.696	
	73108-Transf. Const - M.Fazenda	11130103	IPI-Automóveis	A	1	101	24.136.826	
	74913-Rec. Sup. do F. C. FNO	11130103	IPI-Automóveis	A	1	101	263.311	
	74914-Rec. Sup. do F. C. FCO	11130103	IPI-Automóveis	A	1	101	263.311	
	74915-Rec. Sup. do F. C. FNE	11130103	IPI-Automóveis	A	1	101	789.932	
	98000-Rec. Tesouro	11130103	IPI-Automóveis	A	1	100	14.877.061	
							Total :	43.885.137

Tipo: A - Acréscimo D - Decréscimo R - Renúncia Compensação Receita P - Renúncia Compensação Despesa

SISTEMA DE APOIO À ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA - SELOR

(Relatoria de Receita RR_110NC)

Emissão: 08-10-11 08:36:33

Página 4 de 8

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012
Pareceres às Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente (Não Cumulativas)

Emenda	Autor	UO	Natureza	Tipo	Esf.	Fte.	Valor	Parecer
<i>80990010 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101-M. da Educação	11130104	IPI-Vinculado à Importação	A	1	112	160.754.267	
	73108-Transf. Const - M.Fazenda	11130104	IPI-Vinculado à Importação	A	1	101	1.091.541.319	
	74913-Rec. Sup. do F. C. FNO	11130104	IPI-Vinculado à Importação	A	1	101	11.907.723	
	74914-Rec. Sup. do F. C. FCO	11130104	IPI-Vinculado à Importação	A	1	101	11.907.723	
	74915-Rec. Sup. do F. C. FNE	11130104	IPI-Vinculado à Importação	A	1	101	35.723.170	
	98000-Rec. Tesouro	11130104	IPI-Vinculado à Importação	A	1	100	672.786.377	
							Total :	1.984.620.579
<i>80990011 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101-M. da Educação	11130109	IPI - Outros	D	1	112	-9.513.938	
	73108-Transf. Const - M.Fazenda	11130109	IPI - Outros	D	1	101	-64.600.811	
	74913-Rec. Sup. do F. C. FNO	11130109	IPI - Outros	D	1	101	-704.736	
	74914-Rec. Sup. do F. C. FCO	11130109	IPI - Outros	D	1	101	-704.736	
	74915-Rec. Sup. do F. C. FNE	11130109	IPI - Outros	D	1	101	-2.114.208	
	98000-Rec. Tesouro	11130109	IPI - Outros	D	1	100	-39.817.591	
							Total :	-117.456.020
<i>80990012 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101-M. da Educação	11130309	IOF -Demais Operações	A	1	112	213.382.356	
	98000-Rec. Tesouro	11130309	IOF -Demais Operações	A	1	100	972.075.176	
							Total :	1.185.457.532
<i>80990013 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	98000-Rec. Tesouro	12100101	COFINS	A	1	900	712.166.744	
	98000-Rec. Tesouro	12100101	COFINS	A	2	153	2.848.666.978	
							Total :	3.560.833.722

Tipo: A - Acréscimo D - Decréscimo R - Renúncia Compensação Receita P - Renúncia Compensação Despesa

SISTEMA DE APOIO À ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA - SELOR

(Relatoria de Receita RR_110NC)

Emissão: 08-10-11 08:36:33

Página 5 de 8

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente (Não Cumulativas)

Emenda	Autor	UO	Natureza	Tipo	Esf.	Fte.	Valor	Parecer
80990014	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	33904-F. Regime Geral Prev. Social	12103002	Cont. Prev. Seg. Assalariado	A	2	154	2.704.000.414	
							Total : 2.704.000.414	
80990015	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	33904-F. Regime Geral Prev. Social	12103003	Contr. Prev. Emp. Seg. Assal.	A	2	154	5.068.478.626	
							Total : 5.068.478.626	
80990016	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	38901-FAT	12103701	PIS/PASEP	A	1	140	545.445.030	
	98000-Rec. Tesouro	12103701	PIS/PASEP	A	1	900	340.903.144	
	38901-FAT	12103701	PIS/PASEP	A	2	140	818.167.545	
							Total : 1.704.515.719	
80990017	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	98000-Rec. Tesouro	12103801	CSLL	D	1	900	-9.991.160	
	98000-Rec. Tesouro	12103801	CSLL	D	2	151	-39.964.640	
							Total : -49.955.800	
80990018	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	98000-Rec. Tesouro	19909900	Outras Receitas	A	1	100	525.581.639	
							Total : 525.581.639	
80990019	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	25103-Secretaria da Receita Federal	16001300	Serv Administrativos	A	1	150	226.407.817	
							Total : 226.407.817	
80990020	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	25914-Fundo de Garantia à Exportação	16003705	Rec Seg Créd Exportação	A	1	150	94.889.611	
							Total : 94.889.611	

Tipo: A - Acréscimo D - Decréscimo R - Renúncia Compensação Receita P - Renúncia Compensação Despesa

SISTEMA DE APOIO À ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA - SELOR

(Relatoria de Receita RR_110NC)

Emissão: 08-10-11 08:36:33

Página 6 de 8

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente (Não Cumulativas)

Emenda	Autor	UO	Natureza	Tipo	Esf.	Fte.	Valor	Parecer
80990021	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	36901-Fundo Nacional de Saúde	19901600	Receita Partcip Seg - Dpvat	A	2	150	1.302.437.846	
	56901-FUNSET	19901600	Receita Partcip Seg - Dpvat	A	1	150	148.530.744	
								Total : 1.450.968.590
80990022	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	26298-FNDE	12100200	Contrib Sal Educação	A	1	113	493.893.161	
	73107-Rec. sob Sup. do M. Educação	12100200	Contrib Sal Educação	A	1	113	740.839.741	
								Total : 1.234.732.902
80990023	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	41231-ANATEL	11210201	Fistel - Instalações	A	1	178	12.207.133	
	98000-Rec. Tesouro	11210201	Fistel - Instalações	A	1	178	231.935.540	
								Total : 244.142.673
80990024	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	41231-ANATEL	11210202	Fistel - Funcionamento	A	1	178	29.425.281	
	98000-Rec. Tesouro	11210202	Fistel - Funcionamento	A	1	178	690.470.134	
								Total : 719.895.415
80990025	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	98000-Rec. Tesouro	12101500	Contrib. P/ Cust Pens. Mil.	A	1	900	91.757.907	
	98000-Rec. Tesouro	12101500	Contrib. P/ Cust Pens. Mil.	A	2	123	367.031.629	
								Total : 458.789.536

Tipo: A - Acréscimo D - Decréscimo R - Renúncia Compensação Receita P - Renúncia Compensação Despesa

SISTEMA DE APOIO À ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA - SELOR

(Relatoria de Receita RR_110NC)

Emissão: 08-10-11 08:36:33

Página 7 de 8

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente (Não Cumulativas)

Emenda	Autor	UO	Natureza	Tipo	Esf.	Fte.	Valor	Parecer
<i>80990026 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
		98000-Rec. Tesouro	12103203	Adic Cont Previdencia	A	1	900	38.523.730
		22101-M. Ag., Pec. e Abastecimento	12103203	Adic Cont Previdencia	A	1	176	3.081.897
		49201-INCRA	12103203	Adic Cont Previdencia	A	1	176	151.013.023
						Total :	192.618.650	
<i>80990027 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
		30107-Dep. Polícia Rod. Federal	19191500	Multas Legisl. Transito	A	1	174	94.128.722
		39252-DNIT	19191500	Multas Legisl. Transito	A	1	174	1.841.860
		56901-FUNSET	19191500	Multas Legisl. Transito	A	1	174	70.730.851
						Total :	166.701.433	
<i>80990028 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
		98000-Rec. Tesouro	19902500	Transf. depósitos Judiciais	A	1	100	140.585.367
						Total :	140.585.367	
<i>80990029 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
		32265-ANP	13320101	Bônus Ass Contrato Concessão	A	1	129	500.000.000
						Total :	500.000.000	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas à Receita Inadmitidas, Rejeitadas, Retiradas e Prejudicadas

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012

Pareceres às Emendas de Renúncia de Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
---------------	--------------	-----------	-----------------	-------------	-------------	-------------	--------------	----------------

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012****Pareceres às Emendas de Renúncia de Receita Inadmitidas, Rejeitadas, Retiradas e Prejudicadas****Emendas de Renúncia de Receita pela Rejeição**

Emenda	Autor	UO	Natureza	Tipo	Esf.	Fte.	Valor	Parecer
90410001	João Dado							<i>Pela Rejeição</i>
		98000 - Rec. Tesouro	11130103 IPI-Automóveis	P			-97.625.000	
						Total :	-97.625.000	
90410002	João Dado							<i>Pela Rejeição</i>
		98000 - Rec. Tesouro	11130103 IPI-Automóveis	P			-102.410.000	
						Total :	-102.410.000	
90410003	João Dado							<i>Pela Rejeição</i>
		98000 - Rec. Tesouro	12103701 PIS/PASEP	P			-25.500.000	
						Total :	-25.500.000	
90410004	João Dado							<i>Pela Rejeição</i>
		98000 - Rec. Tesouro	11120410 Pessoa Física	P			-46.200.000	
						Total :	-46.200.000	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2012****Pareceres às Emendas de Renúncia de Receita por Autor**

Emenda	Autor	UO	Natureza	Tipos	Esf.	Fte.	Valor	Parecer
90410001	João Dado							<i>Pela Rejeição</i>
		98000 - Rec. Tesouro	11130103 IPI-Automóveis	P			-97.625.000	
						Total :	-97.625.000	
90410002	João Dado							<i>Pela Rejeição</i>
		98000 - Rec. Tesouro	11130103 IPI-Automóveis	P			-102.410.000	
						Total :	-102.410.000	
90410003	João Dado							<i>Pela Rejeição</i>
		98000 - Rec. Tesouro	12103701 PIS/PASEP	P			-25.500.000	
						Total :	-25.500.000	
90410004	João Dado							<i>Pela Rejeição</i>
		98000 - Rec. Tesouro	11120410 Pessoa Física	P			-46.200.000	
						Total :	-46.200.000	